



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

FACULDADE DE ARQUITETURA

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

LUÍS GUILHERME ALBUQUERQUE DE ANDRADE

**O ESPAÇO PÚBLICO DA PRAIA: reflexões sobre práticas cotidianas e
democracia no Porto da Barra em Salvador**

Salvador
2015

LUÍS GUILHERME ALBUQUERQUE DE ANDRADE

**O ESPAÇO PÚBLICO DA PRAIA: reflexões sobre práticas cotidianas e
democracia no Porto da Barra em Salvador**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Urbanismo. Linha de pesquisa: Processos Urbanos Contemporâneos.

Orientação:
Prof.^a Dra. Thais de Bhanthumchinda Portela

Salvador
2015

É autorizada a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

A553 Andrade, Luís Guilherme Albuquerque de.
O espaço público da praia: reflexões sobre práticas cotidianas e democracia no Porto da Barra em Salvador / Luís Guilherme Albuquerque de Andrade. 2015.
138f. : il.

Orientador: Profa. Dra. Thais de Bhanthumchinda Portela.
Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2015.

1. Praias - Espaços públicos - Salvador (BA). 2. Praias - Lazer – Aspectos sociais - Salvador (BA). I. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Arquitetura. II. Portela, Thais de Bhanthumchinda. III. Título.

CDU: 711.4(813.8)

LUÍS GUILHERME ALBUQUERQUE DE ANDRADE

**O ESPAÇO PÚBLICO DA PRAIA: reflexões sobre práticas cotidianas e
democracia no Porto da Barra em Salvador**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em:

Salvador, 18 de agosto de 2015

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Thais de Bhanthumchinda Portela (Orientadora)

Doutorado em Planejamento Urbano e Regional, IPPUR/UFRJ
PPGAU/UFBA, Faculdade de Arquitetura da UFBA

Prof.^a Dra. Ana Maria Fernandes (Membro Interno)

Doutorado em Aménagement et Environnement, Universidade de Paris XII
PPGAU/UFBA, Faculdade de Arquitetura da UFBA

Prof. Dr. Milton Júlio de Carvalho Filho (Membro Externo)

Doutorado em Ciências Sociais (Antropologia), PUC-SP
PPGA (FFCH/UFBA), Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da UFBA

*A Leide e Jonas, meus pais (in memoriam),
com todo o meu amor e gratidão.*

AGRADECIMENTOS

A Thais Portela, orientadora e amiga, pelas conversas e críticas necessárias. Obrigado pela paciência e disposição em colaborar com o desenvolvimento da pesquisa desde o início;

A Ana Fernandes e Milton Júlio, examinadores deste trabalho, pela leitura atenciosa e pelas importantes observações e contribuições feitas neste percurso;

Ao grupo de pesquisa Laboratório Urbano e a Paola Jacques, pelas experiências, trocas e pelo aprendizado que me permitiram perceber diferentes maneiras de se pensar a cidade;

Aos meus amigos de mestrado, em especial a Ju, Leo, Os, João, Xai, Cuca, Pri, Jana, Cinira, Marina, Piero, Bel, Milene e Sérgio. Obrigado pelas descobertas, angústias e alegrias compartilhadas, pelos momentos de descontração e incentivo;

À minha família pelo apoio constante e incondicional, em especial a tia Alice e Carol. Obrigado por todo o auxílio e pelas palavras de estímulo e conforto;

A Scott, por ter sido companheiro em tempos difíceis, mesmo distante. Obrigado pelos momentos felizes e pela torcida;

Aos demais amigos de longa data, em especial a Fabi, Joaquim, Dani, Thaise, Rê, Mó, Tati e Igor. Obrigado por compreenderem minha ausência, e pelo cuidado de manterem o contato;

A Anthony, que além de torcer, colaborou com minhas traduções;

Aos praticantes do Porto da Barra, pela experiência de compartilhar o cotidiano que serviu de base para esta investigação;

Ao PPGAU/UFBA por oferecer as condições que viabilizaram a pesquisa, em especial a Xico Costa, Lula Cardoso, Silvandira Oliveira, Maria Henriques e Luís Acácio;

À CAPES pelo apoio financeiro à pesquisa.

RESUMO

No presente trabalho propomos refletir sobre as praias urbanas como espaços públicos, problematizando a concepção da praia como um lugar democrático nas grandes cidades litorâneas do Brasil. Para tanto, temos como base as práticas cotidianas que compõem esses espaços a partir da apropriação dos sujeitos em relação. Traçamos um panorama histórico, sobre essas práticas no ocidente moderno, apresentando sua construção social e colocando os pressupostos com os quais discutimos as temáticas do espaço público e da democracia. Tomamos a praia do Porto da Barra, em Salvador/BA, como recorte empírico da pesquisa. Apreendemos o seu espaço através da experiência urbana de seus praticantes, observando e interagindo com eles, no intento de compreender como a ideia de democracia permeia a praia em seu cotidiano.

Palavras-chave: Praia Urbana; Espaço Público; Práticas Cotidianas; Democracia.

ABSTRACT

In this work, we propose reflecting about urban beaches as public spaces, questioning the idea of the beach as a “democratic” place in the big coastal cities of Brazil. Thus, as a foundation, we use the actions and everyday practices of the subjects who comprise these spaces. We provide a historical overview of these practices in the modern West, describing their social construction and showing the assumptions with which we discussed the theme of public space and democracy. Our empirical object is the beach of Porto da Barra, in Salvador/BA, where we conducted a learning experience in the space through observation and interaction with its users in an attempt to understand the meaning of the democracy permeating the beach space in their everyday activities.

Keywords: Urban Beach; Public Space; Daily Practices; Democracy

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1. Tarde de verão no Porto da Barra, 2008	16
Fig. 2. Na praia de Scheveningen, pintura de Adriaen van de Velde, 1658	24
Fig. 3. A praia de Dieppe, pintura de Edouard Hostein, 1854.....	27
Fig. 4. Sereias em Brighton, gravura de William Heath, 1829	29
Fig. 5. Mulher com seus filhos no Porto da Barra, década de 1910.	40
Fig. 6. Porto da Barra em 1858, fotografia de Victor Frond.....	44
Fig. 7. Trecho da Av. Sete de Setembro no Porto da Barra, na década de 1920.	45
Fig. 8. Porto da Barra no final da década de 1950, autor desconhecido.	46
Fig. 9. Gal Costa e Caetano Veloso no Porto da Barra, fotografia de Mario Luiz Thompson	47
Fig. 10. Linha do tempo da praia no Brasil e no mundo ocidental	49
Fig. 11. Localização do Porto da Barra.	53
Fig. 12. Porto da Barra, vista para o Forte de Santa Maria, 2008	54
Fig. 13. Porto da Barra, vista para o Forte de São Diogo, 2014	54
Fig. 14. Ambulantes vendem produtos para banhistas, 2008	57
Fig. 15. Banhistas e jogadores de peteca na praia, 2008.....	57
Fig. 16. Barraqueiros levam seu material para praia, 2008	57
Fig. 17. Barraqueiro com suas cadeiras a espera de clientes, 2008	73
Fig. 18. Quadra montada na areia pela turma da peteca, 2008.	73
Fig. 19. Cartografia de usos e apropriações durante a manhã.	92
Fig. 20. Cartografia de usos e apropriações durante a tarde.....	93
Fig. 21. Cartografia de usos e apropriações durante a noite.	94
Fig. 22. Oficina "Insistir", no Porto da Barra	98
Fig. 23. Pescadores se aproximam da praia após a pesca em alto mar, 2008.....	104
Fig. 24. Garotos brincam nos barcos atracados no Porto, 2008.....	104
Fig. 25. A "velha guarda" tomando banho no Porto, 2008.....	105
Fig. 26. Grupo de pescadores do Porto com alguns moradores da Barra, 2015	105
Fig. 27. Partida de futevôlei no Porto, 2015	107
Fig. 28. Frescobol no Porto, 2015	108
Fig. 29. Grupo jogando salão no Porto, 2015.....	108
Fig. 30. SUP no Porto, 2015.....	109
Fig. 31. Praticantes do SUP, pescadores e banhistas no Porto, 2015.....	109
Fig. 32. Estrutura do Barraqueiro, 2015.....	111
Fig. 33. Barraqueiros se organizam para começar mais um dia de trabalho, 2015.....	111
Fig. 34. Ambulantes circulando pelo Porto, vendendo seus produtos, 2015	113
Fig. 35. Ambulante fechando venda com banhista, 2015.....	113
Fig. 36. Jovens no Porto, 2015	117
Fig. 37. Família reunida no Porto, 2008.	117
Fig. 38. Calçada e Balaustrada do Porto, 2008.....	120

Fig. 39. Calçada e Balaustrada do Porto, 2015.....	120
Fig. 40. Grupo de frequentadores reunidos na calçada, 2015.....	121
Fig. 41. Rapaz se alonga na balaustrada, 2008	121
Fig. 42. Largo do Forte de Santa Maria, após a execução do projeto Nova Orla, foto aérea, 2014... ..	126
Fig. 43. Largo do Porto e F. de S. Diogo, após a execução do projeto Nova Orla, foto aérea, 2014. .	127
Fig. 44. O sol que se põe no Porto da Barra, sempre sob o aplauso de seus praticantes, 2008	130

Observações:

A fonte das imagens encontra-se na legenda.

As imagens sem indicação de fonte são do próprio autor.

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM Neto Antônio Carlos Magalhães Neto

AMABARRA Associação de Moradores e Amigos da Barra

ART. Artigo

Av. Avenida

CIAM Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna

FIFA *Fédération Internationale de Football Association*
(Federação Internacional de Futebol)

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

LIMPURB Empresa de Limpeza Urbana de Salvador

PDDU Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

PMS Prefeitura Municipal de Salvador

PNGC Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro

PRODETUR Programa de Desenvolvimento do Turismo

SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SEMOP Secretaria de Ordem Pública do Município de Salvador

SETUR Secretaria de Turismo do Estado da Bahia

SPU Secretaria do Patrimônio da União

SUP *“Stand Up Puddle Boarding”*
(modalidade de esporte aquático)

TFG Trabalho Final de Graduação

UFBA Universidade Federal da Bahia

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I, A “INVENÇÃO DA PRAIA” E SUAS PRÁTICAS	
Um panorama histórico das práticas na praia.....	17
Do território vazio ao espaço desejado	19
Da praia terapêutica à praia lúdica.....	26
As transformações da praia no Brasil	34
O Porto da Barra e a cidade de Salvador	42
CAPÍTULO II, A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO DA PRAIA	
A praia urbana como objeto de estudo.....	50
Práticas cotidianas da praia	56
Sociabilidades e outras formas de interação social.....	62
O espaço público da praia urbana	66
Relações entre público e privado	72
Domínio público, ação e pluralidade	77
Democracia, política e conflito	82
CAPÍTULO III, A DEMOCRACIA NO COTIDIANO DO PORTO DA BARRA	
O Porto da Barra, uma praia urbana	89
Uma experiência metodológica de apreensão da praia	90
Caracterização do cotidiano no Porto da Barra.....	101
Dos primeiros praticantes do dia	103
Das práticas esportivas no Porto.....	106
Do comércio no Porto	111
Das agitações das tardes de sol.....	116
Nos caminhos que levam ao Porto	120
Sobre o projeto Nova Orla.....	123
CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS.....	131

INTRODUÇÃO

Sabemos como é significativa a apropriação de algumas praias urbanas pela população nas grandes cidades do litoral brasileiro. Embora não existam números ou estimativas mais precisas, elas costumam ser o destino daqueles que buscam o descanso, a diversão, o bem-estar e o prazer e que tomam conta do espaço próximo ao mar, como numa espécie de fuga da rotina, um escape às pressões impostas pelas obrigações de quem vive nestas cidades. Arelada a essa dinâmica, essas praias também se tornam lugar de trabalho e subsistência daqueles que fazem do lazer e divertimento de muitos o seu ganha-pão. Assim, nas diversas formas de se apropriar deste espaço, por sujeitos distintos, emergem diferentes formas de interação social, que por sua vez, conferem significado a este espaço.

Ir à praia, quando oportuno, é possível, não apenas àqueles residem próximo ao mar, mas também aos que, sem muitos recursos, utilizam-se do transporte público ou pegam caronas na expectativa de aproveitá-la em seu tempo livre. As praias no Brasil são espaços de propriedade pública, cujo acesso e permanência são irrestritos e garantidos por lei. Possivelmente por este motivo, praias são consideradas *democráticas*, configurando espaços abertos a toda sorte de distinções sociais, para onde se deslocam, transitam e convivem, milhares de pessoas, dos mais ricos aos mais pobres, de todas as idades, moradores, visitantes e turistas.

Mais do que um espaço de prazer e entretenimento, quando inseridas no contexto urbano, praias configuram espaços potenciais de *sociabilidade*, comum aos diversos estratos sociais. Nesta dinâmica, a faixa de areia e suas áreas adjacentes tornam-se o espaço de importantes práticas socioculturais, estruturadoras de vínculos e relações sociais, que contribuem para a qualidade da vida urbana. Elas conformam *espaços públicos urbanos*, à medida que nelas se abre a possibilidade de encontro e articulação com a alteridade. Percebe-se que nesta conformação, a praia transforma-se em um espaço de negociação entre diferentes, num processo por vezes conflituoso, revelando qualidades dos espaços onde a vida pública acontece.

Compreendendo o seu papel estruturante e definidor nas cidades banhadas pelo mar, abordamos a praia urbana como espaço público no contexto brasileiro, dado o seu reconhecimento como um bem coletivo, de uso comum e de livre acesso. A esta acepção, também pode estar vinculado o entendimento da praia como lugar de realização do domínio público, da vida pública, e onde, por consequência, associa-se o aspecto democrático a este espaço. Buscamos então em nosso percurso, pensar sobre este sentido que lhe é atribuído.

Assim, nosso estudo propõe refletir sobre o espaço da praia, problematizando o entendimento deste como um lugar democrático das grandes cidades litorâneas do Brasil – ideia que está presente no senso comum da população e mesmo em alguns escritos analíticos. Desenvolvemos nossa investigação através da apreensão das práticas cotidianas que configuram as formas de apropriação deste espaço, e a discussão teórica sobre o tema. Concentramos, portanto, nosso eixo de pesquisa nestas questões: espaço público, praia urbana, práticas cotidianas e democracia.

As motivações deste trabalho de dissertação surgiram de um estudo anterior, realizado durante o nosso Trabalho Final de Graduação (TFG) em 2008, no curso de Arquitetura e Urbanismo da UFBA. Não por acaso esta experiência também nos direciona ao recorte empírico de nosso objeto de pesquisa, a praia do Porto da Barra, em Salvador. Naquela ocasião, o intuito era o desenvolvimento de um projeto de intervenção urbanística na orla da Barra, onde se encontra a referida praia. Este contato deixou em aberto questões que agora buscamos discutir e que antes não faziam parte de nosso objetivo. Para esta pesquisa, retornamos mais uma vez a este espaço, a fim de aprofundar nossas inquietações, traçando relações com o trabalho anterior.

Dito isso, esta pesquisa se propõe a: a) Investigar historicamente a construção do espaço da praia, como ele tornou-se um espaço público e passou a ser considerado um espaço democrático das cidades no Brasil; b) Entender como as práticas cotidianas da praia, e as interações que delas emergem, contribuem para a construção do seu espaço enquanto público e democrático. c) Apreender o espaço da praia, problematizando a trama de relações estabelecidas pelos sujeitos que dele se apropriam, buscando entender como a ideia de democracia o perpassa.

A apreensão do espaço da praia consiste na prática de experienciá-lo para então buscar compreendê-lo. “Para ter uma compreensão intelectual da cidade tem que passar por uma experimentação, então as duas coisas funcionam ao mesmo tempo.” (BIASE; JACQUES, 2012). Ela decorre da vivência de seu cotidiano, observando as apropriações e relações sociais que nele se realizam continuamente, buscando compreender os acontecimentos percebidos e procedimentos realizados pelos seus praticantes, a partir de diferentes perspectivas, – por vezes de “longe e de fora”, mas também “de perto e de dentro” (MAGNANI, 2002) – coletando fatos e acontecimentos relevantes. Quando estamos imersos neste espaço, o apreender também diz respeito à postura que tomamos como pesquisadores, deixando-nos afetar pelos acontecimentos ao redor, para, só então, desenvolvermos nossa análise. A este processo, agregamos uma construção teórica que trata da importância das práticas cotidianas na produção do espaço urbano e que aborda o espaço público e a democracia neste contexto. Com a análise e a problematização desse levantamento em conjunto, buscamos alcançar os objetivos do trabalho.

A dissertação encontra-se dividida em três capítulos e suas considerações finais. No primeiro capítulo, traçamos um breve panorama histórico das práticas cotidianas da praia, com a contextualização das mudanças no modo de se relacionar com estes espaços ao longo do tempo. Ao tratarmos dessas transformações, apresentamos sua construção social, evidenciando a importância da praia nas grandes cidades litorâneas, especialmente no Brasil. Entendemos que este levantamento é necessário, não apenas para ilustrar como as diferentes formas de apropriação são fundamentais para o entendimento da praia que conhecemos hoje, mas sua importância enquanto espaço público urbano.

No segundo capítulo, apresentamos mais detalhadamente os conceitos, teorias e autores que nortearam nossa investigação, buscando elucidar o aporte teórico que conduziu nossas análises em campo, colocando os pressupostos com os quais discutimos as temáticas do espaço da praia, do espaço público urbano e das práticas do cotidiano na cidade. Partimos do entendimento da praia urbana como espaço público, buscando explorar diferentes concepções deste tipo de espaço bem como sua complexidade, abordando outros conceitos correlacionados, especialmente o de democracia.

No terceiro capítulo, abordamos mais detalhadamente Porto da Barra, em Salvador, escolhida

como recorte empírico da pesquisa. Apresentamos também as referências que serviram de base para a construção de nossa experiência metodológica de apreensão do espaço da praia em questão. Retomamos alguns elementos importantes do nosso estudo antecedente sobre a praia e fazemos uma apresentação de nossas apreensões, através do relato de nossas observações. Com as informações remanescentes da pesquisa anterior e os dados apreendidos em campo para a atual investigação, buscamos traçar relações com o referencial teórico apresentado.

Por fim, as considerações finais trarão uma síntese das ideias mais importantes levantadas ao longo do trabalho e das principais reflexões propostas pela pesquisa. Retomamos as temáticas desenvolvidas em nosso percurso, buscando colocar nossas impressões sobre análise como um todo.

Este trabalho é um convite a pensar o papel do espaço público das praias no contexto urbano das cidades litorâneas e sua capacidade de reunir uma série de movimentos cotidianos, nas suas formas de uso e apropriação por parte da população. Essa característica, que é particular de algumas praias urbanas como a que estudamos, revela a importância desses espaços para a vida urbana, visto que, mais do que um terreno de lazer, essas praias podem-se configurar como um lugar de confronto e de negociação de diferenças, o que não deixa de caracterizá-lo também como um espaço político, como veremos.



Fig. 1. Tarde de verão no Porto da Barra, 2008

CAPÍTULO I

A “INVENÇÃO DA PRAIA¹” E SUAS PRÁTICAS

Um panorama histórico das práticas na praia

O modo de apreciar o mar, o olhar dirigido às populações que frequentam suas margens, não resultam apenas do tipo, do nível de cultura, da sensibilidade própria do indivíduo. A maneira de estar junto, a convivência entre turistas, os signos de reconhecimento e os procedimentos de distinção condicionam igualmente as modalidades de fruição do lugar. O emprego do tempo e o arranjo do espaço impostos pelas formas de sociabilidade que se organizam para depois se manifestarem à beira do mar, a gama de distrações, dos prazeres e das obrigações que daí resultam, esboçam a vilegiatura marítima [...]. Convém analisar o modo como essa nova cena social se constitui, impelida pelo desejo de usufruir a beira-mar; o modo como antigas práticas são reorganizadas em função desse novo objetivo. (CORBIN, 1989, p. 266)

Ao observar as práticas comuns daqueles que frequentam as praias nos dias de hoje – os banhos de mar e de sol; os passeios despreziosos e os encontros fortuitos; a confluência de pessoas para as atividades esportivas, dentre outras – pode-se imaginar que essas ações tenham sido sempre familiares a todos aqueles que, ao longo do tempo, se destinaram ao litoral. Iniciamos nosso percurso traçando um breve histórico dessas práticas, hoje tão imbricadas em nosso cotidiano. Mostramos como essas relações com a praia nem sempre se estabeleceram de modo tão afeito. Com esse levantamento nosso intuito é revelar como a praia torna-se um importante espaço público das cidades litorâneas no Brasil, sendo um espaço gradativamente incorporado à vida urbana.

Para melhor compreender a importância das atuais práticas cotidianas da praia, na contemporaneidade, e o modo como acabaram por estabelecer uma série de relações sociais que configuram o espaço onde acontecem, procuramos contextualizar o seu surgimento e sua consolidação, primeiramente num cenário mais amplo, partindo da Europa Ocidental, para

¹ A expressão “invenção da praia” é largamente encontrada nos trabalhos que tratam do litoral. Alan Corbin (1989), Antônio Risério (2004) e tantos outros estudiosos se utilizam dela para tratar do advento da praia como a conhecemos hoje, motivo pelo qual a escolhemos para compor o título deste primeiro capítulo.

então entender como essas formas de apropriação interferiram no cotidiano das praias brasileiras, chegando ao Porto da Barra, nossa praia de estudo. Neste levantamento, percebemos como o desenvolvimento das práticas na praia não apenas transformaram o modo com que as pessoas se relacionam com este lugar, mas também como nela se desenvolveram a sociabilidade e demais relações com a alteridade em público, características que também podem ajudar a entender o sentido da democracia na praia.

Para tanto, diferentes trabalhos sobre o tema² nos ajudaram a trilhar este percurso. São estudos que permitem observar não apenas a transformação das formas de apropriação da praia, mas também as relações nela inventadas, as quais mostram como as práticas do espaço da praia vigentes no Velho Mundo influenciaram os modos de se relacionar com o mar e a praia no Brasil. Essas mudanças no modo de se apropriar deram à praia o significado que estudamos hoje, estabelecendo diferentes formas de relação com este espaço que, ao longo do tempo, foram-se sobrepondo.

Neste levantamento, reconhecemos, em sua essência, dois diferentes modos de apropriação deste espaço, associados à forma como se realizavam práticas na praia. O primeiro constituiu-se das práticas dos mais ricos e intelectualizados, que teriam sido influenciados pelo contato com os costumes vindos da Europa, no século XVIII. Seguindo regras e padrões preestabelecidos, buscava-se preservar ao máximo a intimidade do sujeito diante dos olhares alheios. Eram as práticas da aristocracia, que em seguida viriam a ser cultivadas também pela burguesia para então se popularizarem, já no final do século XIX. O segundo modo, constituiu-se das práticas daqueles então desprovidos de acesso à cultura e aos costumes vigentes, e remonta a nossa colonização. Este era o caso de índios, escravos, pescadores e pobres de modo geral, sujeitos que faziam uso do mar como atividade diária de trabalho ou de maneira lúdica e festiva, isto é, de modo mais livre. Assim como nos estudos levantados, nossa análise partirá do primeiro caso, visto que possui mais registros, foi mais difundido e, por consequência, mais incorporado. Em todo caso, buscamos pontuar, através dos escassos registros, as práticas do segundo caso citado. Vale ressaltar como este processo de apropriação das praias através das práticas é cíclico, pois, num dado momento, as práticas de

² AZEVEDO (1988), CORBIN (1989), DANTAS (2002; 2004), DIEGUES (2003), GASPAR (2004), LENCKE e BOSKER (1998), MACHADO (2000), RISÉRIO (2004), SOUZA (2014) e URRY (1996)

um determinado segmento social acabaram sendo, de algum modo, incorporadas por outros, de forma sucessiva, como veremos.

Do território vazio ao espaço desejado

Nem sempre a praia foi um objeto de desejo, motivo de encantamento e admiração das pessoas como observamos nos dias de hoje. Ao menos no mundo ocidental, o mar e suas praias configuravam-se como um ambiente nada acolhedor. Ao contrário, a percepção predominante sobre o espaço litorâneo era carregada de imagens negativas que inibiam a aproximação dos sujeitos que a desconheciam. Enfrentar este ambiente tão inóspito era tarefa para poucos e significava um verdadeiro desafio. Durante um longo período, a costa marítima era destinada apenas para fins comerciais, transporte e segurança, além ser a fonte de trabalho e sobrevivência através da pesca.

Eram justamente os relatos de pescadores e viajantes que habitavam a imaginação de moradores próximos ao litoral até meados do século XVI. Eles descreviam o mar bárbaro, com toda sua fúria, suas águas amaldiçoadas, que, instigando os homens a navegá-lo ou quem sabe desvendá-lo, os sugavam para seu interior e os devoravam. Algumas descrições desta época narravam estórias mirabolantes, de monstros marinhos engolindo embarcações inteiras, serpentes gigantescas e homens peixes atacando pequenos barcos de pesca próximos à praia.

Em *O Território do Vazio: a praia e o imaginário ocidental* (1989), o historiador francês Alain Corbin afirma que a fruição das praias teria começado em meados do século XVII, consolidando-se entre os séculos XVIII e XIX. Essa mudança no modo de se relacionar com o espaço à beira-mar estaria atrelada ao avanço da ciência oceanográfica e da navegação, à influência da teologia natural francesa e ao início das viagens turísticas pitorescas e aventureiras pelo litoral do Mediterrâneo. O autor recorre a poesias, romances, pinturas, diários, relatos de viagens, tratados de medicina e obras religiosas para pensar sua teoria sobre a invenção da praia. Sua obra conduz a uma trajetória de infortúnios e encantos que a praia representou e representa para a civilização ocidental. Ele revela a fascinante ligação que

foi sendo criada entre o mar e aqueles que dele se apropriaram, descrevendo a relação de amor e ódio entre ambos ao longo dos tempos.

Até o início do século XVIII predominava a visão do litoral como um ambiente hostil, um "*locus* vazio" no Velho Mundo. Essa perspectiva de medo e de repulsa é exemplificada pelo autor ao se referir à Europa do final do século XVI e início do século XVII. Naquele momento, a menção ao mar e à praia mais evidenciada era a encontrada nas escrituras bíblicas, a partir dos relatos da Criação e do dilúvio:

O Gênesis impõe a visão do "Grande Abismo", lugar de mistérios insondáveis, massa líquida sem pontos de referência, imagem do infinito, do incompreensível, sobre a qual, na aurora da Criação, flutuava o espírito de Deus. Essa extensão palpitante, que simboliza, ou melhor, que constitui o incognoscível, é em si mesma terrível. Não existe mar no Jardim do Éden. O horizonte líquido sobre cuja superfície o olhar se perde não pode integrar-se à paisagem fechada de paraíso. Querer penetrar os mistérios do oceano é resvalar no sacrilégio, assim como querer abarcar a insondável natureza divina. (CORBIN, 1989, p. 11-12)

Muitos estudiosos do período atribuíam importância ao dilúvio, por influência da religião, na formação do imaginário da época. "Todos situam a catástrofe no centro de suas cosmogonias, todos raciocinam no quadro de temporalidade restrita e confundem, em episódios simultâneos, história do homem e da terra" (CORBIN, 1989, p. 15-16). O mar bíblico era apresentado como ambiente amorfo, inacabado, caótico, repleto de monstros estranhos. Até o início da Idade Moderna, o oceano permanecia como lembrança do dilúvio, e o movimento permanente de suas ondas sugeria a eventualidade de uma nova catástrofe. O mar, até então, era o lugar apenas dos desbravadores, dos corsários, dos piratas e dos bandidos.

Mesmo com o início da aventura das navegações marítimas pelos europeus, durante muito tempo, estas ficaram restritas às proximidades do litoral do próprio continente. Até o século XV, o mundo conhecido pela civilização ocidental limitava-se à própria Europa, parte da Ásia e norte da África. De acordo com o Eustógio Dantas (2002, p. 11), "para eles, longe da costa, encontrava-se o desconhecido, vinculado constantemente a representações místicas as quais falavam de obstáculos intransponíveis: o abismo que engolia os navios, o mar habitado por monstros e deuses coléricos". Esse medo do oceano estava associado a fatos religiosos e impressões diluvianas. Ainda que fosse predominante, esta percepção sobre o litoral não era

a única³. Sabe-se que algumas sociedades há muito já utilizavam o mar para navegação, transporte e comércio. Portanto, não se pode dizer que o medo e repulsa pelo mar ocorriam em todas as partes do mundo naquele momento, conforme Antônio Diegues:

O mar e os oceanos, desde os primórdios da humanidade foram objetos de curiosidade, de conhecimento, de ricas simbologias e de práticas culturais antigas, ligadas à pesca, à coleta e à navegação. Todas essas atividades foram exigindo um conhecimento crescente do mar e seus fenômenos, a partir das práticas culturais que foram se acumulando durante vários milênios. A partir desse contato e do conhecimento acumulado desenvolveram-se sociedades que construíram uma maritimidade⁴ marcante, tais como os fenícios e os gregos, na antiguidade ocidental. (DIEGUES, 2003, p. 01)

Dantas (2004, p. 68), ao citar Prevelakis, também menciona os gregos como uma rara exceção na Europa. Os gregos desde muito eram apreciadores do litoral e suas praias, visto que “o mar exerce forte influência na cultura desse povo, ao contrário de outros povos europeus que temiam o mar”.

No restante da Europa, com o avanço das navegações, ainda que as primeiras imagens dos habitantes selvagens do Novo Mundo tenham dado ênfase às concepções ameaçadoras do litoral, eram as embarcações e os portos, origem e destino dos navegadores, que confirmavam a insalubridade do ambiente marítimo com as epidemias e a decomposição. Os navios, quando atracados nos portos, representavam uma ameaça para as cidades com suas pestes. Corbin (1989) descreve como o barco então se apresenta como o lugar maléfico por excelência:

Entre seus flancos de madeira úmida acumulam-se os germes da fermentação e da putrefação; no fundo do abismo negro e fétido do porão, a latrina concentra todos os miasmas. Dos navios, afirma-se, surge frequentemente a infecção, emerge a epidemia. A nave no porto ameaça a saúde da cidade. O mar faz apodrecer os marujos. A travessia provoca o escorbuto, doença de alcance simbólico que deteriora a carne de suas vítimas. A decomposição dos alimentos embarcados, a descoberta de doenças exóticas, levam a comparar o navio ao monturo. (CORBIN, 1989, p. 26)

³ Contudo, essa concepção como apresentada por Corbin (1989) sobre o mar e suas praias, predominante na Europa ocidental, é que vai desembarcar no Brasil, através dos colonizadores portugueses, seguido posteriormente pelos demais imigrantes ingleses, franceses e holandeses, ainda que os índios brasileiros já tivessem muita familiaridade com os espaços de nossa costa litorânea, como veremos.

⁴ O conceito de *maritimidade*, como trabalhado por Diegues (2003), diz respeito ao um conjunto de várias práticas resultantes da interação humana com o espaço marítimo, estando associado a sua produção social.

Mesmo sabendo-se dos males que o mar e seu meio de transporte inerente causavam naqueles que nele viajavam, continuavam a crescer as naus e o número de sujeitos dispostos a embarcar por motivos diversos, ainda que cientes dos perigos que corriam.

A mudança que viria possibilitar o novo olhar sobre o mar e suas praias começou no início do século XVII. As imagens repulsivas e todas as associações negativas referidas aos ambientes litorâneos passaram gradativamente por um momento de reversão, à medida que os europeus vivenciavam uma série de acontecimentos e modificações no contexto simbólico, econômico e tecnológico, proporcionando mudanças significativas quanto à maneira de perceber esses espaços. De acordo com Corbin (1989, p. 28), “Entre 1660 e 1675, os mistérios do oceano dissipam-se graças aos progressos realizados, na Inglaterra, pela oceanografia. No mesmo período, opera-se a retirada de Satã da história mental do ocidente”.

Tal transformação permitiu o surgimento de um sistema de apreciação da natureza fundamentado pelo movimento dos poetas barrocos deste período, que enalteciam as belezas marinhas, destacando a intensidade da emoção e da sensação, o mistério poético e a contemplação da paisagem, especialmente a fornecida pelo encontro das águas do mar com a terra. Segundo Corbin (1989, p. 30-33), esses poetas falavam da alegria que a presença à beira-mar despertava, suscitando modalidades específicas de apreciação da paisagem marítima, como o retiro solitário, a meditação e mesmo o prazer da conversação em pequenos grupos de amigos na praia. Há uma passagem na obra de Corbin sobre os escritos de Saint-Amant de 1628, na qual ele relata uma experiência na costa marinha.

Ele confessa ficar sentado horas a fio no alto da falésia, contemplando o horizonte marinho, escutando o estranho grito que as gaivotas lançam no vazio. Depois desce à praia e passeia longamente; o passeio serve de trampolim à meditação, permite a coleta de conchas. O espelho das águas acalma e as ilusões que provoca a versatilidade do oceano, o fascina. **A praia abre-se também ao prazer da conversação; sutil equilíbrio entre o retiro solitário e a massa tumultuada, implica a escolha de algumas pessoas especiais com quem nos comunicarmos para evitar o tédio da solidão e o peso da multidão.** A sedução do repouso provocado pelo retiro, a prática da meditação e da conversação, o devaneio favorecido pelo ambiente, certas formas de engajamento do corpo, a fascinação exercida pelas vibrações luminosas do espelho aquático compõem uma gama de prazeres do lugar, sem que, no entanto, as testemunhas procurem pintar o espetáculo da natureza como irão fazê-lo. (*apud* CORBIN, 1989, p. 32-33, grifo nosso)

Neste momento, a praia se revelava como um espaço alternativo, de convívio ao ar livre e começava a despontar como um lugar aprazível, que convidava à contemplação da natureza, fosse ela solitária ou na companhia de amigos. Contudo, por conta da ainda pouca familiaridade da sociedade com esse ambiente, a praia era um espaço pouco apropriado e, portanto, ainda reservado, onde se contava com certa privacidade e se desfrutava da presença de poucos escolhidos para companhia.

O surgimento da *teologia natural*, na França e da *físico-teologia* na Inglaterra, já no final do século XVII, reforçou o rompimento com as barreiras diluvianas, apresentando uma nova maneira de contemplar a costa litorânea. Para ambas as teorias, o dilúvio passou a ser encarado como um mal que fosse necessário para a transformação da Terra. A praia e o mar começaram a ser apreciados como espaços naturais⁵ que refletiam a perfeição da obra divina. Os elementos que compunham o litoral passaram a ter ordenação e sentido nesta perspectiva teológica, que busca a disciplina do olhar para a observação e contemplação da natureza, como obra do criador.

Deus, em sua infinita bondade, dispôs o oceano e as praias tendo em vista o bem-estar do homem. A composição da água do mar corresponde às intenções do Criador: o sal impede que ela se corrompa; assim garante a sobrevivência dos peixes e a salubridade das margens. Além disso, favorece a conservação dos alimentos. Impede o congelamento das criaturas marinhas. (CORBIN, 1989, p. 38-39)

O olhar voltado ao litoral, no início do século XVIII, mantinha o temor pelo mar e a repulsa pelas praias, ao mesmo tempo que contemplava com admiração a paisagem litorânea, e o "desenho de um novo prazer" passou a ser cultivado pela sociedade ocidental, enunciando a vontade de "afrontar com o corpo o poder das ondas e de experimentar o sensível frescor da areia". (CORBIN, 1989, p. 64)

Corbin aponta que entre 1690 e 1760, aventuravam-se pelo litoral os primeiros viajantes, indivíduos da elite que buscavam explorar cenários exóticos para contemplação, ainda sem o desejo de experimentar a sensação do banho ou o contato direto com as areias. O cenário caótico atribuído ao mar foi sendo modificado através desses sujeitos que, interessados em

⁵ Hoje, pensando no contexto das cidades litorâneas, as praias constituem espaços de "natureza urbana" (SERPA, 2007). Assim como os parques e jardins públicos, elas constituem espaços urbanos onde a natureza se expressa e é possível se apropriar dela.

decifrar os mistérios do litoral passaram a frequentar o espaço da praia, a fim de descobrir o que de verdadeiro havia na literatura clássica, mítica e religiosa sobre a costa marítima. Com o tempo, poetas, pintores e artistas em momentos à beira mar passaram a se referir a ele como espaço purificador dos males da alma, referenciando-se ali a momentos nostálgicos. *Grand Tour* é a expressão pela qual ficaram conhecidos os roteiros de viagens deste tipo. Realizadas inicialmente pelos jovens aristocratas, especialmente britânicos, ainda no século XVI, tais viagens aconteciam pelo continente europeu, ligadas à busca de conhecimento e eram associadas ao prazer de explorar novos horizontes. Os jovens viajavam acompanhados de preceptores e livros-guias, desde o oeste da Europa até a Itália. Os lugares visitados e suas práticas eram difundidos e consolidados pelos guias de viagem da época. De acordo com John Urry (1996), essas viagens constituíam o princípio remoto dos fluxos de turismo atuais e tiveram seu auge ainda no século XVII.



Fig. 2. Na praia de Scheveningen, pintura de Adriaen van de Velde, 1658

Esta praia holandesa abrigava uma pequena vila de pescadores até meados do século XVII e foi um dos lugares mais difundidos pelo Grand Tour. Hoje é um dos mais populares balneários da Europa.

Fonte: Saatlische Mussen, Kassel, Alemanha. Disponível em Wikimedia Commons (website)

Contudo, a afluência de pessoas à praia intensificou-se de fato no século XVIII. O litoral tornou-se então o destino daqueles que buscavam o alívio para as angústias da vida moderna nas grandes cidades. Para acalmar as novas ansiedades, a sociedade dominante europeia passou

a seguir o discurso de médicos e higienistas, publicitários das “virtudes da água fria do mar e, sobretudo, as vantagens do contato com as ondas e da vilegiatura costeira”. (CORBIN, 1989, p. 69).

Diante da faixa de areia, um novo olhar seguiu o caminho das ondas do mar, e o sentimento de melancolia, tão em voga na época, complementava a cena à beira-mar, onde o sujeito se encontrava fascinado frente à imensidão das águas do oceano, prostrado em sentimentos adormecidos que, no ambiente aparentemente hostil, afetavam a sua mente e, ao mesmo tempo, iam sendo deixados de lado, através da visão contínua da maré, em seu movimento ritmado pela brisa constante do litoral.

No livro, *História da Melancolia*, Richard Burton destaca as vantagens dos *rural sports*, recomendando à aristocracia inglesa a prática da equitação, da pesca, da natação, do *football* e do *bowling*, entre outros jogos presentes nas recreações populares. Burton ainda aconselha a viagem como subterfúgio para os problemas da alma, além de trazer benefícios para corpo. A alternância entre a cidade e o campo – neste último incluída a praia, ainda fora do contexto urbano – foi adotada pela aristocracia, seguindo os preceitos terapêuticos indicados (*apud* CORBIN, 1989, p.70-71). Corbin aponta que este livro teve forte influência sobre sociedade britânica, favorecendo a prosperidade do banho terapêutico na Inglaterra, visto o crescente surgimento de *Spas*⁶.

Neste período, os médicos começaram a recomendar a aproximação com o mar para tratamentos terapêuticos (inicialmente sem indicação dos banhos, ou seja, sem o contato com a água) e, assim, aliava-se este espaço de cura física e mental ao momento de descanso e deleite da paisagem, transformando o sentimento de medo e pavor em um desejo de contemplação da natureza.

Assim, os espaços litorâneos deixavam de ser de uso livre como âmbito de trabalho, provisão de alimentos e lugar de embarque e desembarque de pescadores, passando a ser apreciados pela alta aristocracia e posteriormente pela burguesia, transformando-se em espaço a ser

⁶ Corbin se refere às estações de águas termais no interior do país, geralmente longe dos grandes centros (Corbin, 1989, p. 71). Em sua origem, a palavra refere-se a estância hidromineral de Spa, próxima da cidade de Liège (Bélgica), frequentada desde os tempos do Império Romano (HOUAISS, 2011)

frequentado tanto para os banhos como para caminhadas, cavalgadas e temporadas – verdadeiros efeitos indicadores de moda e da “invenção da praia”.

Da praia terapêutica à praia lúdica

Foi apenas na metade do século XVIII – entre 1750 e 1840, segundo Corbin – que a repulsa definitivamente perdeu força, dando lugar ao desejo que as praias despertavam. Inicialmente, o mar surgiu como alternativa aos males da civilização, transformando as praias em espaços terapêuticos, como relata o autor:

O fluxo de curistas⁷ às praias de mar, que se inicia por volta de 1750, visa aliviar uma angústia antiga; faz parte das táticas de luta contra a melancolia e o *spleen*⁸, mas responde também ao desejo de acalmar as novas ansiedades, que ao longo do século XVIII, se propagam e se revezam no interior das classes dominantes. É exatamente o que faz o abundante discurso médico consagrado às virtudes da água fria do mar e, sobretudo, às vantagens do contato com as ondas e da vilegiatura costeira. Médicos e higienistas exprimem o receio e o desejo juntamente com o conhecimento científico; **seu discurso produz, assume ou codifica práticas que, mais tarde, haverão de escapar a seu controle.** (CORBIN, 1989, p. 69, grifo nosso)

O discurso higienista ganhou força neste momento também, afirmando que as grandes cidades, densamente ocupadas, configuravam espaços insalubres, e que os espaços abertos, a exemplo do litoral, constituíam ambientes saudáveis. Surgiram então as primeiras estações balneárias pela Europa, inicialmente voltadas para fins terapêuticos e curativos. As praias passaram a ser mais procuradas, sendo os cuidados com a saúde seu principal atrativo. É evidente que esse discurso terapêutico foi decisivo para a transformação na maneira de enxergar este espaço. Apareceram, então, vários estudos médicos que consolidaram o banho de mar voltado para a saúde, que seria praticado até meados do século XIX. Esses estudos vêm acompanhados de uma série de recomendações:

⁷ O termo era usado para designar aqueles que se hospedam em estação de águas ou, no caso, vão à praia para tratar-se de alguma doença. (HOUAISS, 2011).

⁸ O nome designa a sensação de enfado, melancolia sem causa aparente ou específica; tédio. (HOUAISS, 2011). Corbin (1989) afirma que este mal tomou conta das classes dominantes da Europa em meados do século XVIII.

Aconselha-se, por exemplo, que o mergulho em uma água a menos de dez graus centígrados seja acompanhado de exercícios num ar frio; prega a marcha e a equitação. [...] o banho de mar inscreve-se na evolução lógica das práticas. (CORBIN, 1989, p. 76-77)

Observa-se que se trata de um banho de mar disciplinado. Antes de enfrentar as ondas, era indicado o repouso do paciente. O banho deveria acontecer pouco antes do pôr do sol, de preferência num lugar sombreado. O banhista deveria lançar-se ao mar com vivacidade e coragem, devendo sair da água quando começasse a sentir arrepios. Após o banho, havia a ajuda de pessoas prontas para socorrer o paciente, caso fosse necessário. A recomendação era de descanso imediato após o banho.



Fig. 3. A praia de Dieppe, pintura de Edouard Hostein, 1854

Nesta praia francesa, a mais próxima de Paris, é criado em 1778 um centro terapêutico para utilização das propriedades marinhas na cura de enfermidades, que se tornaria um dos mais procurados da Europa. Fonte: Château-musée de Dieppe, França. Disponível em Wikimedia Commons (website)

Durante os banhos na praia, muitos gritos eram contidos pelos acompanhantes dos curistas. “O banho nas ondas participa da estética do sublime: implica enfrentar a água violenta, mas sem riscos; gozar do simulacro de ser engolido: receber a vergastada da onda, mas sem perder o pé”. (CORBIN, 1989, p. 85) Por isso, a necessidade de um acompanhante. Também era diferente a maneira como homens e mulheres praticavam o banho, quando necessitavam recorrer às águas do mar em busca de cura para seus males, como destaca Corbin:

Para uma mulher da burguesia, há algo de extraordinário em deixar *privacy*⁹, ainda que seja uma carruagem de banho, e deparar-se no espaço público, os cabelos soltos, os pés descalços, os quadris à mostra, ou seja, em trajes que se reserva para aquele com quem se escolheu partilhar a intimidade. [...] Para as burguesas condenadas ao lar, mais que para as aristocratas habituadas à vida mundana, a prescrição médica possibilita uma liberdade inesperada, reserva de insólitos prazeres. [...] O homem, ao contrário, protagoniza uma cena de coragem; almeja o heroísmo de ter enfrentado as invectivas do mar, e ter sentido na pele a flagelação da água salgada, e de sair como vencedor. A exaltação viril que experimente antes de se lançar à água tem a ver com a ereção, avivada pela proximidade das mulheres, eventuais expectadoras do assalto, excepcionalmente oferecidas ao olhar em uma seminudez. (CORBIN, 1989, p. 89-90)

Sem dúvida, a prática do banho de mar terapêutico teve grande impacto para sociedade, visto que era algo então incomum, longe das práticas usuais da vida burguesa, especialmente para mulheres. Essa nova forma de apropriação do espaço da praia proporcionou de modo mais frequente o contato entre pessoas de diferentes segmentos sociais. A burguesia que então buscava o tratamento para suas angústias, contava com o apoio de seus subalternos, além de compartilhar o espaço da praia com outros homens do povo, trabalhadores do mar e suas famílias, já afeitos a este espaço.

Mesmo que no início tenham sido criados diversos aparatos que garantissem a privacidade daqueles que se banhavam¹⁰, para cuidar da saúde, foi necessário o abandono da vida privada do lar e a vivência do espaço público da praia. Este fenômeno significou uma enorme mudança nos costumes e na prática em relação à natureza e ao próprio corpo. O banho terapêutico, que se iniciou nas praias inglesas e logo se espalhou pela Europa, aconteceu de diferentes maneiras e em diferentes tempos nas várias partes do mundo.

⁹ O termo refere-se à intimidade que define e possibilita o exercício da vida privada (CORBIN, 1989, p.74).

¹⁰ As cabines de banho (*bathing machines*) onde se fazia a troca de roupas habituais por trajes de banho com privacidade à beira-mar, eram um dispositivo muito popular nos séculos XVIII e XIX. Tratava-se uma espécie de carruagem puxada até o mar por cavalos ou ajudantes fortes, e dela se entrava diretamente na água. Elas faziam parte da etiqueta para banhos, sendo mais utilizada principalmente por mulheres.



Fig. 4. Sereias em Brighton, gravura de William Heath, 1829

Em 1775, Brighton, que ficava à 1h de trem de Londres, já era um importante balneário do Reino Unido. A gravura ilustra com humor como se davam os banhos de mar para mulheres até o início do século XIX. Detalhe para as vestes, a cabine de banho e as ajudantes das curistas.

Fonte: Wellcome Images Library, Londres. Disponível em Wikimedia Commons (website)

Assim como a liberdade e o prazer eram proporcionados pelo o banho de mar, o controle social e as posições de conduta, vigentes na sociedade da época, acabavam sendo transpostas para a praia, refletindo-se nos banhos de mar quanto às vestimentas dos banhistas ou ausência destas:

A justaposição social dos costumes determina às vezes a intervenção de autoridades. A nudez masculina, por exemplo, coloca um problema. No século XVIII, ela continua por muito tempo sendo admitida, antes de começar a ser aos poucos reprimida pelas novas modalidades do banho terapêutico. Ainda em 1778, os turistas procedentes de Haia banham-se nus em Scheveningen, enquanto mocinhas do local guardam suas roupas, massageiam-nos ao saírem da água e os ajudam vestir-se novamente. [...], o cheiro nauseabundo dessas jovens marca tão nitidamente distância social que nenhum banhista tenta seduzir essas filhas de pescadores. (CORBIN, 1989, p. 96)

À medida que a burguesia – então segmento social dominante da Europa – passou a se apropriar do espaço da praia para tratar e curar seus males, trazia consigo uma série de imperativos característicos de sua vida privada para este espaço. Certamente este já era um

reflexo da modernidade, em que o limite entre os domínios público e privado começava a se confundir, dando lugar a um domínio social¹¹.

A citação acima ilustra a clara distinção social que se estabelecia na época e que, podemos dizer, ainda existe nos dias de hoje, quando sujeitos mais desfavorecidos são discriminados por suas práticas, modos de viver, que não estariam de acordo os padrões ideais predominantes da sociedade. Neste sentido, parece de praxe que um grupo social dominante tente impor seus valores como condicionante para o convívio. Na praia esse fenômeno torna-se evidente, à proporção que diferentes sujeitos se cruzam e passam a participar da vida pública que ocorre neste espaço.

Entretanto, Corbin (1989) também nos mostra que em alguns lugares na Europa, os costumes da praia nada tinham a ver com o modelo terapêutico de banho de mar do discurso médico, normalmente regido por códigos e normas, como mostra seu relato:

Nas praias geralmente repulsivas do Mediterrâneo, o povo também toma banho, mas trata-se de um exercício bem diferente, que, por enquanto, encontra poucos adeptos entre os membros das classes dominantes. Os banhistas mediterrâneos, que frequentemente são ao mesmo tempo mergulhadores, não vão em busca de energia; não lhes passa pela cabeça provocar nem combater o mar; apenas brincam na transparência das águas refrescantes. Essa prática, raramente solitária, tem sempre um aspecto lúdico, grupos de banhistas ficam horas mergulhando e vindo à tona, como um bando de golfinhos. (CORBIN, 1989, p. 96)

Essa maneira lúdica de se banhar nas águas do mar seria aos poucos assimilada pela classe dominante europeia. A difusão e os novos esquemas de valorização dessa prática relacionada ao mar vão acabar gerando novas maneiras de se relacionar com o mar e suas praias, muitas das quais estão diretamente relacionadas ao modo como enxergamos hoje.

Já na primeira metade do século XIX, o banho de mar começou a perder seu caráter terapêutico, passando a ser uma nova opção de lazer e tornando-se realizável graças aos empreendimentos e serviços que eram oferecidos na praia. Neste período surgiu figura do turista como conhecemos hoje, o viajante que procura a convenção e não a aventura, ele diferente do viajante que descobre, inventa, inaugura. Juntamente com a nova apreciação

¹¹ Tal fenômeno foi apontado pelos teóricos que tratam do espaço público, como Arendt (2010) e Habermas (1984), como veremos no segundo capítulo.

pela costa litorânea, alguns santuários naturais e estações balneárias tornaram-se paradas obrigatórias nos roteiros das viagens da época.

O aumento do fluxo de pessoas às praias vai ocorrer já no final do século XIX, com a expansão dos meios de transporte, especialmente os trens. As relações de trabalho, que se consolidavam com o desenvolvimento industrial, garantiram férias aos proletários, que optavam por exercer o seu tempo livre nos resorts vitorianos¹² que passaram a oferecer uma combinação de diversos atrativos além do banho de mar. Esses espaços se multiplicaram aos montes neste período, em consequência dos efeitos da moda. Luiz Antônio Souza (2014) observa que, se num primeiro momento o uso do espaço da praia significou uma transição do espaço privado para o público – quando foram criados mecanismos que garantissem, inicialmente, a privacidade, a exemplo das cabines de banho – no desenrolar deste processo de apropriação das praias chegou-se a uma situação inversa em que o espaço público era usado como se privado fosse¹³.

Corbin (1989) mostra-nos que essa consolidação das práticas, que se desenvolviam junto ao mar até meados do século XIX, era inicialmente compartilhada apenas pela aristocracia europeia. Quando essa elite social crava a fama de um determinado balneário por conta da frequência de sua visita, a mesma fama acabava por atrair a pequena burguesia e também o povo de uma maneira geral. Assim, alguns balneários na Europa iam aos poucos sendo rejeitados pela elite, quando a população menos abastada deles se apropriava. Surgiam desta forma os balneários mais e menos privilegiados.

Começou a existir uma distinção dos espaços em função do perfil social de quem frequentava a praia, fenômeno que é familiar até os dias de hoje, quando observamos como se desenvolveu a expansão urbana de algumas cidades litorâneas no Brasil. À medida que a população passava a ter acesso a uma determinada praia, então frequentada por veranistas, estes buscavam praias mais distantes e menos acessíveis a todos. Em Salvador, por exemplo, algumas das praias situadas ao longo da orla atlântica – nas regiões do Rio Vermelho, Pituba até Itapuã – eram procuradas no passado para o veraneio por sua aparência bucólica. No

¹² Um exemplo na Inglaterra é Blackpool e Southend dois locais onde era oferecido, também, um amplo leque de diversões: jardins, zoológicos, teatros, cinemas, aquários, lagoas com gôndolas venezianas e gondoleiros, jardim de recreio e exposição, sendo conhecido como “palácio do prazer”. (Souza, 2014)

¹³ As questões sobre o público e o privado serão mais discutidas no segundo capítulo.

decorrer do tempo, com implantação de políticas públicas nos setores de transporte, habitação e saneamento básico, intensificou-se o processo de ocupação populacional destas áreas. A busca por praias para o veraneio hoje, está direcionada às praias do litoral norte da região metropolitana de Salvador.

Percebemos que o crescimento da apropriação da praia, inicialmente para o tratamento de doenças e depois para o lazer de diferentes segmentos sociais – o que a tornou um espaço público legítimo – consolidou-se em paralelo ao desenvolvimento da metrópole moderna. Ambos os fenômenos foram influenciados pelo o discurso médico-higienista, que interferiu não somente nas práticas sociais, mas também nas práticas de planejamento urbano na Europa, difundindo-se pelo mundo ocidental¹⁴. Foi com base nesses princípios que se promoveram intervenções urbanas radicais no século XIX e XX, das quais a mais importante e que teve grande influência sobre as demais reformas ocorreu em Paris, sob o comando do barão de Haussmann, entre 1853 e 1869. O modelo Haussmann de urbanização influenciou a reforma urbana de várias cidades europeias, a exemplo de Viena, Berlin e Roma, para depois ser disseminado pelo ocidente.

Independentemente da evolução capitalista via revolução industrial que ocorria no período, a congestão urbana apontou de forma evidente um desejo coletivo de habitar junto, de viver junto, resultando em acúmulo populacional urbano (AQUINO, 2014). Nota-se que foi na mesma época que a noção da praia como destino turístico também evoluiu, mas ainda como um destino distante da cidade, expandido assim o desenvolvimento da estância balneária. Tanto a praia urbana como a estância balneária foram consequências do rápido crescimento urbano entre a segunda metade do século XIV até o início do século XX. Este processo de urbanização foi também calcado por um processo de crescimento em urbanidade — não só viver junto, mas viver junto com dignidade e civilidade — indicando que as oportunidades sobre o solo urbano não eram somente categorizadas pelos novos modos de produção, mas propunham uma nova qualidade de vida, com novas oportunidades para uma vida emocionante, eletrizante na cidade e, especialmente, com uma nova sociabilidade, como Corbin propôs.

¹⁴ Veremos mais à frente, que no Brasil essas ideias chegaram inicialmente com a corte portuguesa, em 1808

Até o começo do século XX, as práticas do banho de mar se davam predominantemente no início da manhã ou fim da tarde, para se evitar os efeitos nocivos do sol. Neste período, ainda havia o preconceito com relação à cor bronzeada da pele, associada às pessoas que se expunham ao sol por força do trabalho, sendo o padrão de elegância vigente ter a pele clara, branca. Leria Lencek e Gideon Bosker (1998), em seu estudo histórico sobre a praia, destacam uma nova concepção sobre o uso do espaço da praia, já por volta de 1920, quando o sol surgiu como motivo para se estar na praia. Os autores afirmam que os impactos causados pela Primeira Guerra Mundial (1914-1918), constituíram um fator de estímulo para esta nova prática. Em meio à guerra, os soldados imobilizados por trás das trincheiras sonhavam com o calor dos paraísos tropicais, que apareciam nas revistas e nos cartões postais que circulavam naquele momento. Diante da visão dos milhares de corpos dilacerados e mutilados na batalha, a reação foi, por contraste, uma valorização da juventude, da saúde e da natureza. A exibição dos corpos, jovens e saudáveis, fortalecidos pela prática dos esportes ao ar livre¹⁵, simbolizava o esforço de renovação que a humanidade buscava. Esta nova noção acarretaria tanto numa mudança nos modos de se vestir – o corpo agora deveria ser mostrado, exibido, proclamado – quanto na busca do contato com a natureza. Daí a procura da praia e da cor bronzeada como símbolo desta vida tão desejada, algo que ainda hoje é valorizado por aqueles frequentam a praia. Outro aspecto importante deste fenômeno diz respeito ao tempo de permanência, segundo Helena Machado (2000):

À medida que a praia começa a ser frequentada na altura do dia em que o “quente” se sobrepõe ao “frio”, chega-se mais tarde à praia, permanece-se mais tempo e desenvolvem-se outras atividades além do banho de mar. A praia é cada vez mais entendida como um espaço de convívio, de alegria, de lazer. Progressivamente, a praia assume um caráter de “espaço público”. (MACHADO, 2000, p. 213)

A autora aponta para a consolidação da praia como um espaço convidativo ao convívio social à medida que se estende a permanência à beira-mar e aumentam as possibilidades de se praticar este espaço ao longo do dia. O desejo pelas praias e o mar começa a incitar a fruição de pessoas e o surgimento de novas práticas que passam a compor estes espaços. Nesse

¹⁵ A prática de esportes na praia, seja na água ou na areia, individuais ou coletivos, cresce significativamente neste período pós-guerra ao redor do mundo.

contexto destaca-se a transformação da praia num espaço urbano, dada sua crescente urbanização, associada à idealização de um ambiente urbano mais tranquilo e saudável.

Nesta perspectiva, a praia se torna um espaço de sociabilidades, no qual se configuram novas práticas coletivas, novos esquemas de apreciação e de apropriação dos espaços de praia – maneiras de postar-se, permanecer na praia, sentar-se, estender-se na areia (Corbin, 1989). Acreditamos que é desta série de transformações nas relações do homem com o mar que surge a praia que conhecemos hoje. As mudanças nas concepções sobre a praia e nas práticas realizadas em seu espaço foram significativas. Notadamente, essas transformações repercutiram nas experiências de convívio social, na valorização das praias no contexto da cidade, consolidando-as como espaços urbanos. Vamos ver agora como elas influenciaram as formas de uso e apropriação das praias no Brasil.

As transformações da praia no Brasil

O antropólogo baiano Thales de Azevedo (1988) afirma em seu estudo sobre a praia que "o banho salgado ou banho-de-mar e o passeio à beira-mar foram praticados no Brasil desde muito" (p. 10) ainda que a praia, "enquanto sítio de ação coletiva multitudinária e específica" (p. 05), isto é, a praia como conhecemos, teria começado a se configurar somente no início do século XX. Pode-se dizer que muitas das ações que hoje se desenvolvem na praia – a diversão, o encontro, a fuga da rotina, a exposição, a paquera, o contato com a natureza, etc. – já aconteciam antes, mas em outros espaços da cidade, através de práticas como as do piquenique, do *footing*¹⁶, do passeio, da jornada. Segundo o historiador Antônio Risério (2004), estes eram exemplos de práticas ligadas à sociabilidade que aconteciam em Salvador, até o século XIX.

¹⁶ A expressão define o passeio a pé, para espalhar-se ou à guisa de exercício físico. Pode ser ainda entendido como o local onde se desenvolve este passeio, especificamente com o objetivo de arranjar namorado(a). (HOUAISS, 2011).

Isso não significa que a praia, nos primórdios da colonização brasileira não fosse povoada. Ela foi de fato o primeiro espaço de contato, estranhamento e confronto entre índios e colonizadores. Os índios notadamente eram muito familiarizados com a beira-mar, onde não apenas realizavam a pesca, mas tinham a prática constante de mergulhar na água, prática que nos deixaria a herança cultural do banho diário. Cláudia Gaspar (2004) traz uma breve descrição dessa relação que os nativos tinham com as águas do mar:

Vindos do mar para conquistá-la, os primeiros colonizadores deixavam as águas doces e salgadas do Novo Mundo entregues ao lazer de um povo brincalhão, que andava nu, e tinha os dias contados, mas vivia o presente como se fosse durar para sempre. (GASPAR, 2004, p. 31).

Além disso, durante o período de colonização, a costa brasileira apresentou-se como um espaço de observação e de defesa do novo território. Era o local de onde os bens explorados pela Coroa Portuguesa eram embarcados para Europa, bem como onde acontecia o desembarque dos escravos africanos. Com o desenvolvimento das cidades da colônia, as praias acabaram se tornando o depósito da imundice urbana, como Gilberto Freyre mostra em *Sobrados e Mucambos* (1977 [1936]):

As praias, nas proximidades dos muros dos sobrados do Rio de Janeiro, Salvador, e do Recife, até os primeiros anos do século XIX eram lugares por onde não se podia passear, muito menos tomar banho salgado. Lugares onde se faziam despejos; onde se descarregavam os gordos barris transbordantes de excrementos, o lixo e a porcaria das casas e das ruas, onde se atiravam bichos e negros mortos. (FREYRE, 1977, p. 195)

Visto que as praias configuravam-se num ambiente inóspito para as elites da época, elas se tornaram um espaço bastante apropriado pelos escravos – estes acabaram por herdar dos índios a intimidade com o litoral. Se o banho de mar era algo incomum para os colonizadores, para índios e negros, era uma prática corrente. As praias do Brasil colonial eram, sobretudo, espaços apropriados pelos habitantes mais desfavorecidos das cidades, como se percebe na descrição de Risério (2004):

Escravos e libertos pobres também pescavam e mariscavam para sobreviver, o que, inevitavelmente, se traduzia em intimidade com a beira do mar. Mas o litoral não funcionaria apenas como lugar de onde extrair alimentos – e sim, também, como espaço para o banho higiênico, tiradas recreativas e até para encontros amorosos. O próprio fato de escravos, libertos e pessoas livres pobres não terem, em suas habitações, espaço reservado para o banho higiênico, conduzia-os a se banhar em rios, lagoas, fontes e águas marinhas.

(RISÉRIO, 2004, p. 475)

Neste mesmo período, porém em muitos casos, fora do contexto urbano, a praia também era o destino dos trabalhadores do mar no Brasil. Os pescadores e suas famílias tinham a beira-mar essencialmente como um caminho de subsistência, segundo Azevedo:

Para o pescador, a praia é um lugar de trabalho árduo, de preparação para a pesca, de reparo das embarcações e das redes, um lugar de convívio com iguais, o caminho para o mar em que penetra para alcançar a canoa e a jangada e para lançar a rede, a tarrafa, o munzuá, a armadilha de peixes, e para armar a cambo. Molha-se nesta água, mergulha às vezes, por necessidade, mas pouco por divertimento. De fato, marinheiro, pescador, tripulante de navio muitas vezes não sabe nadar nem se banha no mar. Isto é coisa de gente de cidade. (AZEVEDO, 1988, p. 9, grifos do autor)

Ainda no século XVII, para alguns mais abastados, homens livres e desimpedidos, era possível ir à praia eventualmente para fins de esparecimento, passeio e prazer. Risério ilustra, através de uma das décimas de Gregório de Matos, uma jornada entre amigos para uma praia do Rio Vermelho:

Sesteamos no areal
 onde o mar por mazumbaia
 refrescando estava a praia
 com borrifos de cristal;
 a onda piramidal,
 que nos res se desata,
 descaindo em grãos de nata
 pedia por bom conselho,
 que em vez de Rio Vermelho
 lhe chamem Rio da Prata

(Gregório de Matos, Séc. XVI, *apud* RISÉRIO, 2004, p. 476)

Nota-se que o poeta descreve o ambiente da praia, o mar, a areia, sem, contudo, fazer menção ao banho de mar. “Ninguém entra na água, ninguém se molha, ninguém mergulha”. Pela descrição do poema é interessante notar a tranquilidade com que aqueles rapazes realizavam sua sesta na areia, mas, ainda que estivessem na praia desfrutando da paisagem litorânea, eles “iam à beira do mar, mas não à praia”. (RISÉRIO, 2004, p. 477)

Risério aponta-nos que, de forma relativamente intrigante em nossa história, essa visão do litoral como uma paisagem admirável, vai praticamente desaparecer no Brasil, em meados do

século XVII até o início do século XIX, ainda que com algumas exceções,¹⁷ o litoral deixará de ser objeto de admiração, certamente por influência direta das elites europeias, que neste mesmo momento tinham uma visão predominante do mar como um ambiente de repulsa, mistério e medo:

Houve assim um período, na história de nossas elites, em que o litoral deixou de ter existência estética ou paisagística. Quando o assunto era paisagem nacional, o que vinha à baila eram lagos, florestas, cachoeiras, bosques montanhas, celebrações do céu azul e das noites estreladas. Foi nesse contexto que nasceu Petrópolis, a corte brasileira voltando as costas à praia tropical, aos incômodos do Rio de Janeiro, cidade mestiça, escravista, ensolarada e marítima. Petrópolis foi a busca de uma vida elegante e civilizada serra acima, longe do mar. É a cultura de uma época e de uma classe que aí se manifestam. (RISÉRIO, 2004, p. 477)

Entretanto, a orla marítima passaria por uma transformação significativa em seu valor social no Brasil, mais uma vez acompanhando um movimento vindo do Velho Mundo, com a chegada da família real portuguesa em 1808, no Rio de Janeiro. A corte portuguesa importou para os trópicos as teorias médicas então em voga na Europa, revertendo o uso das praias como fonte de saúde ao invés de depósito de lixo.

O próprio D. João VI já tomava os seus banhos salgados medicinais. De maneira bastante pitoresca, encerrado num caixa de madeira, mas tomava. Os médicos brasileiros da primeira metade do século XIX fizeram uma vigorosa campanha em favor deste banho marinho. E a moda pegou. A água marinha ainda não era aqui, ao menos em princípio, fonte de prazer, mas remédios. Não existia para a relação sensual, lúdica, ou erótica, mas como terapia. Ainda não temos banhistas, mas pacientes. Como bem disse um jornalista carioca, a ida ao mar, no Brasil de meados do século XIX a princípios do século XX, não era recreio, mas receita de médico. (RISÉRIO, 2004, p.478)

Foi em meados deste mesmo século XIX que as praias baianas se converteriam em espaços terapêuticos. Na Bahia, surgiam algumas casas de saúde localizadas no litoral e em seus arredores. Thales de Azevedo observa ainda que, "o tratamento de doenças por aquele meio dava lugar à valorização de casas à venda nas imediações da praia em muitas cidades e ao anúncio de hospitais e casas-de-saúde que ofereciam aquela terapia". (AZEVEDO, 1988, p. 11)

¹⁷ Algumas obras da literatura, a exemplo de *Iracema* de Jose de Alencar, de 1865, vão retratar a praia brasileira neste período de esquecimento. (RISÉRIO, 2004)

No Brasil, a Paris de Haussmann inspirou o prefeito Francisco Pereira Passos na transformação da fisionomia urbana da capital da república, o Rio de Janeiro, iniciada em 1904. Não demorou muito para que a ideia se expandisse pelo país e se tornasse referência para interseções urbanas nas grandes capitais brasileiras, boa parte delas, como se sabe, situadas na costa marítima. Se no passado essas cidades se voltavam de costas para o mar, a aproximação do litoral passa ser o foco dessa expansão, pois viver próximo à praia passou a estar associado a um estilo de vida saudável e moderno.

Enquanto um país colonial, o Brasil moldou sua vida e cultura a partir das matrizes europeias, que então dominavam a civilização ocidental. Ideais e técnicas que se desenvolviam no Velho Mundo aqui chegavam, e logo eram adotadas. Com as políticas públicas isso não era diferente, até porque nossos administradores também vinham de lá. Essas medidas passaram a ser seguidas de forma mais rigorosa, quando a corte lisboeta mudou-se para o Rio de Janeiro. A transferência do centro do poder para a colônia provocou uma série de rápidas e violentas mudanças na estrutura das nossas cidades. Notadamente a abertura dos portos para o comércio com as nações amigas, permitiu a entrada de uma infinidade de produtos que antes não chegavam aqui, bem como a chegada de milhares de europeus, de diversas nacionalidades, que acabaram por se estabelecer no Brasil. Uma onda de progresso e modernização tomou conta do país. Assim uma nova ordem urbana, baseada no pensamento europeu começou a ser adotada no Brasil, e nela já predominava o discurso médico-higienista, que passou a ser seguido de forma mais eficiente nas cidades brasileiras.

Entre os séculos XIX e XX, as praias brasileiras se converteram de espaço destinado à cura medicinal, ao recreio e ao descanso coletivos, à prática de esportes, ao consumo de massa e à vivência da sociabilidade e do lazer. Era o lugar onde se manifestavam costumes, comportamentos, concepções morais e atitudes singulares para com o corpo. As mudanças históricas ocorridas nos espaços das praias estiveram associadas às transformações sociais, econômicas e culturais verificadas nos grandes centros urbanos. O modo de viver urbano projetou-se sobre as áreas de praias, inspirando formas de convívio, relações entre gêneros e grupos sociais, modos e modas de estar à beira-mar. As praias passaram a traduzir, então, modernidade, saúde, juventude, valores e estilos de vida burgueses citadinos.

Neste período, evidenciavam-se os sinais de que a relação que a sociedade até então estabelecia com a praia estava em franco processo de mudança. Gilberto Freyre (1985[1936]) ao lançar um olhar retrospectivo sobre as outrora desprestigiadas praias, percebe:

A água nobre hoje é a do mar — esse mar nuns lugares tão azul e noutros tão verde que banha as areias do Nordeste. Iemanjá mesma já não é adorada pelos pretos de xangô nas águas dos rios mas principalmente na água do mar. Entretanto, faz pouco mais de um século que essas praias ilustres não eram senão imundície. Faz pouco mais de um século que nelas só se fazia atirar o lixo e o excremento das casas; enterrar negro pagão; se deixar bicho morto; se abandonar esteira de bexiguento ou lençol de doente da peste. (FREYRE, 1985, p. 35)

Esse processo de enobrecimento das praias brasileiras tornou-se compreensível quando relacionado às transformações urbanas, ao crescimento e à modernização das cidades litorâneas no século XIX, e também quando associado ao aburguesamento cultural das elites citadinas e à evolução do conhecimento médico-científico. Em meados do século XIX, as grandes cidades do litoral brasileiro, como o Salvador, funcionavam como centros político-administrativos e como polos urbano-comerciais responsáveis pela articulação entre os segmentos da economia interna e entre a economia brasileira e as economias centrais. Embora o campo mantivesse a secular hegemonia política e econômica sobre a cidade, era nos espaços urbanos que se davam a comercialização dos produtos para a exportação e a monetarização da economia brasileira, e onde a estrutura social apresentava maiores diferenciações, a despeito de o Brasil continuar a ser uma sociedade escravocrata. Essas cidades também favoreciam a troca de ideias, informações e conhecimentos oriundos de várias partes do país e do mundo. Os mais favorecidos mostravam-se abertos para assimilar determinados costumes, modas, valores, atitudes e padrões comportamentais de inspiração burguesa europeia.

Neste mesmo período, o banho de mar como opção de lazer começou a se propagar pela Europa, com o surgimento de diversas estações balneárias. No Brasil, o costume de ir à praia para tomar banho se estabeleceu inicialmente no Rio de Janeiro. A Bahia incorporou essa prática do Rio, seguindo também o núcleo de estrangeiros que moravam em Salvador, concentrados no Corredor da Vitória (RISÉRIO, 2004; ALMEIDA 1997).

O banho de mar naquela época exigia o uso de uma série de acessórios para as elites se aventurarem, tudo em nome do pudor. Para ir à praia, as mulheres vestiam uma roupa de lã, calça na altura do joelho, casaco, sapato rasteiro e gorro, traje típico de banho europeu. Os homens vestiam calça curta, cortada na altura dos joelhos e camisa, ou então, uma peça inteira de malha. Mulheres não deviam deixar que suas curvas se fizessem visíveis aos espectadores de plantão, e contavam com o acompanhamento de banhistas profissionais para entrar na água. Foi então que aos poucos desapareceu a preocupação com as terapias, começando a predominar o prazer proporcionado pelo banho de mar.



Fig. 5. Mulher com seus filhos no Porto da Barra, década de 1910.
Detalhe para os trajes de banho da época. Fonte: Blog Memórias da Bahia (website)

Com o passar do tempo, as roupas usadas para ir à praia se transformaram. No início do século XX “Aquelas vestes [femininas] já são mais sumárias e abertas, desnudando, ao menos, pernas e braços e tornando-se menos refohudas e pesadas”. (AZEVEDO, 1988, p. 14) O corpo das mulheres ficava mais à mostra, com decotes mais generosos, possibilitando contemplação das costas e pernas femininas enquanto desfrutavam da praia. Os homens também ficavam cada vez mais desnudos. Surgiu então maiô, uma malha colada à pele que evidenciava as curvas, alterando os modos de andar e olhar de banhistas e espectadores. “Nunca antes a praia fora tão erotizada”. (RISÉRIO, 2004, p. 480)

Não demorou muito para que a prática se popularizasse, não mais como prescrição médica e sim como uma opção de lazer para todos. É interessante perceber como a construção desta nova “cultura de praia”, como afirma Azevedo, acabou por associar-se diretamente com as transformações urbanas das cidades neste período:

A importação de automóveis franceses, norte-americanos, alemães e a extensão das linhas de bondes elétricos levam, no Rio de Janeiro, às praias oceânicas do Leme, Copacabana, Ipanema, mais tarde Leblon e adiante, facilitando o acesso a antigas fazendas que se vão loteando para moradas e casas de veraneio. O mar não é mais contemplado da Avenida Central, da balaustrada do Flamengo, de Botafogo, mas buscado com avidez no litoral aberto para os 'banhos batidos' no mar agitado e perigoso. Os que passeavam ou faziam *pic-nics* no Alto da Boa Vista, em Santa Tereza, em Cascadura tendem a veraneiar e a residir nos novos bairros. Deflagra-se intenso processo sócio-demográfico e urbanístico com o deslocamento de populações, a mudança de funções dos bairros tradicionais, o surgimento de negócios e indústrias de hotelaria, de abastecimento alimentar, de divertimentos e turismo, produz-se a projeção internacional desses lugares como sucedeu no México, em Acapulco, no Chile, em Viña del Mar, no Uruguai a Punta del Este, [...] A cidade invade o campo, o urbano sucede o rural representado pelas fazendas, pelas roças, pelas povoações de pescadores. O trabalho investido sob a forma de morada e de frequência humana confere outra utilidade a terra. A taxa de utilidade, antes interessando de modo particular a poucos passa a ser de necessidade nova para muitos. (AZEVEDO, 1988, p. 13, grifos do autor)

O autor, ao descrever as transformações na cidade do Rio de Janeiro, aponta para este processo como o rebatimento de um movimento internacional. A praia tornou-se uma alternativa na busca pela vida moderna na cidade. O então lugar de refúgio do caos e da insalubridade, gradativamente foi sendo incorporado ao cotidiano urbano. Em Salvador esse fenômeno se repetiu inicialmente na orla da Barra, onde se encontra nossa praia de estudo:

Na passagem da década de 1920 para a de 1930, no rastro do que ocorria no Rio de Janeiro, a praia da Barra já era um ponto consagrado ao desfile de maiôs e automóveis. Mulheres exibiam lá as suas formas corporais – e, para a apreciação delas, moviam-se curiosos de diversos recantos da cidade. A própria Companhia Circular de Carris da Bahia anunciava excursões ao bairro, com vistas ao novo espetáculo público. Foi quando a Barra, de fato, se transformou. [...] a Barra era, antes do advento da praia baiana, uma localidade semi-rural, como semi-rural era o encantador solar Conde dos Arcos, no Garcia. A praia, entre nós, significou, desde o início, um movimento urbano, não raro predatório, para o litoral norte de Salvador e para as ilhas – em especial, a de Itaparica, onde fica Mar Grande. (RISÉRIO, 2004, p. 481)

Como podemos ver, tanto na Europa quanto no Brasil, a praia foi um espaço historicamente construído. Primeiramente, um espaço negado, inóspito e hostil. Em seguida, um espaço direcionado para o tratamento de doenças, um espaço terapêutico, voltado para a saúde. Por fim a praia tornou-se um espaço lúdico, da busca pelo prazer, da liberdade de estar em contato com a natureza e de exposição. Em todo esse processo, existe notadamente uma relação direta com o desenvolvimento das cidades, que antes voltavam às costas para o litoral e que hoje buscam reconhecê-lo, a ele se conectando, de modo a agregar valor ao espaço urbano.

Acompanhamos, por meio deste breve panorama histórico, as mudanças nas práticas do espaço da praia por diferentes grupos sociais, configurando uma espécie de ciclo, em que mais recentemente vemos as camadas mais populares da sociedade incorporando as práticas disseminadas no passado por uma elite. Observamos então um espaço de transgressões sociais, de contato entre diferentes. Esse apanhando já nos dá subsídios para adentrar em nossas reflexões propriamente ditas. Contudo, acreditamos ser necessário entender um pouco como todo esse processo histórico se refletiu na praia do Porto da Barra.

O Porto da Barra e a cidade de Salvador

Paralelamente a essa transformação, buscamos resgatar um pouco o contexto específico de nossa praia de estudo. Os primeiros registros de ocupação do Porto da Barra e de sua região de entorno remontam à colonização do país e antecedem a fundação da cidade de Salvador. Em 1509, Diogo Álvares, o *Caramuru*, sobrevivente de um naufrágio, uniu-se aos índios tupinambás que habitavam a região, construindo um povoado nas imediações. Essa ocupação, formada por índios e náufragos europeus, consolidou a função portuária da praia, onde então se desenvolveu considerável comércio de produtos nativos, não apenas com a metrópole portuguesa, mas também com franceses, espanhóis, dentre outros exploradores da colônia. Suas características de porto natural, que fazem jus ao seu nome atual, a tornaram um ponto estratégico no processo de ocupação da região.

Em 1534, Portugal estabeleceu o sistema de capitânicas hereditárias, a fim de consolidar a ocupação das terras brasileiras e controlar o ataque de invasores. O donatário Pereira Coutinho recebeu então da coroa portuguesa a posse da Capitania da Bahia, estabelecendo-se, dois anos depois, no povoado de Caramuru, de quem se tornou aliado. O donatário elevou o povoado à categoria de vila, que passou a ser chamada de Vila do Pereira.

Já em 29 de março 1549, após a morte de Pereira Coutinho e o fracasso do sistema de capitânicas hereditárias, Tomé de Souza desembarcou nesta praia¹⁸ com a finalidade de construir a sede do governo-geral do Brasil. Ele ocupou a vila por algum tempo, embora estivesse insatisfeito com a sua localização. A cidade de Salvador foi então estabelecida mais ao norte, a cerca de uma légua (seis quilômetros) distância dali, sendo a vila posteriormente incorporada à nova cidade e ficando conhecida como Vila Velha.

Com a fundação de Salvador, a praia manteve sua função portuária e sua importância para a segurança da região, sendo um ponto estratégico de proteção da nova cidade. Para o controle da entrada da baía, em 1583, foi implantado o Forte de Santo Antônio da Barra. Contudo, dado seu isolamento, a fortificação foi densamente bombardeada pelos holandeses, durante a invasão de 1624. Em 1631, foi iniciada a construção dos pequenos fortes de Santa Maria e São Diogo, para dar cobertura ao Forte de Santo Antônio. Essas fortificações passaram por diversas reformas ao longo do tempo e permaneceram em uso, sob o comando militar, até meados do século XIX¹⁹.

Até o final do século XVIII, a praia do Porto da Barra permaneceu como um espaço destinado essencialmente às práticas marítimas tradicionais como a pesca e o transporte através da navegação. Como vimos, as praias brasileiras só passariam a incorporar novos usos após a chegada da família Real Portuguesa e sua corte, em 1808 – 45 anos após Salvador perder o posto de capital da colônia para cidade do Rio de Janeiro, em 1763. A partir deste momento,

¹⁸ O marco de fundação da cidade, presente na praia, foi inaugurado em março de 1952. No ano de 1999, nas comemorações dos 450 anos de fundação da cidade, a PMS revitalizou o monumento que faz referência ao desembarque de Tomé de Souza na praia, tendo este acontecido em frente às ruínas da fortaleza do donatário Pereira Coutinho, onde foi construído posteriormente o Forte de São Diogo.

¹⁹ O Forte de Santo Antônio que abriga o museu náutico da Bahia desde 1975, sendo administrado pela Marinha, mantém o funcionamento do farol na entrada da baía. O Forte de São Diogo é controlado pelo Exército, enquanto o Forte de Santa Maria encontra-se fechado, sendo controlado pela SPU. Em março de 2015, as vésperas do aniversário da cidade, a Prefeitura Municipal de Salvador (PMS) oficializou o projeto de revitalização dos fortes de Santa Maria e São Diogo, visando à abertura destes para visitaçã pública.

os espaços à beira-mar foram gradualmente apropriados para o cuidado da saúde e para o tratamento de doenças, por influência dos ideais higienistas vindos da Europa.

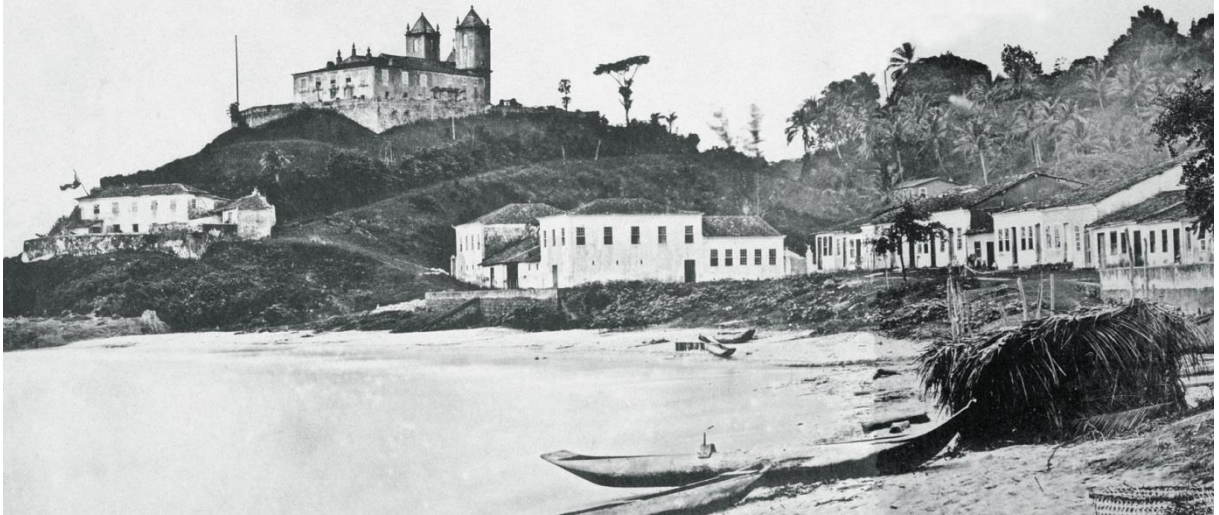


Fig. 6. Porto da Barra em 1858, fotografia de Victor Frond.
 Fonte: Portal Guia Geográfico - Salvador Antiga (website)

As mudanças nas ações e nos modos de se comportar junto ao mar, isto é, no espaço público da praia, diante do “olhar de estranhos”, passaram a acontecer de forma substancial, recebendo juízos de valor que variavam entre o repúdio e a consagração. A permanência na praia, que até então acontecia por períodos reduzidos foi aos poucos dando lugar a longos passeios²⁰, que buscavam muito mais satisfazer as vontades de contemplação, descanso e lazer do que propriamente os cuidados com a saúde. Neste aspecto, o Porto foi uma praia pioneira na cidade de Salvador. Em meados do séc. XX, a Barra já era um bairro residencial consolidado e a praia do Porto era frequentada por banhistas que moravam nas proximidades. Azevedo (1988) apresenta uma crônica publicada em Maio de 1930, no periódico *A Luva*, em que seu autor revela certa estranheza diante das novidades, em juízo e palavras que traduzem ao mesmo tempo o encantamento e a censura do que ocorria:

O banho de mar na Barra, àquela hora, dava à Bahia fulgurações momentâneas de terra civilizada, de terra que veste *maillot* e anda de automóvel, uma Copacabaninha ainda um tanto medrosa, a temer talvez a eterna vigilância do forte de Santa Maria, mas que já põe à vela bons dois

²⁰ Com a extensão dos períodos de permanência na praia, adentrando os habituais horários de refeição, era necessário que se levassem ou se comprassem alimentos junto a comerciantes próximos da praia. Pode se dizer que este foi o início do intenso comércio de produtos e serviços no espaço da praia, fenômeno marcante nas praias hoje. (ver capítulo III)

palmos de pernas supra Joelhal. O banho ali é sempre delicioso, tonificante, rejuvenescedor, não só pelas suas qualidades terapêuticas, mas, principalmente pelas extraterapêuticas, não só pelas qualidades marítimas, mas especialmente pelas marítimas. (AZEVEDO, 1988, p.09).

Com um toque de humor, a citação aborda as mudanças de comportamento que se evidenciavam nas vestimentas que encurtavam palmo a palmo num desejo de liberdade e de usufruto das qualidades ambientais da praia sob o olhar da sociedade da época, o que contrastava com um sentimento ainda muito presente de medo e de vigilância.

Como já dissemos, as mudanças na forma de se apropriar do espaço da praia, bem como no espaço público urbano, acompanhavam a transformação pela qual as cidades brasileiras já passavam desde o início do século XX. Com o fim da escravidão e proclamação da República no país, nossas grandes cidades passaram por intenso processo de modernização, na esteira de influência das ideias do Barão de Haussmann em Paris, tendo como maior exemplo as obras que aconteceram no Rio de Janeiro, durante o governo de Pereira Passos (1902-1906). Em Salvador, o primeiro governo de José Joaquim Seabra (1912-1916) marcou este processo de expansão urbana. Dentre outras obras, foi realizada a construção da Av. Sete de Setembro, primeira ligação do núcleo urbano inicial, o então centro tradicional, com a região sul da cidade e sua orla marítima.



Fig. 7. Trecho da Av. Sete de Setembro no Porto da Barra, na década de 1920.
 Detalhe para estrutura do bonde elétrico que passa acompanhar a nova via de acesso à praia.
 Fonte: Portal Guia Geográfico - Salvador Antiga (website)

A chegada do automóvel (1901) e principalmente do transporte público em Salvador através do bonde elétrico (1905) contribuíram para que, inicialmente o Porto da Barra e

posteriormente as demais praias da orla marítima, se consolidassem como espaços públicos e áreas de lazer da população no decorrer do século XX. Multiplicou-se o número de pessoas que passaram a frequentar a praia, não somente aqueles que ali moravam ou trabalhavam, mas também os residentes de outras partes da cidade bem como turistas. O Porto tornou-se o espaço onde se estabeleciam não apenas novas práticas de lazer, mas também novas relações sociais, marcadas por singularidades do lugar acrescidas e potencializadas pelas contribuições do mundo a sua volta.



Fig. 8. Porto da Barra no final da década de 1950, autor desconhecido.

O espaço da praia apresenta uma nova configuração, com a maior presença de usuários realizando diferentes atividades à beira-mar. Fonte: Portal Guia Geográfico - Salvador Antiga (website)

Nos anos 60 e 70, a praia consolidou-se como espaço público de lazer e o Porto tornou-se um ponto de encontro de diversos jovens que, influenciados pelo movimento hippie e a mudança no comportamento sexual, subvertiam os costumes da época. Artistas e intelectuais que integravam os movimentos de contracultura, a exemplo dos Tropicalistas, também frequentavam e se reuniam nesta praia, como relata Caetano Veloso (2008):

[...] os próprios cineastas do Cinema Novo tinham deixado seus cabelos crescerem, queimavam fumo e tomavam ácido. Gal era musa desse universo. Um trecho da praia de Ipanema que ela frequentava [...] ganhou o apelido de 'Dunas da Gal'. Em Salvador os desbundados se encontravam na praia do Porto da Barra. [...] Ali - como nas dunas da Gal - os rapazes não usavam sungas de praia, mas as cuecas mínimas (e um tanto transparentes) que já traziam por baixo das calças. E alguns casais homossexuais

(sobretudo femininos) não se esforçavam muito em esconder suas carícias. (VELOSO, 2008, p.461)

É curioso pensar que, todo esse movimento associado à liberdade encontra a praia como *locus* num momento de forte de repressão política no Brasil: o regime militar (1964-1985). A praia então desponta como um reduto democrático, marcado pela mistura de classes sociais, gêneros e idades, em que práticas revolucionavam costumes e desafiavam a ditadura.



Fig. 9. Gal Costa e Caetano Veloso no Porto da Barra, fotografia de Mario Luiz Thompson
Fonte: Exposição "Na lente do amo: MPB em Fotos", 2014. Disponível em O Globo (website)

Nos anos 80 e 90 essa mistura se consolida, transformando o Porto num dos espaços mais populares de Salvador, atraindo não somente turistas, mas também moradores de diversas partes da cidade. Essa popularização está associada ao desenvolvimento do sistema de transporte público da cidade, facilitando o acesso à praia. (PAZ, 2007) Mesmo que tenha se tornado destino de lazer de massa, especialmente nos finais de semana, a praia se mantém como um importante espaço de lazer local nos dias úteis. Entendemos que desta dinâmica, onde diferentes grupos sociais coabitam um mesmo espaço, emerge sua aceção de praia democrática mais da cidade.

Hoje, o Porto da Barra é considerado um dos cartões postais de Salvador, devido em parte a sua construção histórica e suas características citadas anteriormente. A praia é destaque dos roteiros e guias de viagem que tratam da cidade. Certamente por ter essa visibilidade, o Porto

e seu entorno tornaram-se, já há algumas décadas, um dos locais escolhidos na cidade pelo poder público como objeto de inserção de Salvador na economia turística globalizada.

O espaço desta praia é marcado pela ação constante de diferentes praticantes em diferentes temporalidades. Por abrigar essa dinâmica, o Porto acaba sendo alvo de disputas, envolvendo diferentes agentes que atuam em diversas escalas. Aqui referimo-nos às relações complexas que vão desde aquelas mais íntimas dos habitantes da cidade com essa praia até a promoção publicitária propagada e financiada pelo Estado e por organizações privadas.

Se nos primórdios de ocupação desta praia predominava o controle do espaço para fins de uso comercial por parte da coroa portuguesa, o que temos hoje é um espaço urbano gerido pelo poder público que comporta a presença de diferentes sujeitos que estabelecem variadas relações com esta praia, realizando práticas por vezes bastante conflitantes, como veremos. Contudo, antes de problematizar algumas dessas relações que se desenvolvem na praia que estudamos, apresentamos o aporte teórico das reflexões que faremos no decorrer deste trabalho.

Antes de encerrar este capítulo, apresentamos a seguir um diagrama onde, de forma cronológica, buscamos associar diferentes acontecimentos e fatos relevantes relacionados ao espaço da praia e suas transformações, traçando um paralelo com a leitura de Corbin sobre o imaginário no mundo ocidental – o território do vazio, a praia terapêutica e a praia lúdica – e as questões que trazemos para nossa pesquisa – do espaço público²¹, do espaço sociabilidade e do espaço da democracia na praia do Brasil.

²¹ Sobre o diagrama a seguir, um esclarecimento: Ainda que não tenha ficado claro, entendemos que as praias no Brasil passam a ter conotação de espaço público, com o declínio das capitânicas hereditárias, entre os séculos XVI e XVII. Segundo Huguenin (2011), a partir de então, várias Ordens Régias passaram a reconhecer o direito adquirido decorrente de doações anteriores e a determinar para o futuro a não privatização desse território.

CAPÍTULO II

A CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DEMOCRÁTICO DA PRAIA

A praia urbana como objeto de estudo

Uma coisa é a linha do litoral. O lugar onde a areia e a onda se limitam. Outra coisa é a praia, como a concebemos. A praia se define no momento em que a linha litorânea, o recorte espacial que reúne ou aproxima ou envolve areia e água, ganha um determinado sentido social. Isto é: no momento em que tal limite relativamente instável se converte em território para o exercício de uma determinada forma de socialidade. [...] O que significa que, mais que acidente geográfico ou dádiva ecológica, **a praia é uma invenção humana. Uma criação histórica e cultural.** (RISÉRIO, 2004, p. 474, grifo nosso)

A praia que nos referimos neste trabalho circunscreve muito mais que uma tipologia com seus aspectos físicos e ambientais. Trata-se de um sistema complexo, à medida que comporta uma série de sentidos produzidos por meio da ação coletiva de sujeitos, em relação de alteridade, ao longo de diferentes tempos e espaços. Entendemos que a praia surge da construção social que nela se realiza, através das diversas formas de apropriação e das relações que são inventadas por essa coletividade em relação à faixa de areia e o mar. A praia, que se expande e se retrai com a mudança da maré, também se transforma simultaneamente às experiências dos sujeitos que dela se apropriam e nela exercem diferentes ações, em constante movimento.

Em nosso estudo, buscamos apreender essas apropriações e relações inventadas numa praia inserida no contexto urbano. A praia urbana parece conter um tipo de espaço dotado de um mecanismo flexível para a negociação entre aqueles que nela interagem, configurando uma superfície dinâmica, de fluxo constante, marcada pela ausência de objetos urbanos definidos²² e pela multiplicidade de experiências daqueles que a vivenciam. Com isso, ela parece se diferenciar de outros espaços mais estáveis da cidade, delimitados por edifícios ou por

²² Veremos adiante que, no caso do Porto da Barra, a balaustrada é um elemento que delimita o espaço entre a areia e a calçada, ao proteger a circulação do desnível entre esses dois planos. Entendemos que, mais do que um limite, a balaustrada constitui um objeto urbano incorporado pela apropriação, dando suporte a diferentes usos e práticas que acontecem neste espaço.

infraestruturas. Ainda que essa dinâmica seja possível em outros espaços públicos da cidade, percebemos que na praia, a falta de elementos fixos e a efemeridade das ações que tomam seu espaço lhe garantem múltiplas formas de ocupação, em diferentes temporalidades, o que revela um constante processo de apropriação e transformação deste espaço.

Neste processo cotidiano, a praia urbana configura-se como um importante ponto de encontro, lugar de intercâmbio, de diferentes formas de apropriação, do exercício da sociabilidade, da convivência pacífica ou em conflito, entre os cidadãos que para ela se destinam, provenientes de diferentes pontos da cidade e mesmo de fora dela. Nela, o mar, a faixa de areia e suas áreas adjacentes constituem um importante espaço para a promoção e para a organização da vida na cidade, a partir da experiência urbana de seus praticantes, que constitui a própria vivência da cidade. Em suma, investigamos uma praia que é também, por excelência, um espaço público urbano.

Deve ficar claro que o emprego da expressão *espaço público urbano*, conforme sugerida por Abrahão (2005), no decorrer deste trabalho, refere-se aos espaços tradicionais de uso comum das cidades, de propriedade pública, como os parques, as praças, e as praias urbanas no Brasil. Com o acréscimo da expressão *urbano*, fazemos uma distinção em relação ao espaço público político, isto é, ao *domínio público*²³, ainda que não raro seja feita a justaposição entre ambos²⁴, quando se confere à materialidade dos primeiros uma realização sócio-política, através de atributos como cidadania e democracia, algo que será debatido adiante.

Notamos que as praias possuem um papel estruturante e definidor das cidades litorâneas do nosso país, cuja ocupação remonta à colonização. Essas cidades, que sempre concentraram um grande contingente populacional²⁵, tiveram um processo de expansão urbana intensificado com a industrialização, em meados do século XX. (NAKANO, 2006) Esse

²³ Escolhemos usar no decorrer do trabalho o termo *domínio público*, como presente na edição mais nova de *A Condição Humana* (ARENDT, 2012 [1958]), em substituição à noção mais conhecida de *esfera pública*, como consta em traduções anteriores, não só do trabalho de Arendt, mas também de outros autores como Habermas (1984 [1974]).

²⁴ Em seu trabalho, Abrahão (2005) trata justamente do processo de significação deste “espaço público urbano” como “espaço público político”, algo que se intensificou na literatura sobre urbanismo, a partir dos anos 80 (p.11).

²⁵ Na Zona Costeira Brasileira localizam-se 13 capitais e cerca de 400 municípios. Tais núcleos urbanos concentram milhões de moradores, com densidade populacional média cinco vezes maior do que a média nacional, conforme dados do IBGE de 2000. (NAKANO, 2006, p.12)

crescimento, na maior parte dos casos, privilegiou a ocupação da orla marítima dessas cidades. Se no passado, as praias eram importantes como espaço para as atividades portuárias, que garantiam o desenvolvimento do comércio, na atualidade elas despontam como lugar atrativo para economia turística e de lazer, com a valorização imobiliária das áreas urbanas próximas ao mar.

Neste sentido, é significativo o número de brasileiros que frequentam a praia, não apenas no verão, mas ao longo do ano, especialmente nos dias quentes, finais de semana e feriados. Ela é um espaço apropriado para a realização das mais diferentes ações, voltadas para o descanso, o ócio, a diversão, o prazer, sendo também um espaço de trabalho (de subsistência ou não) visto que, neste intuito, nela também acontecem modos de apropriação privada. Percebemos que as práticas de uns, tornam-se ao mesmo tempo e, em muitos casos, uma fonte de renda de outros. São inúmeros os motivos e os interesses que fazem da praia o destino de tantos brasileiros.

O Porto da Barra, na cidade de Salvador, surge como o lugar de investigação. Localizada na entrada da Baía de Todos os Santos, ao sul da cidade de Salvador, o Porto, como a praia costuma ser chamada, configura uma pequena enseada com aproximadamente 300 metros de extensão. O espaço da praia compreende o trecho da Av. Sete de Setembro, entre os fortes de Santa Maria e de São Diogo, construções do século XVII, que marcam os limites da praia, ao sul e ao norte, respectivamente (Fig. 10, 11 e 12).

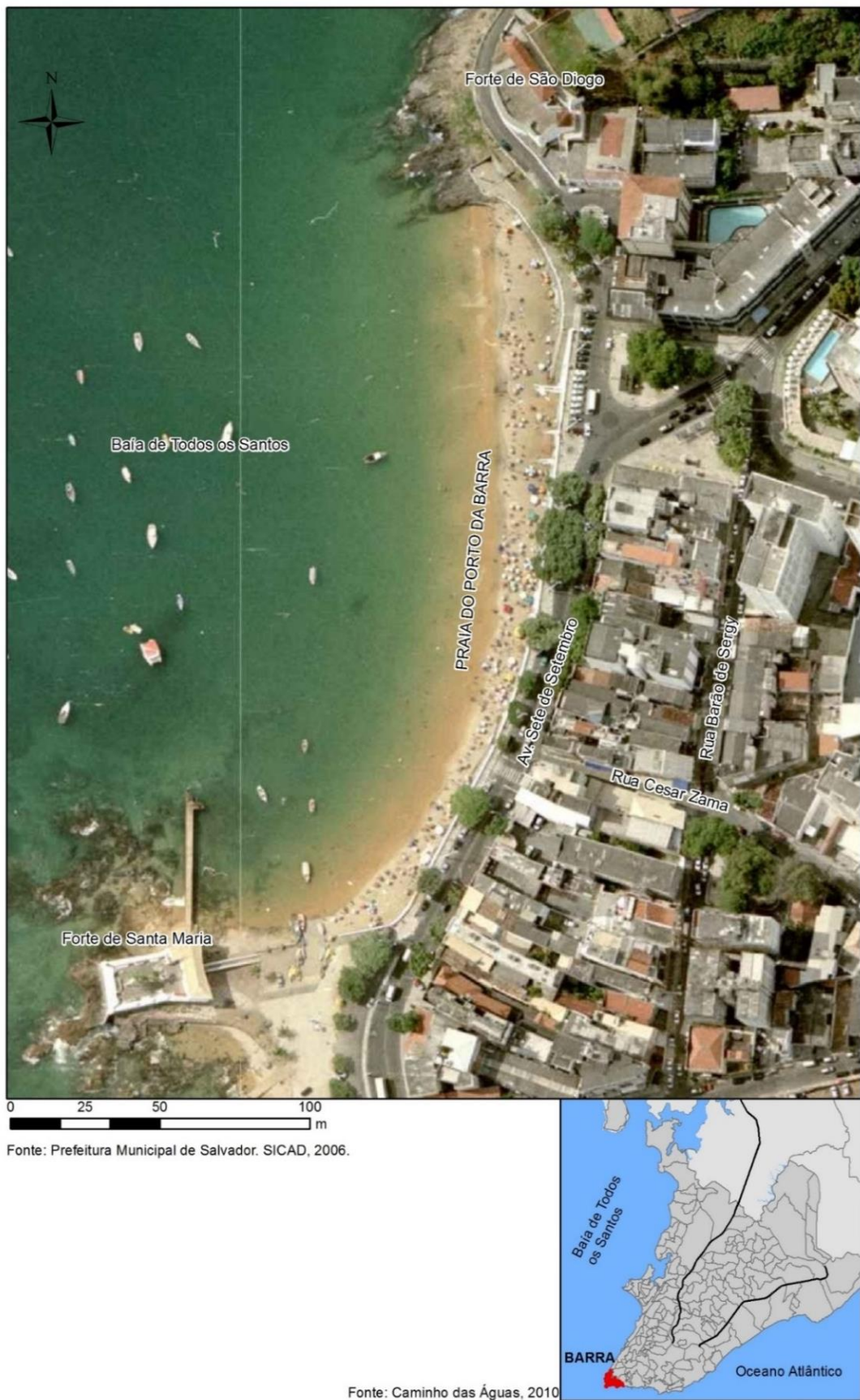


Fig. 11. Localização do Porto da Barra.
Edição: Sanane Sampaio, 2014



Fig. 12. Porto da Barra, vista para o Forte de Santa Maria, 2008



Fig. 13. Porto da Barra, vista para o Forte de São Diogo, 2014

Nosso contato com esta praia remonta a um estudo anterior²⁶ que já apontava as particularidades que revelavam seu potencial como laboratório para pesquisa. O Porto é uma das praias mais frequentadas da cidade, procurada tanto por baianos quanto por turistas, moradores e “forasteiros”, que desejam desfrutar do sol e do mar, numa faixa de areia relativamente pequena. Nela, diferentes sujeitos se agregam, interagem entre si, na busca por satisfações diversas, por vezes conflitantes. Essa diversidade de apropriações faz das negociações, nas formas de uso do espaço da praia, algo constante.

Sendo uma praia reconhecida pela diversidade de sujeitos que a frequentam, em busca de interesses diversos, o Porto é considerado por muitos como “a praia mais democrática de Salvador”. Essa afirmação é evidenciada não apenas na fala de seus usuários, mas também é destaque nas reportagens de jornal levantadas sobre a área:

Mais ou menos light durante a semana, o Porto tem, no sábado e domingo, realçado para valer o **sonho tropical da democracia**. É miscigenação geral. Diversas linhas de ônibus, procedentes de vários bairros periféricos, descarregam centenas de banhistas. Aí o espaço tem de ser democrático mesmo e não adianta “fazer onda”, mesmo porque o mar do Porto é de águas calmas. Um antigo morador da barra, dos tempos neo-aristocráticos, que prefere não se identificar, lamenta o que chama de “invasão e bárbaros”, mas reconhece que a ocupação seria inevitável, pelo menos em razão de uma verdade incontestável: **a praia é pública**. (JORNAL A TARDE, 1999, p. 10, grifos nossos)

Se nos dias úteis esta praia é um espaço frequentado, majoritariamente por moradores e turistas da região, nos finais de semana e feriados de sol, ela se configura num espaço popular, visto que a maior parte dos seus banhistas reside fora do entorno imediato. Essa mudança, como mostra a reportagem, é interpretada como uma “invasão de bárbaros” por moradores locais. Certamente a boa oferta de transporte público²⁷ apontada possibilita o deslocamento de frequentadores oriundos de diversas partes da cidade para esta praia, o que contribui para este fenômeno. A pluralidade dos sujeitos que frequentam o Porto confere vitalidade ao

²⁶ Esse estudo, que abordaremos no terceiro capítulo, fez parte do nosso TFG (ANDRADE, 2008), em que a análise serviu de base para uma proposta de intervenção urbana na região estudada.

²⁷ Em janeiro de 2014, cerca de 10 linhas de ônibus que ligavam a Barra a outros bairros distantes – como Cajazeiras, Fazenda Grande e Pirajá – passando pela estação da Lapa foram extintas pela PMS. Hoje, apenas uma linha liga a Barra à Lapa. Contudo, ainda é relativamente boa a oferta de transporte público do bairro.

espaço da praia, fazendo dela um lugar em que a experiência urbana da alteridade, referida por Jacques (2012), ainda se mostra enriquecedora.

Percebemos o prestígio do Porto da Barra diante de outras praias soteropolitanas, quando nela encontramos cidadãos de diversas partes da cidade, bem como muitos turistas. Trata-se de uma das praias mais frequentadas da cidade, que costuma ser palco de importantes eventos festivos e esportivos²⁸. O Porto está inserido no contexto histórico, cultural e turístico da cidade, sendo alvo constante de projetos de revitalização e requalificação urbana das gestões públicas municipais dos últimos 17 anos²⁹, ainda que nem todos tenham sido realizados. Por isso entendemos a importância desta praia como objeto de uma análise que se propõe a refletir sobre um espaço público e seu caráter democrático, numa cidade litorânea como Salvador.

Práticas cotidianas da praia

Na praia urbana desenvolve-se uma série de ações corriqueiras da vida cotidiana: sujeitos que caminham, correm ou que conversam parados ao longo do calçadão; que esperam o ônibus para ir à escola ou ao trabalho; que praticam variados esportes (jogam peteca, futevôlei, frescobol, etc.); que desfrutam do sol e tomam banho de mar ou simplesmente que se sentam na areia para conversar com amigos, beber, contemplar a paisagem, ver pessoas, paquerar. Em paralelo, há os sujeitos que trabalham, pescam, comercializam bebidas, comidas, acessórios, equipamentos, brinquedos, enfim, aqueles que prestam os mais variados serviços, especialmente voltados aos que buscam o prazer de desfrutar o espaço à beira-mar. Também

²⁸ Alguns exemplos de eventos esportivos são a Travessia Mar Grande-Salvador e a Regata João das Botas (realizados na praia anualmente). Projetos culturais como o “Música no Porto” (2000 a 2008) e o “Praia 24 horas” (2008 a 2010), aconteciam logo após o carnaval, na primeira década dos anos 2000.

²⁹ Desde as gestões de Antônio Imbassahy (1997-2000; 2001-2004), passando pelos dois mandatos consecutivos de João Henrique Carneiro (2005-2008; 2009-2012) e atualmente na gestão do prefeito Antônio Carlos Magalhães Neto (2013-2017). No caso do atual prefeito, sua proposta para a região já era mencionada em sua campanha eleitoral, tendo a obra sido realizada durante a escrita da dissertação.

se evidenciam furtos e práticas ilícitas, violações de conduta pouco evocadas quando pensamos numa praia, mas que também estão contidas em seu espaço.



Fig. 14. Ambulantes vendem produtos para banhistas, 2008



Fig. 15. Banhistas e jogadores de peteca na praia, 2008

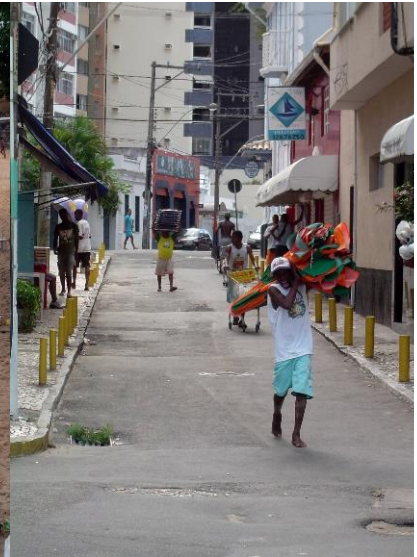


Fig. 16. Barraqueiros levam seu material para praia, 2008

São essas e tantas outras ações, as diferentes formas de uso deste espaço, que constituem o que chamamos de *práticas cotidianas da praia*. Elas decorrem das apropriações e das relações sociais que ali emergem e produzem uma espacialidade em constante transformação. O espaço da praia caracteriza-se por esse movimento, que está diretamente relacionado à produção da vida humana que nele se desenvolve. Entendemos que a beira-mar transforma-se em praia, a partir das práticas cotidianas que nela acontecem, visto que, nesta relação, elas garantem a produção da vida e definem a qualidade do espaço, à medida que este se torna um elemento condicionante dessas ações.

Nesse contexto, tornam-se fundamentais para o nosso trabalho as contribuições de Michel de Certeau. Em *A invenção do cotidiano* (2013 [1980]) o autor buscou demonstrar a importância das ações do “homem ordinário” no dia a dia da cidade, deixando claro um compromisso de narrar “práticas comuns”, as operações astuciosas e clandestinas. Certeau nos mostra que o homem ordinário inventa o cotidiano com mil maneiras de “caça não autorizada”. Essa invenção ocorre graças ao que ele chama de “maneiras de fazer”, “astúcias sutis”, “táticas de resistência” que subvertem os objetos e os códigos preestabelecidos pela racionalidade técnica de produção dominante do espaço urbano. Essas práticas constituem uma atualização deste espaço e do seu uso ao jeito de cada um. Para ele:

A uma produção racionalizada, expansionista além de centralizada, barulhenta e espetacular, corresponde outra produção, qualificada de consumo: esta é astuciosa, é dispersa, mas ao mesmo tempo ela se insinua ubiquamente silenciosa e quase invisível, pois não se faz notar com produtos próprios, mas nas maneiras de empregar os produtos impostos por uma ordem econômica dominante. (CERTEAU, 1980, p.39)

Como todo espaço urbano, a praia está sujeita a esta produção racionalizada apontada pelo autor. Observamos que muitas das ações de intervenção do poder público no espaço urbano, no caso particular de Salvador, estão diretamente relacionadas com a praia. São ações de controle e ordenamento de usos do espaço público urbano, os projetos de requalificação urbana, as realizações de eventos culturais e esportivos, dentre outros. Essas intervenções costumam visar o fluxo de turistas que buscam a cidade, tendendo à melhoria desses espaços, através de ações fragmentadas de embelezamento urbano – com a substituição de pavimentação, mobiliários urbanos, iluminação etc. Contudo, ainda que seja capaz de possibilitar novas experiências de uso nestes espaços, grande parte dessas intervenções urbano-culturais se distancia do reconhecimento da experiência urbana do cotidiano, das trocas sociais existentes, provocando rupturas que favorecem a valorização imobiliária e a fragmentação e segregação socioespacial na cidade.

Há uma infinidade de maneiras de praticar o espaço da praia, visto que cada apropriação ocorre de forma diferente a cada dia, mudando por vezes em função dos aspectos físico-ambientais que alteram a rotina desse espaço. Quando o sol está a pino, a maré esta baixa, e o mar tranquilo, o dia torna-se convidativo para o banho de sol ou de mar. Já um dia de chuva, com a maré alta e o mar agitado, parece perfeito para a prática do surfe. Assim, a praia torna-se um espaço aberto a possibilidades, em constante transformação e em contínuo processo de definição próprio. O resultado desse processo é que a informalidade e a improvisação que verificamos na praia — talvez mais ampliada do que no tecido urbano planejado pela falta de visibilidade das linhas de propriedade e do controle territorial produzido pelo acúmulo de capital dentro deste espaço — criam uma infraestrutura efetiva³⁰ para múltiplas formas de ocupação.

³⁰ Infraestrutura aqui não é entendida como um elemento de engenharia associado às necessidades básicas como o suprimento de água, esgoto ou transporte, mas sim uma máquina urbana com a capacidade de servir os seus habitantes com o suporte adequado de que precisam para viverem na cidade, respondendo às suas necessidades

Em sua análise, Certeau nos mostra como o homem ordinário no contexto urbano, apropria-se do espaço estrategicamente construído com astúcia e com isso, vai definindo um novo espaço com suas “maneiras de fazer”. Percebemos que é a partir da ação do “praticante ordinário” da praia que surge o significado deste espaço, quando se dá a apropriação destas intervenções por parte dos cidadãos. Entendemos que estudar a praia como um espaço público urbano deve compreender a apreensão das maneiras de fazer que tomem conta do espaço da praia no seu dia a dia.

Para o autor, os praticantes e as suas “maneiras de fazer” configuram o espaço urbano constituindo uma superação da racionalidade planejada e dominante que tenta se impor à cidade. Assim como Certeau, Henri Lefebvre (2000 [1974]) entende que a produção do espaço não está à parte das relações sociais ou das práticas que nele acontecem. Neste sentido, Lefebvre aponta para três momentos na produção social do espaço: o espaço concebido, o espaço percebido e o espaço vivido. Essa triplicidade do espaço do autor deve ser entendida em relação, referindo-se respectivamente à *representação do espaço*, à *prática espacial* e ao *espaço de representação*. Fazendo um paralelo entre os trabalhos de Certeau e Lefebvre, podemos afirmar que a vida cotidiana remete à relação entre espaços de representação (vividos, concretos, subjetivos, apropriados) e as representações do espaço (concebidas, abstratas, objetivas, dominadoras), através da prática espacial (percebida).

Para Lefebvre, a *representação do espaço* diz respeito ao espaço concebido, abstrato, traduzido pelo pensamento hierarquizado, distante do real. Seria equivalente à produção racionalizada de que fala Certeau, sendo o espaço elaborado pelo saber técnico e ideológico, que advém dos cientistas, planejadores, urbanistas e tecnocratas, através do planejamento urbano e dos projetos urbanísticos. A *prática espacial* refere-se ao espaço percebido. Ela aparece com uma intermediação entre a ordem distante e a ordem próxima. A prática espacial atribui às representações do espaço novas funcionalidades e usos diversos, que correspondem a uma lógica de percepção da produção e da reprodução social. Relacionam-se com as maneiras de fazer de que fala Certeau. Elas reinventam o espaço e dele se apropriam. Já o *espaço de representação* é o espaço vivido através da experiência do sujeito.

básicas, mas também e principalmente investida nas relações sociais, emocionais e mitológicas com o seu território. (AQUINO, 2014, p.150)

Ele denota as diferenças em relação ao modo de vida programado. Envolve simbolismos complexos, codificados ou não. Difere do concebido, pois supera o espaço físico, agregando a subjetividade do sujeito que pratica o espaço. Sua compreensão é mais elaborada, visto que é influenciada pela cultura e história daqueles que o vivenciam e está na memória, nas referências de quem o pratica.

Quando interpretamos o cotidiano apresentado por Certeau, concordamos com Leite (2010), pois entendemos que ele não se constitui apenas de regularidades sociais previsíveis, mas também de rupturas. Para isso, o autor busca refletir justamente sobre essas quebras como formas de afrontamentos deliberados em relação às disposições costumeiras. Elas constituem táticas escorregadias que subvertem as estratégias postuladas pelo poder. (CERTEAU, 2013) Seu principal pressuposto para analisar a vida cotidiana são os lances táticos e situacionais que informam as artes de fazer. Em seu trabalho, Certeau segue uma lógica própria ao analisar a ação cotidiana em suas feições predominantemente conflitantes:

Consiste em sugerir algumas maneiras de pensar as práticas cotidianas dos consumidores, supondo, no ponto de partida, que são do tipo tático. Habitar, circular, falar, ler, ir às compras ou cozinhar, todas essas atividades parecem corresponder às características das astúcias e das surpresas táticas: gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo “forte”, arte de dar golpes no campo do outro, astúcia de caçadores, mobilidades nas manobras, operações polimórficas, achados alegres, poéticos e bélicos. (CERTEAU, 2013, p. 103)

Para Certeau, o cotidiano é construído a partir das práticas e não se define pelas regularidades sociais, ainda que possa ser formado por recorrências. Longe de ser aquele cotidiano trivial, ou a vida normativa dos papéis sociais, o cotidiano para ele são *procedimentos*. Certeau aproxima seu conceito de cotidiano à noção de jogo, concebido pela articulação entre práticas de dois tipos: as *estratégias* e as *táticas*. Com esse par de conceitos, o autor rompe com a definição de cotidiano como algo monótono para dar lugar à ideia de cotidiano como *movimento*.

Ao pensar o cotidiano mediante as práticas, sejam elas estratégias ou táticas Certeau subverte a ideia de se pensar um cotidiano supostamente estável e regular, enfatizando o caráter inerente de disputas e rupturas possíveis. Sua ênfase no cotidiano como uma espécie de campo de batalha, cujas *táticas* precisam encontrar modos inventivos de escape e

confrontação em cada situação, rompe não apenas com o caráter normativo da ação social cotidiana, como também realça um aspecto importante: as relações de poder que incidem na construção social da vida pública cotidiana. A noção de cotidiano em Certeau, portanto, permite que se analisem formas distintas de apropriação do espaço, a formação de lugares e o rompimento de fronteiras socioespaciais da vida urbana, uma diferença que se mostra essencial para o nosso estudo.

Ainda no que diz respeito às práticas do cotidiano, encontramos referências no trabalho de Pierre Mayol (2013[1980]) para quem a organização da vida cotidiana se articula ao menos entre dois registros: os comportamentos e os benefícios simbólicos. O primeiro se traduz pela forma de se vestir, os códigos de cortesia, o ritmo de andar e também como se evita ou valoriza determinados espaços; o segundo seria a recompensa, o que se espera obter pela maneira de se portar no espaço.

Em seu estudo, Mayol desenvolve a ideia de que há uma regulação articulando os comportamentos visíveis no espaço social coletivo com benefícios simbólicos esperados, através do conceito de *conveniência*, que seria “no nível dos comportamentos, um compromisso pelo qual cada um, renunciando à anarquia das pulsões individuais, dá créditos à vida coletiva, com o fito de retirar daí benefícios simbólicos necessariamente protelados”. (MAYOL, 2013, p. 39) Ser conveniente significa saber comportar-se perante o outro, contribuindo para a realização da vida cotidiana, em coletivo.

O autor retoma de Certeau o uso da tática para descrever as práticas no espaço público do bairro pelos seus usuários, para quem o espaço urbano não é somente objeto de conhecimento, mas, sobretudo “o lugar de um reconhecimento”. (MAYOL, 2013, p. 24) O espaço público, lugar de trajetórias individualizadas conduz cada um às obrigações, ao respeito dos códigos sociais centrados na questão do reconhecimento. Neste aspecto, o autor observa que:

A prática do bairro é uma convenção coletiva tácita, não escrita, mas legível por todos os usuários através dos códigos da linguagem e do comportamento. Toda submissão a esses códigos, bem como toda transgressão, constitui imediatamente objeto de comentários: existe uma norma, e ela é mesmo bastante pesada para realizar o jogo da exclusão social em face dos ‘excêntricos’, as pessoas que ‘não são/fazem como todos nós’. Inversamente, é ela a manifestação de um contrato que tem uma

contrapartida positiva: possibilitar em um mesmo território a coexistência de parceiros, a priori 'não ligados'. Um contrato, portanto uma 'coerção' que obriga cada um para que a vida do 'coletivo público' – o bairro – seja possível para todos. (MAYOL, 2013, p. 47)

Esta convenção remete à conveniência pela qual o praticante, reconhecido e designado, coloca em cena seu próprio corpo no espaço público. Para o autor, esta conveniência conduz o praticante a se enquadrar nos planos mentais estabelecidos e nas regras em uso, forçando-o assim a evitar toda percepção dissonante, visto que a proximidade própria do espaço cria uma visibilidade, uma transparência imediata do modo de ser, do comportamento do usuário. Para o autor, “a conveniência é o rito do bairro”. (MAYOL, 2013, p. 31)

Uma vez que a praia urbana também é um espaço que compõe a trajetória cotidiana de muitos, podemos observar semelhanças nas formas como se desenvolvem as práticas dos moradores que Mayol apresenta com as que se estabelecem através dos praticantes ordinários que observamos em nosso estudo de campo. No Porto, percebem-se as regulações sociais que se formam a partir do processo de reconhecimento do outro, não somente no que diz respeito à aproximação, mas também quanto à distinção em relação a este outro. O praticante pode ou não submeter-se aos planos mentais estabelecidos ou as regras, normas e/ou leis que definem os usos permitidos mas, aceitando ou não o que é estabelecido, ele assume a postura de um sujeito político, a medida que negocia constantemente as condições desta sujeição, buscando a abertura necessária para as negociações sobre as formas de se comportar, de se utilizar do espaço que também é do outro, ou seja, buscará a melhor forma de praticar este espaço partilhado e compartilhado com o outro.

Sociabilidades e outras formas de interação social

Quando a praia urbana encontra-se tomada por diferentes sujeitos em seu cotidiano, no contato com o outro, são estabelecidas diferentes formas de interação social entre aqueles que se apropriam do seu espaço, cada qual em busca da realização de seus desejos. Essas interações fundam um estado de convivência entre seus praticantes ordinários. São variadas

formas de interação social, que não deixam de configurar maneiras de praticar este espaço, uma vez que elas também interferem na sua construção, ao mesmo tempo em que são condicionadas espacialmente. Falamos aqui de uma série de relações inventadas, movidas por intenções distintas: por afeto, por amizade, de forma lúdica, por subordinação, por interesse específico ou não, por medo, por hostilidade, ou simplesmente ser uma relação de indiferença.

Georg Simmel (2006 [1917]; 2005 [1903]; 1983 *apud* MORAES FILHO) é um autor que nos ajuda a melhor compreender essas relações sociais no espaço da praia, a partir de suas análises, que se centraram sobre os sujeitos e suas ações na cidade moderna. Para ele, a sociedade é uma totalidade formada pelo conjunto das interações entre os indivíduos entre si e com o meio, as quais se dão na forma do que ele chama de *sociação*. Os homens estabelecem *sociações* para satisfazer suas necessidades, propósitos, impulsos, interesses, de modo que elas são a origem e a base da sociedade. Sua concepção de sociedade difere da que encontramos em outros autores da sociologia clássica, como Marx, Weber e Durkheim, que colocam a sociedade como determinante para a formação do indivíduo e de suas formas de agir. Recorrendo aos conceitos filosóficos de forma e conteúdo, Simmel considera que:

A sociação só começa a existir quando a coexistência isolada dos indivíduos adota formas determinadas de cooperação e de colaboração que caem sob o conceito geral de interação. A sociação é, assim, a forma, realizada de diversas maneiras, na qual os indivíduos constituem uma unidade dentro da qual se realizam seus interesses. (SIMMEL, *apud* MORAES FILHO 1983, p. 60)

Assim, a *sociação* é a forma dos conteúdos concretos da vida humana, a unidade básica da sociedade, que se realiza de inúmeras maneiras e em relação a inúmeros conteúdos que devemos entender como sinônimos de causa, de motivo. Inclusive, para Simmel, “em qualquer sociedade humana pode-se fazer uma distinção entre o seu conteúdo e sua forma” (SIMMEL, *apud* MORAES FILHO 1983, p. 165).

Na praia, um espaço de encontro entre diferentes, tomado pelas práticas do cotidiano, é possível observar as mais diferentes formas de interação entre os seus praticantes. Contudo, percebe-se que muitas dessas *sociações* não estão atreladas a uma finalidade, isto é, elas não dependem de um conteúdo específico. Muitos estão ali para praticar algum esporte,

encontrar amigos, desfrutar do banho de mar, ou do sol e, nessa busca interagem com outros praticantes com quem compartilham o espaço, sem ter necessariamente um propósito.

Quando a forma de interação ganha autonomia em relação ao seu conteúdo, para ser valorizada em si mesma, temos o que Simmel define por *sociabilidade*. Trata-se de um tipo puro de relação social, com um fim em si mesmo, em que o estar junto com o outro é a única finalidade. Percebemos a centralidade que a noção de interação social tem para Simmel nas palavras do próprio autor:

Quando os homens se encontram em reuniões econômicas ou irmandades de sangue, em comunidades de culto ou bandos de assaltantes, isso é sempre o resultado das necessidades e de interesses específicos. Só que, para além desses conteúdos específicos, todas essas formas de sociação são acompanhadas por um sentimento e por uma satisfação de estar justamente socializado, pelo valor da formação da sociedade enquanto tal. (SIMMEL, 2006, p. 64)

Assim, para Simmel, a sociabilidade nasce quando os conteúdos e os interesses materiais ou individuais são diluídos e o estar junto se sobrepõe a esses conteúdos e interesses. O prazer se dá única e exclusivamente por ocasião da união, sem o imperativo de alguma razão ou propósito final, sustentando-se da relação com a realidade tal qual uma obra de arte. Ainda de acordo com o autor, “a sociabilidade [...] não tem qualquer finalidade objetiva, qualquer conteúdo ou qualquer resultado”. (SIMMEL, 2006, p. 66) Neste sentido, a sociabilidade configura uma “forma lúdica de sociação”. (SIMMEL, 2006, p. 65)

Realizar práticas no espaço público da praia implica em estabelecer diferentes modalidades de interação social, ou seja, diferentes formas de sociação a partir do contato com o outro. Entendemos que o conjunto das diversas práticas cotidianas que se estabelecem na praia acaba gerando uma infinidade de relações entre os praticantes deste espaço. É nesta interação com o outro que, de acordo com Simmel, ocorre o fundamento da sociabilidade. Acreditamos que na praia urbana é possível observar um reflexo em menor escala de nossa sociedade, não apenas pelas práticas que nela se realizam, mas especialmente porque percebemos que neste espaço emergem diferentes formas de sociação, sejam elas de afinidade, de conveniência ou ainda de conflito ou indiferença.

A sociabilidade, no contexto da praia urbana, mostra-se relevante uma vez que a “natureza social” dos indivíduos aflora sobremaneira no convívio deste meio social. A importância das relações construídas entre os praticantes deste espaço é evidenciada quando alguns destes relatam o prazer de estar na praia e encontrar com amigos, conhecidos, seja para jogar bola, tomar uma cerveja ou simplesmente para conversar, por exemplo. Neste sentido, o que Simmel chama de *impulso social* – que seria essa busca pela proximidade, estímulo para a sociabilidade – é experienciado em diferentes níveis, havendo também os indivíduos que possuem maior dificuldade em estabelecer relações com os demais.

Acreditamos que o caráter democrático conferido à praia, também provém da sociabilidade que nela se estabelece. Percebemos, de acordo com Simmel (2006, p.69), que o impulso social é regido pela seguinte regra: “cada qual deve satisfazer esse impulso à medida que for compatível com a satisfação do mesmo impulso nos outros”. É o princípio da reciprocidade de valores, a *ação recíproca*, ou seja, aquele indivíduo que deseja receber valores sociáveis, como alegria, deve primeiramente oferecê-los. Para Simmel, na sociabilidade, o sujeito recebe em troca apenas valores que é capaz de proporcionar ao outro.

Observamos uma aproximação da *ação recíproca* de Simmel com a ideia de *conveniência* apresentada por Mayol (2013), visto anteriormente. Em ambos, há uma preocupação em se estabelecer um equilíbrio, um acordo, limitando muitas vezes a vontade própria em favor de um interesse comum, em *respeito* à vida coletiva. A ação, contudo, nunca é ocasional ou desinteressada, havendo a espera de um benefício, um retorno do outro.

Ainda neste aspecto, notamos que na praia, o sujeito que convive no seu grupo, com pessoas com quem possui mais afinidade e com quem está em maior contato, relaciona-se com pessoas de outros grupos de forma diferente, pois destes não recebe a mesma atenção. Enquanto o seu envolvimento com pessoas mais próximas é, muitas vezes, de afeição, alegria, brincadeira etc., seu relacionamento com pessoas mais distantes é marcado pela formalidade ou até mesmo pela hostilidade, pois os valores recebidos nesse tipo de relação são outros. Trata-se de uma trama de relações complexa e dinâmica, em que sujeitos se juntam e se separam, formando grupos distintos, atribuindo determinadas significações sociais ao espaço físico da praia.

No pensamento de Simmel, as diferentes formas de sociação e as relações de interdependência não configuram, necessariamente, a convergência de interesses entre os indivíduos envolvidos. Para o autor, na sociabilidade sempre existe um fator de diferenciação entre pessoas, para que se possam estabelecer as “relações entre iguais”. Quando essa qualidade da sociabilidade é rompida, ou seja, quando grupos sociais com diferentes interesses entram em disputa – por uma questão de espaço, por exemplo – deflagra-se o conflito.

Em seus estudos, o autor demonstra que as interações sociais podem prefigurar não apenas relações de interesse mútuo, mas também relações de subordinação (ou de dominação) e relações conflitivas. É interessante destacar que, para Simmel, o conflito não é um elemento nocivo à vida social. Pelo contrário, ele é capaz de torná-la mais rica e plena, colaborando para a integração dos grupos, além de sinalizar o desenvolvimento da tomada de consciência individual, que teria uma função positiva para sociedade como um todo, principalmente à medida que o conflito é superado, mediante acordos. Para o autor, “o conflito está assim destinado a resolver dualismos divergentes; é um modo de conseguir algum tipo de unidade [...] o próprio conflito resolve a tensão entre contrastes”. (SIMMEL, *apud* MORAES FILHO 1983, p. 122-123) Trata-se, portanto, de um fenômeno que “à primeira vista parece desassociação, mas na verdade é uma das formas elementares de socialização”. (SIMMEL, *apud* MORAES FILHO 1983, p. 128)

O espaço público da praia urbana

A costa litorânea brasileira e suas praias urbanas são terrenos de marinha³¹, definidos por lei como bens de propriedade pública, fazendo parte do patrimônio público federal e sendo controladas pela Secretaria do Patrimônio da União (SPU). São consideradas bens públicos de

³¹ Os terrenos de marinha são bens da União medidos a partir da linha do preamar médio do ano 1831 até 33 metros para o continente ou para o interior das ilhas costeiras com sede de município. Além das áreas ao longo da costa, também são considerados terrenos de marinha as margens de rios e lagoas que sofrem influência de marés.

livre acesso³², de acordo com a lei 7.661 de 1988³³, que instituiu o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC):

Art. 10. As praias são bens públicos e de uso comum do povo, sendo assegurado, sempre, livre e franco acesso a elas e ao mar, em qualquer direção e sentido, ressalvados os trechos considerados de interesse da segurança nacional³⁴ ou incluídos em área de legislação específica.

Esta definição jurídica pode ser um ponto de partida para a o entendimento da praia urbana como um espaço público. Certamente é também deste ponto que o senso comum depreende o espaço da praia não somente como público, mas também como democrático, visto que nele é garantida a acessibilidade indissociada, em que o contato e o convívio entre diferentes se torna possível. Esta é opinião que evidenciamos nas interlocuções de campo e nos recortes jornalísticos que se referem ao Porto da Barra. Contudo, não podemos considerar que o espaço público urbano limite-se apenas a um bem coletivo de acesso e uso público.

Quando buscamos pensar a praia urbana como um espaço público, deparamo-nos com um conceito complexo, permeado por diferentes concepções teóricas, variáveis de acordo com campos distintos do conhecimento, a exemplo da teoria política, da sociologia e do urbanismo. Como derivam de diferentes áreas, esses estudos dão origem a variadas pesquisas, o que torna difícil a elaboração de uma acepção concisa e definitiva sobre o espaço público.

Para Rogério Leite (2001), essas diferentes abordagens tratam do tema com pelo menos três conotações distintas, que se relacionam e se complementam: o espaço público pode ser definido como um espaço urbano aberto de *propriedade pública* do Estado; pode ser definido também em função de sua significação sociopolítica e urbana, constituindo o *espaço-signo*

³² Apesar de estar previsto por lei, existem casos controversos de livre acesso à orla no Brasil. Para citar alguns exemplos em Salvador: o Bahia Marina, na Av. Contorno; o Yacht Clube da Bahia na ladeira da Barra e os edifícios de luxo na encosta da Vitória. Os dois primeiros são equipamentos particulares que ocupam o espaço público, e os últimos restringem o acesso ao mar pela população nas áreas onde estão localizados.

³³ Destacamos ainda regulamentação da lei 7.661/88 pelo decreto 5.300/2004, que repete o conceito de praias e determina que a Administração Municipal deve assegurar dentro do planejamento urbano o livre acesso às praias pela população.

³⁴ Um exemplo de trecho de interesse de segurança nacional é a praia de Inema, na divisa dos municípios de Salvador e Simões Filho. Trata-se de uma praia controlada pela Marinha do Brasil, situada numa base militar, de acesso restrito e que ficou conhecida por ser frequentada por alguns chefes de Estado do país, como os ex-presidentes Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e a atual presidenta Dilma Rousseff. Outro exemplo semelhante é o da praia do Quartel de Amaralina, em Salvador, controlada pelo Exército.

das relações entre as representações de poder que estruturam paisagens urbanas; e pode, ainda, ser considerado como espaço da *esfera pública (domínio público)*, na qual os indivíduos, como cidadãos engajados politicamente, podem ver e ser vistos e se deparam com formas de solidariedade social.

Em nossa pesquisa, tomamos como premissa a ideia de um espaço urbano onde se podem instituir práticas sociais que venham caracterizar sua dimensão política, ou seja, podemos dizer, assim como Leite (2002) a partir de Arendt (2010), que o espaço urbano torna-se espaço público, quando nele se conjugam certas configurações *espaciais* e um conjunto de *ações* que lhe atribuam um sentido *político*.

Quando as ações atribuem sentidos de lugar e pertencimento a certos espaços urbanos, e, de outro modo, essas espacialidades incidem igualmente na construção de sentidos para as ações, os espaços urbanos podem se constituir como espaços públicos: locais onde as diferenças se publicizam e se confrontam politicamente. (LEITE, 2002, p. 116)

Não por acaso, Abrahão (2005) aponta para um movimento crescente de estudiosos do urbanismo que busca evidenciar o caráter político dos espaços públicos urbanos utilizando-se de teorias desenvolvidas no campo das ciências sociais e políticas, desde meados do século XX³⁵. Desde então, em diversos estudos e publicações, o espaço público urbano passou a ser relacionado a uma série de conceitos desse campo, como os de domínio público (esfera pública), domínio privado (esfera privada), cidadania e democracia.

Por isso repassamos, mais adiante, alguns estudos teóricos que tratam do espaço público, da relação entre o público e o privado, bem como da noção de domínio público e sua relação com espaço público urbano. Buscando num primeiro momento referências deste debate em trabalhos importantes sobre o tema, com amplo debate no campo do Urbanismo (ARENDR, 2010; HABERMAS, 1984; MOUFFE 2007, 2011), mas também traçando relações com estudos

³⁵ Abrahão (2005) defende que tal processo se iniciou nos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM) do pós-guerra, notadamente o CIAM VIII, de 1951, com o tema *The Heart of City (Coração da cidade)*, idealizado pelo arquiteto catalão José Luis Sert e o historiador tcheco Siegfried Giedion. Sert e Giedion buscaram lançar novas bases para que a arquitetura moderna, apoiada nas experiências da tradição clássica e no interesse em reconstruir a urbanidade nas cidades do século XX, pudesse recentralizar as cidades e resgatar através da possibilidade do encontro e da troca de ideias nesses centros, um tipo de vida cívica e social coletiva que, a seu ver, estava-se perdendo com a suburbanização crescente das cidades norte-americanas e a invasão progressiva dos automóveis nos locais de convivência, sobretudo nas cidades europeias.

que abordaram a questão na formação das cidades e da sociedade brasileiras (FREYRE, 1977; HOLANDA, 1995; DAMATTA, 1991).

Dito isso, mais do que um espaço aberto, de livre acesso, entendemos que a praia urbana constitui um espaço público, quando nela existe a possibilidade de manifestação do público, pois a vida pública acontece através do contato entre diferentes sujeitos, que podem ver e ser vistos e cujo exercício de suas práticas conduz à construção de um território de encontro e de confronto, entre diferentes praticantes da cidade. Neste território, são estabelecidas variadas trocas, acordos, negociações e interações entre si, à medida que esses praticantes se descobrem e se reconhecem pela sua distinção, afinidade ou estranhamento, ou seja, falamos de um espaço onde as diferenças se evidenciam e se confrontam.

Entendemos que as diferentes formas de apropriação do espaço e de interação social é que perfazem a praia urbana como um espaço público urbano, onde o *domínio público* se instaura, à medida que as práticas cotidianas – ações que conferem significado ao espaço – demandam negociações. Na praia, os diferentes praticantes são vistos como sujeitos políticos, uma vez que negociam constantemente sua existência em público, tensionando esses interesses particulares com os interesses de outros praticantes e também com as regras, normas ou leis de uso já instituídas para o espaço. Neste sentido, a praia torna-se um espaço de expressão, que possibilita o intercâmbio entre diferentes segmentos da sociedade – intercâmbio este que de fato acontece – onde a sociabilidade se faz presente, afora as situações de disputa e conflito. No decorrer do estudo, percebe-se que essas ocasiões são objeto de negociação a todo o momento, o que se reflete nas formas de uso e de apropriação do espaço da praia, neste sentido:

A praia é o lugar onde a política da vida cotidiana pode ser vista como um microcosmo da política de maior escala da cidade expandida. Ou seja, quando o território original de libertação e prazer se torna o terreno de confronto, onde as diferenças sociais, raciais e políticas cobram novas negociações humanas, transformando esta tipologia além do espaço simplesmente físico³⁶ (AQUINO, s.d., tradução nossa).

³⁶ “The beach is where the politics of everyday life can be seen as a microcosm of larger scale politics of the expanded city. That is when the original territory of release and pleasure becomes the ground of confrontation, where social, racial and political differences charge new human negotiations, transforming this typology further than the simply physical”.

À proporção que a praia é percebida como um espaço público privilegiado da cidade, de acesso livre e universal e aberto a toda sorte de distinção social, sobre ela recai a noção de democracia. A praia urbana normalmente é entendida como um espaço democrático por excelência, tida como “a imagem do equalizador urbano ideal, uma imensa e aparente democracia social espacializada”. (AQUINO e SHANSKI, 2009, p.176) De fato, ao compreender a praia como um espaço público, torna-se evidente sua relevância como um campo político, mas essa problemática nos traz uma preocupação quanto ao entendimento direto desta como um espaço democrático. Surgem dúvidas na medida em que vemos o domínio público e privado ali imiscuído. Afinal, como pode configurar-se a democracia neste contexto?

O discurso da praia como espaço democrático, por vezes está associado à ideia de um espaço livre e igualitário, visto que se abre a possibilidade de convívio e intercâmbio entre diferentes grupos sociais. Para a antropóloga Fernanda Huguenin (2011) essa perspectiva reside no sentido de que a quase nudez apagaria as diferenças entre os sujeitos na praia, suspendendo ou dissolvendo as distinções sociais, “como se o desvelamento do corpo igualasse os indivíduos, os devolvendo à simples condição primeva de uma natureza fora da cultura”. Essa concepção atravessa o senso comum e pode ser verificada na opinião de intelectuais como Luís Fernando Veríssimo:

Praia é uma república em que todos são iguais perante o sol. Nenhuma democracia social é tão adiantada quanto a praia, onde as raças não apenas convivem como fazem tudo para se tornarem iguais. Suam, literalmente, para diminuir suas diferenças. Os brancos tentam ficar marrons, embora às vezes só fiquem vermelhos, os marrons ficam pretos e os pretos já estão prontos. A praia também é a democracia econômica com que tantos sonham. É difícil distinguir o rico do pobre sem roupa. [...] Não existem guarda-sóis-mansões e guarda-sóis populares, ou sombra de luxo e sombra conjugada. E o mesmo isopor que traz o champanha traz a farofa. Na praia todo mundo é posseiro e ninguém é proprietário, e não há conflitos territoriais. A não ser os causados por boladas do frescobol, que são resolvidos no grito (VERÍSSIMO, s/d *apud* HUGUENIN, 2011).

A fala do autor assume que no espaço da praia “todos são iguais” e “não há conflitos territoriais”. Ainda que a opinião de Veríssimo refira-se as suas experiências pessoais sobre a praia, sabe-se que este é um discurso generalizado. Muitos que acreditam na praia como um espaço democrático baseiam-se nesta concepção, visto que nela, ricos e pobres, jovens e

idosos, homens e mulheres, todos diferentes deixariam suas diferenças de lado em prol do desfrutar do mar, do estar na areia.

James Freeman (2002; 2008), um geógrafo e antropólogo americano em sua abordagem sociológica sobre as praias da zona sul do Rio de Janeiro, relaciona o discurso da praia democrática a outras duas acepções presentes na sociedade brasileira. A primeira delas seria o mito da democracia racial brasileira³⁷, associada à miscigenação do povo brasileiro. O segundo discurso estaria relacionado à ideia de cordialidade, discutida por Holanda (1995). A tendência do brasileiro em tornar pessoal qualquer tipo de interação social, mesmo quando esta poderia ser racional e anônima, estabelecendo entre os participantes uma relação de afeto e familiaridade³⁸. O autor acredita que a cordialidade leva a crer que o brasileiro prefere resolver suas diferenças através da diplomacia em vez do confronto.

Neste contexto, Freeman percebe a existência de um domínio público vibrante nas praias urbanas. Na zona sul carioca, os habitantes passam boa parte de seu tempo livre no espaço público. Diferentes sujeitos participam da vida pública, que se realiza no cotidiano desses espaços. O autor compreende que por trás de uma aparente superfície idílica, alimentada pelo discurso da praia democrática, encontra-se um espaço segregado e conflituoso. Ainda assim, Freeman reconhece que a dinâmica social, presente no espaço da praia, promove a democracia ao permitir uma “possibilidade política”, especialmente aos menos favorecidos, em virtude da presença de diferentes segmentos sociais num mesmo espaço.

Em um artigo sobre democracia, Boaventura Souza Santos (2006) cita Rousseau, que define: “uma sociedade só é democrática quando ninguém for tão rico que possa comprar alguém e ninguém seja tão pobre que tenha de se vender a alguém”. Por essa premissa já podemos questionar o fato da praia ser o *locus* da nossa dita democracia. Por esse argumento inicial, acreditamos que essa afirmação é questionável e por isso buscamos assimilar outras

³⁷ A ideia de que no Brasil, um país miscigenado, o preconceito racial não teria tomado as mesmas proporções que em outros países, como nos Estados Unidos, é amplamente refutada por estudiosos da sociologia no país. Ela começa ser debatida a partir do livro *Casa Grande Senzala*, de Gilberto Freyre. O próprio autor nunca se utilizou da expressão nesta obra, em que aborda a miscigenação brasileira de forma positiva. Sem dúvida o trabalho de Freyre contribuiu para um encaminhamento político da questão racial no país. Contudo sabe-se que o Brasil está longe desta democracia racial, visto a exclusão sócio-racial presente em nosso país.

³⁸ Holanda (1995) traz como exemplo o empresário americano que fica chocado ao perceber que precisa tornar-se amigo de um brasileiro para torná-lo seu cliente.

perspectivas referentes à concepção de democracia, que considerem questões mais pertinentes à nossa contemporaneidade, em que as diferenças são mais evidentes e as ocorrências de conflito não podem ser ignoradas. Nossas observações nos permitiram entender a praia como um espaço de sociabilidade ao mesmo tempo aberto, mas segmentado, que se distancia do imaginário de um lugar essencialmente igualitário, porquanto apropriado por diferentes sujeitos. Buscamos, então, refletir sobre o que configura a democracia também sob essa outra forma de pensar, no caso particular que escolhemos para estudo.

Relações entre público e privado

No campo da arquitetura, Herman Hetzberger (1999) traz-nos uma abordagem conceitual acerca dos domínios público e privado. O autor defende uma diferenciação gradual entre os dois domínios, considerando questões como acessibilidade, forma de uso e população usuária. Para ele, os conceitos de público e privado podem ser interpretados como tradução em termos espaciais de coletivo e individual. Há que se considerar, nesse sentido, que a flexibilização da classificação, mediante fatores complementares, pode definir um espaço ao mesmo tempo público e privado. Quando pensamos na praia urbana, temos um espaço de domínio público por natureza e direito. Cada coletivo de sujeitos, que se apropria do espaço da praia, estabelecendo uma determinada prática, acaba por configurar um lugar próprio (quase sempre temporário) sem, contudo, comprometer o caráter público do espaço.

Com isso, entendemos que os conceitos de público e privado dizem respeito não somente à uma questão jurídica de propriedade, de posse legal de um espaço, visto que essas categorias se misturam nos momentos de apropriação de determinados espaços na vida coletiva na contemporaneidade. Extrapolando a arquitetura, principal foco do trabalho de Hetzberger, entendemos que um espaço público urbano pode ser apropriado, em seu cotidiano, de modo privado. Este é o caso de um comerciante que ocupa a faixa areia³⁹ para oferecer bebidas,

³⁹ Na praia do Porto, os comerciantes fixos são conhecidos como barraqueiros.

sombrieros e cadeiras aos banhistas, ou dos jogadores de peteca ou futevôlei, que se apropriam da praia com sua “quadra” (fig. 7 e 8), por exemplo. O oposto, um espaço privado, também pode ser tomado pelo domínio público, ainda que este caso seja pouco comum na atualidade⁴⁰, com o crescimento da sociedade de consumo e do capitalismo voraz. Com isso, compreendemos que o domínio público pode acontecer no espaço do direito privado, assim como o contrário também ocorre.



Fig. 17. Barraqueiro com suas cadeiras a espera de clientes, 2008



Fig. 18. Quadra montada na areia pela turma da peteca, 2008.⁴¹

As apropriações e relações que buscamos apreender dão significado ao espaço público da praia, conectando os domínios público e privado. Retomamos o trabalho de Pierre Mayol (2013[1980]) que nos auxilia nesta tarefa, através das análises que realiza sobre um antigo bairro da cidade de Lyon, na França, mas que consideramos serem possíveis de projetar para uma praia urbana. O autor desenvolveu um longo estudo, buscando analisar a multiplicidade dos modos de apropriação do espaço praticado, valorizando as relações entre o espaço privado e o espaço público, além dos percursos empreendidos pelos usuários para passar de um ao outro. Ele concebe a apropriação como “uma privatização progressiva do espaço público”, determinada pelo seu uso habitual (MAYOL, 2013, p. 42).

⁴⁰ Neste caso, podemos pensar no fenômeno dos “rolezinhos”, que aconteceu em alguns shoppings centers do Brasil, entre 2013 e 2014. O termo refere-se ao encontro de jovens da periferia urbana – combinado geralmente pela internet, através de redes sociais – que se reúnem para socializar e consumir.

⁴¹ Detalhe para placa da PMS com o horário regulamentado para o jogo, que trataremos no terceiro capítulo

Vistas deste modo, as diferentes formas de apropriação do espaço da praia podem ser consideradas uma extensão do domínio privado no público, realizadas mediante o uso. Trata-se de um modo privado de praticar o espaço público, que é realizado pelo sujeito que sai do seu espaço privado [*dentro*] e vai “conquistando” para seu uso, para sua vida e, em último termo, para a sua reprodução uma parcela do espaço público [*fora*], definido pelas suas trajetórias. “E é na tensão entre esses dois termos, um dentro e um fora, que vai aos poucos se tornando um prolongamento de um dentro, que se efetua a apropriação do espaço”. (MAYOL, 2013, p. 42)

Uma vez superada a separação dicotômica entre público e privado, é possível compreender as apropriações dos espaços públicos urbanos e avançar no sentido de uma concepção em que a interdependência desses dois fenômenos esteja presente, ainda que plena de contradições. Não se tratam de dois âmbitos separados, mas unidos nas suas diferenças. “O público e o privado não são remetidos um de costas para o outro, como dois elementos exógenos, embora coexistentes; são muito mais, são sempre interdependentes um do outro”, ou seja, um não tem nenhuma significação sem o outro. (MAYOL, 2013, p. 43) Assim, na condição de espaço público, a praia urbana permite perceber as relações do público e do privado que emergem das apropriações, definidas pelas práticas cotidianas que nela ocorrem.

Ao cotejar o conceito de espaço público em diferentes referenciais, encontramos trabalhos que o descrevem ao redor do mundo, em contextos distintos. Percebemos que a praia urbana, assim como os demais espaços públicos urbanos no Brasil, possui características específicas, que nos parecem decorrentes do seu processo histórico de construção social. Quando buscamos referências brasileiras sobre o assunto, trabalhos que remetem ao período colonial⁴², como os de Gilberto Freyre e Sergio Buarque de Holanda, indicam que, em nosso país, nunca houve uma clara separação entre o público e privado. Quando se analisam as relações sociais no espaço urbano, percebemos que a fragilidade desta distinção perdura na atualidade, ainda que não somente por uma questão histórica particular, mas também pela própria transformação social no contexto contemporâneo.

⁴² Em nosso caso, tratando-se especificamente do final do período colonial e início do império (Séc. XIX), quando despontam as características urbanas no Brasil, como vimos no primeiro capítulo.

Gilberto Freyre, em *Sobrados e Mucambos* (1977[1936]) foi um dos primeiros autores a tratar das relações entre público e privado no Brasil, ao desenvolver uma análise da formação de nossa sociedade, indicando a predominância do domínio privado sobre a vida pública. Para o autor, o excesso de “familismo patriarcalista” fez com que o sobrado, lugar do domínio privado, se mantivesse inicialmente fechado para o espaço urbano que então se formava. O autor reconhece que o domínio público no Brasil ganha contornos um pouco mais relevantes a partir do colapso do regime escravocrata e do enfraquecimento da sociedade patriarcal rural. Contudo, “O patriarcalismo brasileiro, vindo dos engenhos para os sobrados, não se entregou logo à rua; por muito tempo foram quase inimigos, o sobrado e a rua.” (FREYRE, 1977, p.163)

A rua, o espaço público por excelência, era então desprestigiado e tido como inseguro. Seu uso era, sobretudo, feito pelo pobre, o negro liberto, o escravo, que transportava o lixo e esgoto dos seus senhores rumo à praia⁴³ e das negras que vendiam quitutes. Esse isolamento – que pode ser interpretado como uma negação do espaço público – configura uma reação de defesa dos senhores de engenho, recém-chegados à cidade, àquilo que não estava sob seu domínio ou controle numa tentativa de preservação de certos moldes do poder patriarcal, que não sobreviveriam à vida pública urbana.

Essa tentativa de dar continuidade ao poder patriarcal pode ser vista permeando a formação do Estado brasileiro, de acordo com Sérgio Buarque de Holanda (1995 [1936]). O autor afirma que o Estado deve surgir em certa oposição à família e não a partir de uma gradação dela, como observou no caso brasileiro. Uma vez impregnada de valores patriarcais, a sociedade brasileira tornou-se terreno fértil para a propagação de vontades particulares em detrimento das necessidades coletivas. Esse fenômeno distorce as relações de poder e a base de formação para o Estado burocrático, o que se rebate na construção do domínio público, distorcido e fragilizado.

Não era fácil aos detentores das posições públicas de responsabilidade, formados por tal ambiente [de valores e costumes das famílias patriarcais], compreenderem a distinção fundamental entre os domínios do privado e do público [...]. Ao contrário, é possível acompanhar, ao longo da nossa história,

⁴³ No primeiro capítulo, vimos como a praia brasileira neste período era um espaço essencialmente apropriado por negros e índios, enquanto era evitada pela população mais privilegiada.

o predomínio constante das vontades particulares... (HOLANDA, 1995 [1936], p.145- 146).

Com justificativas distintas, Freyre (1977) e Holanda (1995) permitem deduções semelhantes acerca do espaço público urbano brasileiro desde sua formação: uma relação marcada pelo poder familiar arraigado ao comportamento cultural da sociedade. Essa diferenciação difusa entre o público e o privado pode ser atualizada para o contexto contemporâneo, visto que o seu reatamento na constituição do domínio público, ainda hoje traz consequências para as formas de se relacionar no espaço público urbano.

Com uma abordagem diferente das anteriores, Roberto DaMatta também nos ajuda a compreender a relação entre público e privado no contexto urbano e seu reatamento na construção da sociedade brasileira. Em *A casa e a rua* (1991[1985]), o autor aborda a diferenciação entre espaço público e espaço privado sob o olhar antropológico da apropriação da rua e da casa pelo indivíduo, estabelecendo uma relação dinâmica e complementar entre os dois tipos de espaço. Enquanto a casa é tratada como manifestação da individualidade, do espaço pessoal, a rua refere-se à coletividade, ao espaço público.

Quando digo então ‘casa’ e ‘rua’ são categorias sociológicas para os brasileiros, estou afirmando que, entre nós, estas palavras não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas comensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas. (DAMATTA, 1991, p.17)

DaMatta (1991) reforça que essa oposição entre a casa e a rua, como dois espaços de condutas sociais distintas, é traço marcante da constituição da sociedade e da cidade brasileira. A casa, o espaço privado, representa o domínio da segurança, da ética, da liberdade de expressão e o pertencimento do indivíduo, como membro da família. Em contraposição, a rua, o espaço público, representa, a princípio, um espaço “desconhecido” destituído de qualquer relação de posse. Sua interpretação, também deduzida nos trabalhos de Freyre e Holanda, aponta para a inversão ocorrida no Brasil entre os domínios público e privado. Contudo, todos entendem que o espaço público urbano servia de suporte para relação entre o indivíduo e o coletivo.

Num contexto global, a inversão desses significados políticos da vida pública ocorre no complexo percurso histórico da modernidade, no qual o domínio privado é visto como o âmbito da individualidade realizadora e da privacidade do indivíduo, e o domínio público está

associado à impessoalidade. É nesse sentido que a crítica à natureza intimista da sociedade moderna retorna a defesa do domínio público quanto *locus* fundamental da igualdade e liberdade. Uma das importantes contribuições para esse debate veio da Alemanha do pós-guerra, com *A Condição Humana* (2010[1958]) de Hannah Arendt.

Domínio público, ação e pluralidade

O pensamento de Hannah Arendt é direcionado a uma reflexão sobre a importância da ação dos sujeitos livres e plurais no domínio público, entendido como o espaço dos assuntos comuns aos cidadãos. Esta compreensão, para a autora, é marcada pela necessidade de repensar o político a partir do ponto de vista da pluralidade humana que, para ela, constitui o fundamento da vida pública.

Ao tratar da relação entre o domínio público e o privado Arendt remete-se à Grécia Antiga, traçando um panorama histórico até a modernidade, para discutir o crescente movimento de sobreposição entre esses domínios e o surgimento do domínio social. Em sua teoria da *vita activa*, a autora reúne as condições fundamentais em que se dá a vida humana: as necessidades vitais, o artifício do mundo material das coisas e a vida política. Para cada uma dessas condições, aponta-se uma atividade essencial: *trabalho, obra e ação*, respectivamente.

O trabalho é atividade que garante as necessidades biológicas para a sobrevivência do indivíduo e da espécie. Já a obra, refere-se à produção de artefatos, diferentes do ambiente natural e que garantem durabilidade ao efêmero da vida humana. Obra e trabalho corresponderiam às atividades do domínio privado. Por fim, a ação diz respeito à relação entre os homens no mundo comum, sendo a atividade característica do domínio público.

O conceito de *público* para Hannah Arendt está ligado a dois fenômenos correlatos, mas não idênticos. O primeiro diz respeito a tudo que vem a público, que pode ser visto e ouvido por

todos e tem a maior divulgação possível, refere-se por tanto ao “espaço de aparência”.⁴⁴ O segundo refere-se a tudo aquilo que é próprio do mundo, na medida em que é comum a todos nós e que pode ser partilhado por aqueles que se relacionam entre si. Em contraposição, a autora define o *privado*, a partir do significado na sua acepção original de privativo, que “reside na ausência de outros; para estes, o homem privado não aparece, e, portanto, é como se não existisse” (p. 71-72). Logo o domínio privado configura o lugar da necessidade, do isolamento, onde prevalecem os interesses particulares.

É interessante destacar que o retorno do pensamento de Arendt ao mundo grego busca ilustrar como os domínios público e privado eram definidos a partir das atividades que se realizavam em cada um deles, ou seja, quando eram domínios claramente distintos, que não se misturavam. Enquanto o que era produzido na vida privada era um artefato ou um bem de consumo, era através da atividade da vida pública que se estabelecia a participação política.

Diante desta distinção, muito bem demarcada, a vida pública tinha lugar em um espaço formal claramente constituído na Antiguidade. Não por acaso, a polis grega e sua ágora tornaram-se ponto de referência para inúmeras reflexões sobre a cidade contemporânea, a democracia e o papel dos espaços públicos urbanos. O que se percebe, contudo, é que tal entrelaçamento entre o espaço urbano e o domínio público não voltou a repetir-se nos mesmos moldes.

Assim, entendemos que a experiência da *polis* grega não funciona para Arendt como uma referência para a sociedade atual. Não há pretensão de sugerir um novo modelo tal como o ilustrado, pois não existiria nenhuma possibilidade de reconstruir tal domínio público unificado na contemporaneidade. (ORTEGA, 2001, p. 227) Acreditamos, pelo contrário, que sua teoria aponta para uma ação política que ocorre de forma múltipla e instantânea. Para Arendt, o mundo aparece sob diferentes aspectos, nunca reduzido a uma única esfera ou domínio, numa visão singular ou unitária. Sua ênfase na pluralidade, no agonismo e na ação performativa demonstra que não há um local privilegiado para a ação política. O domínio

⁴⁴ “Para nós, a aparência – aquilo que é visto e ouvido pelos outros e por nós mesmos – constitui a realidade” (ARENDR, 2010, p. 61).

público pode ser criado e redefinido constantemente, sempre que os sujeitos se encontrem e sejam capazes de agir em conjunto.

Nestes termos, percebemos que o domínio público também acontece na praia urbana, visto que nela se realiza o “espaço de aparência”, à medida que na praia se estabelece o contato entre os cidadãos que se fazem presentes em público. Segundo a autora, “onde quer que as pessoas se reúnam, esse espaço existe potencialmente”. (ARENDR, 2010, p. 249) Ainda que na praia, se evidenciem atividades de caráter privado, como já discutimos, a presença neste espaço é por si é um convite à [inter]ação. O contato com a alteridade é justamente o que possibilita o diálogo e a negociação entre os interesses diversos que se apresentam. É nesta negociação que acreditamos residir o caráter político da praia, assim como pensado por Arendt.

A ação, experiência fundamental na construção do espaço público para Arendt, corresponde à condição humana da *pluralidade*, que conduz ao intercâmbio de ideias orientado ao interesse público. A pluralidade, um pressuposto para que ação ocorra de fato, apresenta, segundo a autora, um duplo aspecto da igualdade e da distinção. Os homens compreendem a si mesmos porque são iguais, possuem a capacidade de realizar planos para o futuro com base em previsões das necessidades das gerações seguintes. A diferença se revela justamente na necessidade do discurso, para comunicarem suas necessidades individuais, as quais tornam os homens diferentes uns dos outros. Entende-se então que igualdade não é sinônimo de uniformidade ou de homogeneidade, mas de liberdade para dialogar e agir em coletivo, ainda que esta ação seja divergente do outro. Tomamos como discurso tudo o que envolve a ação do homem em público, desde a expressão corporal ao uso da palavra. A diferença emerge entre os homens somente por meio do discurso e da ação, pois “são os modos pelos quais os seres humanos aparecem uns para os outros, certamente não como objetos físicos, mas enquanto homens”. (ARENDR, 2010, p. 220)

Essa ação reveladora, que garante visibilidade do homem perante o mundo, só é possível num espaço próprio para o desempenho desse tipo de atividade que leva em conta a pluralidade humana: o espaço público. Arendt demonstra isso com clareza ao afirmar que "dada sua tendência intrínseca de desvelar o agente juntamente com o ato, a ação requer, para seu pleno aparecimento, a luz intensa que outrora tinha o nome de glória e que só é possível no

domínio público". (ARENDR, 2010, p. 225) A autora ainda coloca que "ao contrário da fabricação, a ação jamais é possível no isolamento. Estar isolado é estar privado da capacidade de agir" (p. 235).

Entendemos que a pluralidade de Arendt é evidenciada na praia, visto que nela diferentes praticantes ordinários se revelam como sujeitos políticos, tornando pública a sua existência. No espaço da praia manifestam-se as singularidades frente aos demais – ainda que neste caso, muito mais por meio da ação, das maneiras de praticar o espaço, do que necessariamente pela palavra. Esta coopresença é o que possibilita o contato e conduz a negociação das formas de uso do espaço frente aos diversos interesses.

Neste sentido, percebemos que Arendt nos fornece uma concepção de espaço público em estreita relação com a visibilidade, a pluralidade e o encontro, um espaço que conduz à sociabilidade entre cidadãos. Todas estas são características essenciais da vida coletiva e, portanto, do domínio público que, por sua vez, é organizado pela política para possibilitar a liberdade. Ainda que o “espaço de aparência” não seja relacionado diretamente com um espaço materializado propriamente dito, ele serve de influência para as várias reflexões sobre o espaço público urbano.

O espaço público em Arendt é aquele capaz de criar uma realidade compartilhada, na qual cada homem, na sua singularidade e pluralidade pode inserir-se por meio do discurso e da ação. A autora elucida que o espaço público é um espaço político por excelência porque a experiência política nunca acontece no isolamento, mas pelo contrário, depende da coexistência da “paradoxal pluralidade de seres singulares”. (ARENDR, 2010, p. 220)

Outro importante teórico, bastante evidenciado nos estudos sobre o espaço público é Jürgen Habermas – cujo trabalho é frequentemente associado ao de Arendt. Em seu livro *Mudança estrutural da esfera pública* (1984[1962]), Habermas propõe um desdobramento da concepção de esfera pública (domínio público), a partir do surgimento do Estado Moderno. Para o autor, quando a sociedade burguesa e o Estado se separam, as categorias de público e privado, evidenciadas na Grécia Antiga, passam a ter novamente aplicação, constituindo assim o que ele chama de “esfera pública burguesa”. Para Habermas, esta esfera engloba e supera a definição de Arendt, compreendida apenas como domínio político, ou seja, ela abrange toda

a vida em público, tendo ou não o caráter político definido por Arendt, sendo concebida como um espaço de livre troca de argumentos e de acesso universal.

Desta forma Habermas, que trata da esfera pública nos primórdios da burguesia liberal e iluminista, associa o domínio público ao Estado, definindo este como lugar privilegiado para a ação política. Ainda que, como Arendt, a esfera pública seja tratada pelo autor enquanto instância da democracia, que se realiza pela “ação comunicativa”, isto é, pela capacidade de diálogo, ele defende um modelo de democracia deliberativa, na qual os conflitos devem ser tratados pelo Estado. Diferente de Arendt que, como vimos, acredita que a política ocorre, antes de tudo, pela sociabilidade no domínio público, onde a ação é capaz de motivar a política.

Habermas, assim como Arendt, trabalha com uma concepção de esfera pública (domínio público) em oposição à esfera privada (domínio privado). Contudo, evidencia-se, em sua teoria, uma tentativa de recuperação dessa esfera pública unitária, compreensiva e consensual, algo que se perdeu com a modernidade e o advento da esfera social. Neste aspecto, o autor difere de Arendt que aponta para as múltiplas possibilidades de ação e consequentemente múltiplos espaços públicos, sem necessariamente um suporte institucional (ORTEGA, 2001).

Em comum, os trabalhos de Arendt (2010 [1958]) e Habermas (1984 [1962]) apontam para o fato de que o domínio público encontra seu *locus* nos espaços públicos urbanos. Seja a *polis* grega, a Cidade-Estado, a cidade burguesa ou a cidade contemporânea, todas mantêm implícita na acepção de cidade o conceito de espaço público. A forma de apropriação e de entendimento deste é que sofreu mutações ao longo do tempo: de espaço de debate entre iguais a espaço de representação do poder; de espaço de livre circulação de mercadorias e de trocas a espaço dos fluxos ligando espaços e interesses privados. Essas transformações levam a uma nova percepção, que altera o significado e a relevância dos espaços públicos urbanos.

Para que o interesse privado não domine as decisões políticas, Habermas defende um modelo de democracia unitária, integrada e compreensiva, sugerindo que as relações entre os indivíduos possam gerar consensos e confluências de expectativas normativas comuns, anulando diferentes posições e conflitos, elementos que o autor trata como pertencentes ao

domínio privado. Assim, entendemos que o autor defende a concretização do ideal utópico moderno, em que a defesa do interesse público em detrimento do privado está baseada na racionalidade e no consenso, desconsiderando a pluralidade dos interesses públicos e os conflitos que caracterizam esses interesses, elementos marcantes do espaço público contemporâneo.

O discurso da praia democrática, que permeia o imaginário do senso comum, está muito próximo da concepção consensualista de Habermas. Um espaço de convívio onde diferentes sujeitos políticos podem se reconhecer como cidadãos. Neste processo de reconhecimento, as diferenças dariam lugar ao interesse comum. Enquanto espaço de sociabilidade, a praia propicia o diálogo público. A opinião pública então ganha visibilidade e, notadamente, torna-se objeto de interesse do Estado – também entendido como sujeito político praticante do espaço, visto que nele realiza ações. Ao menos em discurso, os agentes do poder público buscam atender as expectativas comuns aos cidadãos. Contudo, seus processos de tomada de decisão, que interferem no cotidiano, carecem do diálogo mais amplo (quando não são ausentes de diálogo) que abarque os diferentes pontos de vista daqueles que praticam este espaço, garantindo a participação social de todos os envolvidos.

Veremos a seguir teóricos como Chantal Mouffe e Jacques Rancière que se opõem ao modelo consensualistas, ao defender uma democracia pluralista. Para Mouffe, a concepção de Habermas é incapaz de reconhecer o “papel crucial do conflito” numa sociedade pluralista (MOUFFE *apud* ORTEGA, 1999) e, por isso, o filósofo alemão defenderia uma “visão consensual de democracia”. Para a autora, na concepção de democracia de Habermas, baseada no consenso, o acordo se estabelece eliminando totalmente o antagonismo, o que é uma ficção. Ela entende que não existe consenso sem exclusão, elemento que compromete o valor democrático do espaço público.

Democracia, política e conflito

O trabalho de Chantal Mouffe é, para nós, um dos que mais tem contribuído para as reflexões sobre a democracia na contemporaneidade. Desde os anos 1970, a autora investe na possibilidade de se pensar o espaço público como espaço político formado por diversos

conflitos, sustentando a importância do dissenso numa sociedade democrática com seu modelo *agonístico*⁴⁵. Mouffe está entre os pensadores que se preocupam com a renovação das teorias sobre democracia,⁴⁶ em que o espaço público assumiria a condição de pertencente a um domínio público também relacionado ao social, em que o conflito passa a ser encarado como realidade. Neste sentido a autora afirma:

Toda ordem é a articulação temporária e precária de práticas contingentes. A fronteira entre o social e o político é essencialmente instável, e requer deslocamentos e renegociações constantes entre os atores sociais. As coisas sempre poderiam ser de outra maneira, e por tanto, toda ordem está baseada na exclusão de outras possibilidades. (MOUFFE, 2011, p. 25)

Mouffe defende um modelo de democracia em que o pluralismo e o dissenso adquirem lugar de destaque, visto que sua concepção agonística permite que tais elementos sejam valorizados como fatores essenciais para o desenvolvimento democrático. A autora, em diversos momentos, se opõe às teses de pensadores consensualistas, como Habermas, que veem a diversidade de posições e o conflito existente entre elas como um obstáculo para a democracia. Ao evidenciar a importância do modelo agonista de política democrática, a autora busca examinar quais são suas consequências para a concepção de espaço público e destaca:

A mais importante é que ele [o modelo agonista] desafia a concepção generalizada que, embora apareça de diferentes maneiras, instrui a maior parte das visões sobre o espaço público, concebido como o terreno onde pode emergir o consenso. No modelo agonista, ao contrário, o espaço público é o campo de batalhas onde diferentes projetos hegemônicos são confrontados, sem qualquer possibilidade de reconciliação final. (MOUFFE, 2007, p. 64)

Mouffe traz para o centro de sua abordagem a questão do poder e do antagonismo, afirmando que o poder é constitutivo das relações sociais e que estas fazem parte da política. Contrariando a visão dos adeptos de uma democracia baseada no consenso, consideram que, quanto mais as relações sociais estejam permeadas pelo poder, menos democrática uma sociedade será. Com isto, tira-se o caráter político das relações sociais, e transfere-se toda a

⁴⁵ Os termos *agonístico* e *agonista*, amplamente utilizados por Mouffe, dizem respeito ao que é favorável ao conflito (HOUAISS, 2001).

⁴⁶ Ernesto Laclau, Claude Lefort, Etienne Balibar, Jean Luc Nancy e Philippe Lacoue-Labarthe, são outros pensadores que estão focados neste mesmo problema. (DEUTSCHE, 1998, p. 272)

política para um âmbito externo à sociedade. Ao defender que a política é algo próprio das relações sociais, Mouffe não foge à complexidade que o pluralismo e o conflito imprimem às democracias. Ela busca compreender formas de poder que sejam mais compatíveis com estes elementos.

Outro tópico importante que Mouffe levanta é que a legitimidade do poder não pode ser fundamentada apenas pela racionalidade pura, ou pelo melhor argumento como propõe Habermas (1984). Segundo a autora, um ato de poder pode ou não ser legítimo, dependendo do reconhecimento perante alguns círculos. Este reconhecimento não se pautaria apenas por fundamentos racionais, mas principalmente por fatores pragmáticos, como a influência econômica ou moral. Para que se possa ter um entendimento mais claro do modelo proposto, Mouffe faz uma distinção entre “política” [*politics*] e “o político” [*the political*]. A primeira dimensão diz respeito ao conjunto de práticas, discursos e instituições que buscam organizar a coexistência humana em cenários muitas vezes conflituosos. Estas, por exemplo, referem-se às ações que o poder público, muitas vezes com o apoio de instituições privadas – sempre interessadas em investir em espaços de visibilidade, como a praia urbana – articula sobre o espaço público. A dimensão do “político” consiste no antagonismo inerente às relações humanas, que se pode expressar de diversas formas e emergir de diferentes relações sociais, ou seja, é a dimensão presente no cotidiano na praia e nos espaços públicos em que o domínio público se instala.

Ao estabelecer esta diferença, Mouffe (2007), novamente se opõe aos pensadores que buscam eliminar os antagonismos por meio da construção de um consenso racional. Para a autora, a erradicação dos antagonismos não corresponde às exigências de uma democracia pluralista. Ela vai além, acreditando que isto seria impossível. Como alternativa, Mouffe propõe transformar o antagonismo existente nas relações sociais em agonismo, isto é, deixar de encarar qualquer posição contrária como inimiga e passar a considerá-la como adversária. A dimensão da “política” corresponderia a esta necessidade de transformar o antagonismo em agonismo, sendo que ela permitiria a criação de uma unidade em um contexto de conflito e diversidade.

A adoção de um modelo agonístico que permite a existência do dissenso está, na perspectiva de Mouffe, alinhado com o verdadeiro significado da tolerância nas democracias liberais. Para

que isto tenha sucesso é necessário que o adversário tenha suas posições consideradas legítimas, e que as partes em conflito se proponham conjuntamente a seguir os princípios éticos e políticos de uma democracia liberal, a liberdade e a igualdade. Aceitar o ponto de vista do adversário, para a autora, é mais uma conversão do que um processo de persuasão racionalista, pois implica em modificar a forma de encarar seu opositor. Para se abandonar a concepção de “inimigo” e adotar a ideia de “adversário”, abre-se espaço para a negociação, para o estabelecimento de compromissos mútuos, mesmo que o conflito em potencial não deixe de existir. Neste ponto pode-se identificar mais uma diferenciação entre a teoria agonística de Mouffe e dos teóricos consensualistas: a autora procura mobilizar as paixões existentes nas relações humanas na direção de objetivos democráticos, ao passo que os consensualistas procuram eliminar estas emoções.

Outro teórico que apresenta uma série de concepções relacionáveis com o modelo de democracia agonista trabalhado por Mouffe é Jacques Rancière. Em *O dissenso* (1996b), o autor elabora uma crítica ao discurso dominante que identifica a racionalidade da política ao consenso, entendendo este último como princípio da democracia – algo que se evidencia no trabalho de teóricos consensualistas como Habermas, e que é amplamente criticado por Mouffe.

Se geralmente entende-se por política a organização dos poderes, a gestão das populações, a distribuição dos lugares e funções e os sistemas de legitimação dessa distribuição, Rancière propõe chamar isso de *polícia* frente a sua definição de *política*. A polícia seria a distribuição sensível dos corpos em comunidade, uma “regra do aparecer dos corpos”, que define o lugar e o papel de cada corpo. Ela diz respeito ao processo de manutenção do *status quo*, de agregação social, consenso e vigilância (da “ordem do visível e do dizível”), através dos quais se operam os consentimentos sociais, a organização e a gestão dos poderes.

Já a política, para Rancière, seria justamente a perturbação dessa ordem, “sempre um modo de manifestação que desfaz as divisões sensíveis da ordem policial, [...] desloca um corpo do lugar que lhe era designado, [...] faz ver o que não cabia ser visto.” (RANCIÈRE, 1996a: 42-43) O autor considera que a política só poderia existir a partir da divisão do mundo sensível, a partir do que chamou de dissenso, pois onde existir apenas consenso não há política, mas tão somente administração. Qualquer política que se baseia e legitima por um discurso de

consenso – o comum apelo administrativo à necessidade de ordem e coesão, por exemplo – seria, então, uma polícia destinada a deslegitimar a discordância em prol de um “mundo comum” simbólico (e excludente). A verdadeira racionalidade da política seria a “de um mundo comum instituído, tornado comum, pela própria divisão”. (RANCIÈRE, 1996b, p. 368)

Para Rancière, o dissenso “não é a guerra de todos contra todos, o que equivaleria à ausência mesma de política. Ele dá lugar a situações de conflito, a situações de discussão e de argumentação, mas de um tipo específico, que não ocorrem entre parceiros de debate já definidos”. (RANCIÈRE, 1996b p. 374) Neste confronto, o sujeito político é constituído no e pelo conflito, não é uma identidade já conformada, existente previamente. Os sujeitos políticos configuram-se como os operadores da verificação, no real, do princípio de igualdade. Não são estáveis e expressam a potência de manifestação do conflito, o enfrentamento de mundos polêmicos, propondo um desvio na atmosfera normalizada da dominação.

Se para Habermas a esfera pública era formada por sujeitos capazes de dialogar, isto é, aptos à “ação comunicativa”, Rancière afirma que a ordem social configura-se pela existência de um conflito sobre a constituição do mundo comum, pois ela rejeita a maioria dos seres falantes e distribui os corpos entre aqueles a quem se vê e a quem não se vê, aqueles que possuem voz articulada e que emitem o justo, e aqueles que não a possuem e só emitem barulho. Assim não há possibilidade do diálogo, pois “entre a linguagem daqueles que têm um nome e o mugido dos seres sem nome, não há situação de troca linguística, não há regras ou códigos para a discussão” (RANCIÈRE, 1996a p.37). Essa falta de diálogo configura o que o autor chama de *desentendimento* (1996a).

Todos os teóricos que vimos até aqui concordam que a política emerge no âmbito do espaço público, onde o domínio público se instala. Contudo, enquanto Habermas pressupõe que o papel da política é unificar as vontades coletivas e de interesse geral através do debate público e da busca pela construção do consenso, Rancière, assim como Mouffe, entende que construção do consenso só é possível à base de exclusões. Assim, questionando a possibilidade da construção do consenso democrático, Rancière vai colocar a necessidade de se vislumbrar a sociedade como local do conflito, na qual a política só se constrói à base do dissenso.

Enquanto na concepção de Habermas está implícita uma hierarquia natural que estabelece uma distinção entre os seres que fazem ou não parte do domínio público, Rancière coloca a democracia como “a igualdade de qualquer ser falante com qualquer outro ser falante”, e defende uma ruptura de “todo princípio de distribuição natural dos papéis em função das qualidades de cada parte” (RANCIÈRE, 1996b, p. 371). Se o conflito, para Habermas, trata de pontos de vista diferentes, para Rancière ele é mais que isso, ele diz respeito à constituição mesma do mundo comum. Não é a confrontação de parceiros já constituídos, mas a própria constituição de novos parceiros e de novos mundos sensíveis.

Tomando o desentendimento como categoria fundamental do político, em que conflitos e dissensos são característicos da *vita activa*, podemos deduzir, a partir de Rancière, que situações de conflito que permeiam o cotidiano da praia revela seus praticantes ordinários como sujeitos políticos. A exposição das diferenças perante o outro, que coexiste no espaço de expressão pública, gera situações de divergência, talvez mais do que as de acordo. Essas conjunturas mobilizam os diferentes praticantes, que por meio da negociação nas formas de uso do espaço, devem ter consciência do direito do outro quanto ao uso do próprio espaço. Mesmo que exista acordo, este não parece ser permanente, assim como não são as configurações do espaço e as práticas que nele acontecem. Este exercício da política, que caracteriza a democracia da praia, talvez só possa ser observado no dia a dia, de perto, na experiência urbana do espaço da praia.

Quando buscamos compreender a democracia através de autores como Mouffe e Rancière, queremos entender como o espaço público da praia, de algum modo, mesmo perante os conflitos, intrínsecos a um espaço de convívio entre diferentes, pode configurar-se como um espaço democrático. Outros estudos sobre praias urbanas no Brasil⁴⁷, em suas análises, entendem que esse conflito de interesses entre os praticantes da praia compromete o seu caráter democrático. Esses trabalhos parecem ter como referência um modelo de democracia baseada no consenso, idealizada por autores como Habermas. Longe de questionar tais estudos, visto que estes também tratam praias em contextos distintos do nosso, o que

⁴⁷ HUGUENIN (2007;2011), O’DONNELL (2011), FREEMAN (2002,2008) evidenciam a segregação, o conflito e as diferenças como elementos que comprometem o caráter democrático da praia.

procuramos é outro referencial sobre democracia, que nos permita ter uma perspectiva de análise que encare esses conflitos como componentes importantes do domínio público e, conseqüentemente, do espaço da praia.

Fica claro que a política da praia está ligada às diferentes formas de coexistência, aos conflitos e dissensos que surgem no seu cotidiano, mas também nos acordos tácitos e modos de se relacionar com o outro, inerentes aos encontros, aos cruzamentos de variadas trajetórias no espaço da praia. Por isso, entendemos que é no exercício das práticas cotidianas da praia que se revelam os sujeitos políticos deste espaço. Por isso, a necessidade de cotejar diferentes concepções de democracia, para compreender afinal, quais são as possibilidades da praia no Brasil se configurar como espaço democrático, especialmente no caso em que investigamos: o Porto da Barra, em Salvador.

CAPÍTULO III

A DEMOCRACIA NO COTIDIANO DO PORTO DA BARRA

O Porto da Barra, uma praia urbana

A fermentação humana na orla e nos pontos de buzu, a coloração agressiva que se torna comum. Todos os cheiros se exaltam. Alguns ácidos agridem. Formas, volumes, texturas se deslocam – gente, gente, gente –, se acumulam, tornam a se ajuntar, móvel como a vida; se espraiam nas calçadas, avançam pelo asfalto, a praia está tomada, e zoam em timbres os mais inusitados, competem com os motores de carros, motos, ônibus, é a orquestração da dissonância, a muvuca organizada, o caos simétrico de um dia de verão no Porto da Barra. Não se assuste: **a praia é uma reivindicação coletiva**. (FILHO, 2014, p. 37-38, grifo nosso)

A descrição de um dia de verão no Porto da Barra apresenta uma série de acontecimentos simultâneos, revelando um espaço aparentemente em disputa. Sendo a praia um espaço público, onde diferentes sujeitos buscam a realização da liberdade e a satisfação do desejo através de suas práticas, ela torna-se um espaço reivindicado, na medida em que é apropriado. Como visto anteriormente, neste movimento de praticar o espaço da praia, em que emergem as disputas que demandam negociações, cada praticante se revela como sujeito político, trazendo a público toda uma construção social individual e coletiva.

No primeiro capítulo, vimos como as maneiras de se apropriar do espaço à beira-mar se modificaram, sendo a praia gradativamente incorporada ao espaço das cidades litorâneas, primeiro, através das recomendações médicas, relacionadas à melhoria da qualidade de vida e posteriormente, acompanhando as transformações urbanas, associadas à busca por uma vida moderna. Conhecer o processo histórico de construção do espaço da praia, associado às dinâmicas socioeconômicas da cidade, pareceu-nos importante para entender a sua configuração nos dias de hoje. Com este intuito, contextualizamos o Porto da Barra desde o início de sua ocupação, os usos e apropriações da praia e sua relação com o desenvolvimento urbano da cidade de Salvador.

Após expor a configuração do espaço da praia como um espaço público, onde a possibilidade do exercício político democrático se faz presente, neste terceiro capítulo, retomamos o Porto da Barra, em seu contexto contemporâneo. Para isso, trazemos nossas apreensões sobre a praia no decorrer dos últimos anos, agregando as análises e percepções desde nosso TFG até a escrita desta dissertação. Apresentamos um breve relato sobre o trabalho anterior para então colocarmos as referências que serviram de base para nossa experiência de apreensão mais recente deste espaço. A partir deste repertório, construímos um relato de nossas observações, buscando relacioná-lo aos conceitos e as questões trabalhadas nesta investigação.

Antes de encerrar, trazemos para discussão do trabalho o recente projeto de intervenção urbana ocorrido na Barra, de grande repercussão, e que já levantava expectativas de moradores, trabalhadores e frequentadores do Porto da Barra, durante nossa experiência de apreensão. Falaremos um pouco dos desdobramentos desta intervenção que ocorreu já durante o desenvolvimento desta pesquisa, buscando relacioná-la com as questões que apresentamos.

Uma experiência metodológica de apreensão da praia

Na ocasião em que desenvolvíamos nosso TFG, tínhamos como foco um projeto de intervenção urbana para orla da Barra, da qual faz parte a praia do Porto. A proposta consistiu num conjunto de ações e de pequenos projetos de arquitetura e de infraestrutura, com os quais pretendíamos atender algumas das necessidades levantadas, bem como gerar novas demandas de uso compatíveis com a dinâmica do local. Para tanto, tínhamos realizado uma análise dos usos e apropriações, no qual buscamos compreender a área de estudo através da observação das diferentes atividades e formas de ocupação existentes, entendendo a importância dessas ações na concepção do espaço onde pretendíamos intervir.

Aquela análise consistiu num estudo prático de compreensão espacial através de exercícios de percepção (derivas⁴⁸, interpretações, impressões, sensações, etc.) decorrentes da vivência

⁴⁸ A deriva é um tipo específico de errância urbana, uma apropriação do espaço urbano pelo vivenciador através da ação do andar sem rumo (JACQUES, 2013, p.213).

do lugar. Esses exercícios permitiram o levantamento inicial dos principais usos e suas áreas de concentração. Paralelamente, também realizamos levantamento de algumas informações sobre o bairro (histórico e a inserção da Barra na cidade, uso e ocupação do solo, dados socioeconômicos da população, etc.), a fim de complementar o conhecimento sobre a área estudada. Foi então que a análise nos permitiu perceber como muitas das atividades observadas relacionavam-se com a praia, mesmo que indiretamente. Também evidenciamos a diversidade de usos, especialmente na praia do Porto, onde a apropriação do espaço se dava para os mais variados fins, por vezes conflitantes.

Esses exercícios de percepção permitiram-nos compreender que o perfil dos usuários da área estudada era bastante diversificado, mudando de acordo com a atividade, isto é, a forma de praticar o espaço, com a localização (onde se concentravam) e com a temporalidade (horário do dia e dias da semana em que se apropriavam do espaço). Diante dessa observação, buscamos identificar esse público, definindo as seguintes categorias de usuários a partir das observações para melhor compreender as dinâmicas de uso e apropriação: pescadores; barraqueiros⁴⁹ e ambulantes (comerciantes); esportistas; turistas; moradores (da Barra e adjacências); frequentadores (moradores de outros bairros) e marginalizados (moradores de rua, catadores, prostitutas etc.)⁵⁰. Desenvolvemos algumas cartografias (Fig. 19, 20 e 21)⁵¹ que nos permitiram comparar onde e quando esses usuários se faziam presentes. Isso nos ajudou na elaboração de algumas das diretrizes que norteariam o projeto, estabelecendo, por exemplo, os pontos específicos de intervenção dentro da área de estudo⁵².

⁴⁹ No Porto da Barra nunca existiram barracas construídas. Esses comerciantes são assim conhecidos, pois possuem ponto “fixo” na praia, diferente dos ambulantes que circulam pela areia.

⁵⁰ Estas categorias foram definidas para a análise que realizamos em nosso TFG, tomando como base nossas observações de campo. Elas se aproximam das categorias utilizadas por SOUZA (2007)

⁵¹ Neste trabalho, apresentamos uma atualização dessas cartografias, com o novo recorte espacial, limitando o Porto e suas áreas adjacentes, onde se observaram atividades relacionadas à praia.

⁵² O plano de intervenção previu novos equipamentos para as áreas que não eram apropriadas, bem como ações para a manutenção da dinâmica de uso existente nos espaços onde as apropriações já estavam consolidadas.

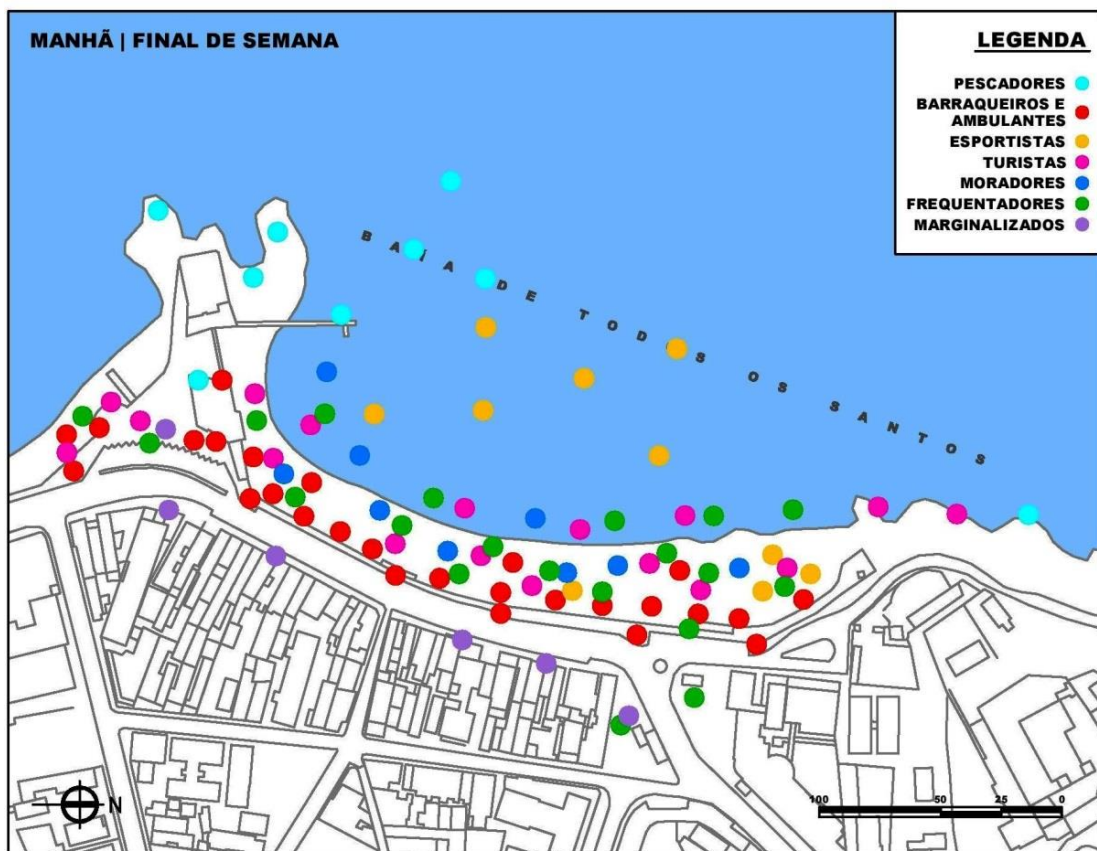
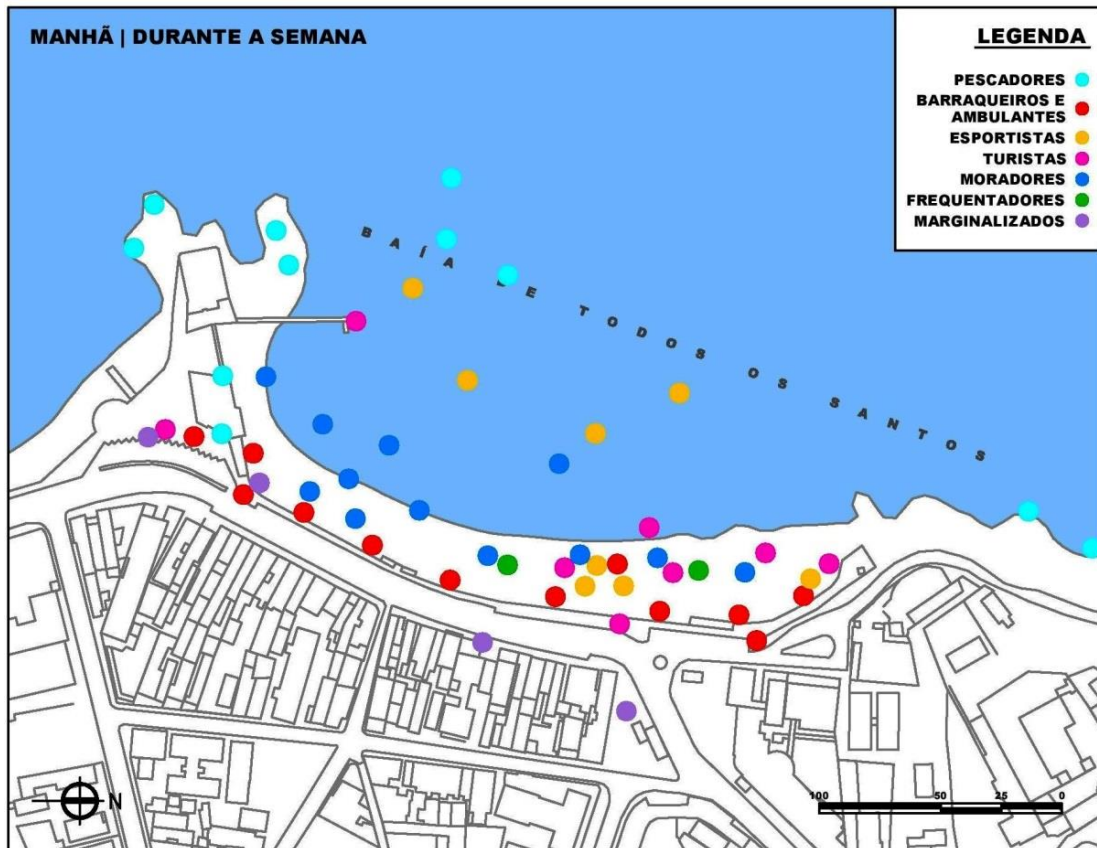


Fig. 19. Cartografia de usos e apropriações durante a manhã.

Fonte: Andrade, 2008

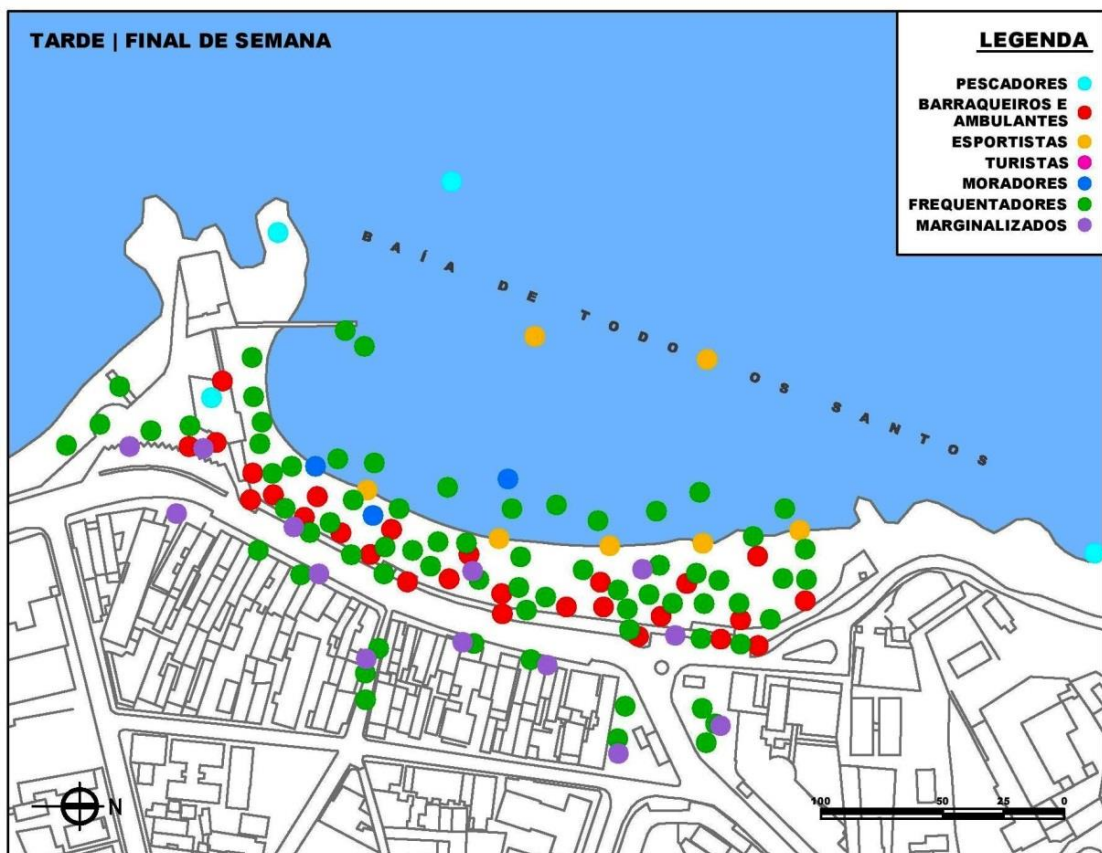
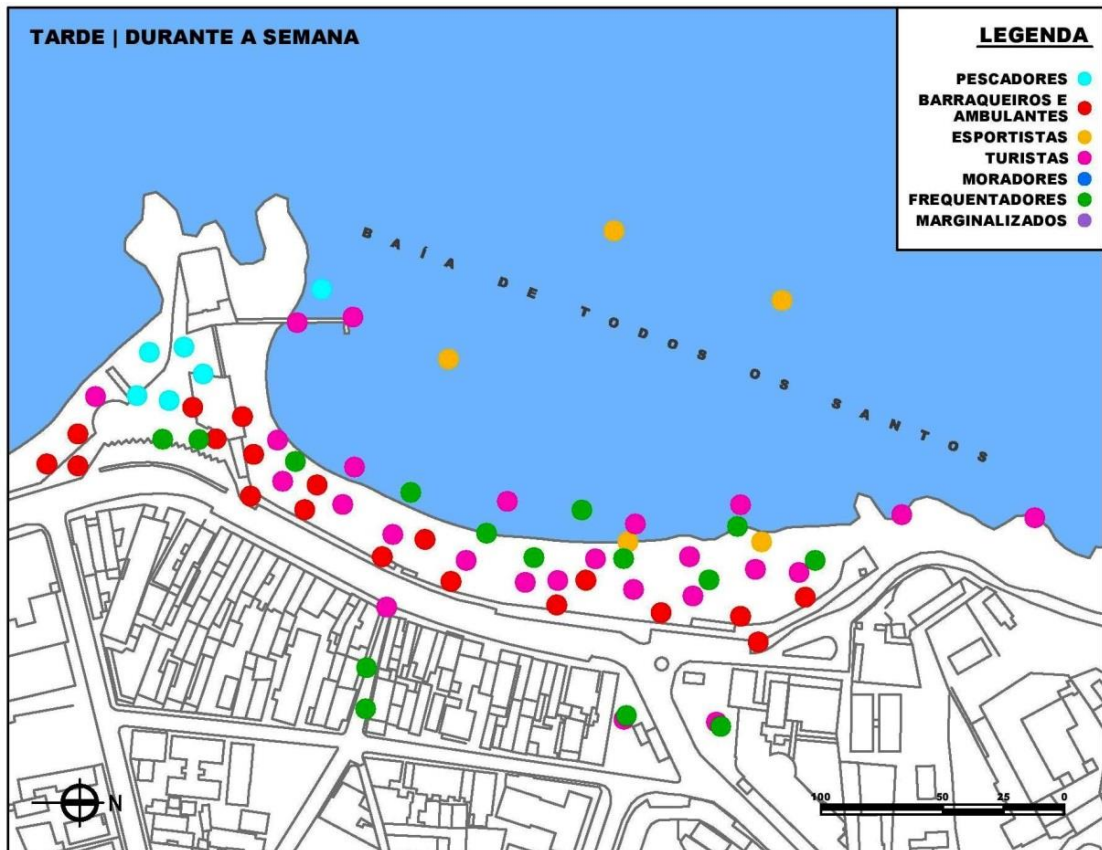


Fig. 20. Cartografia de usos e apropriações durante a tarde.

Fonte: Andrade, 2008

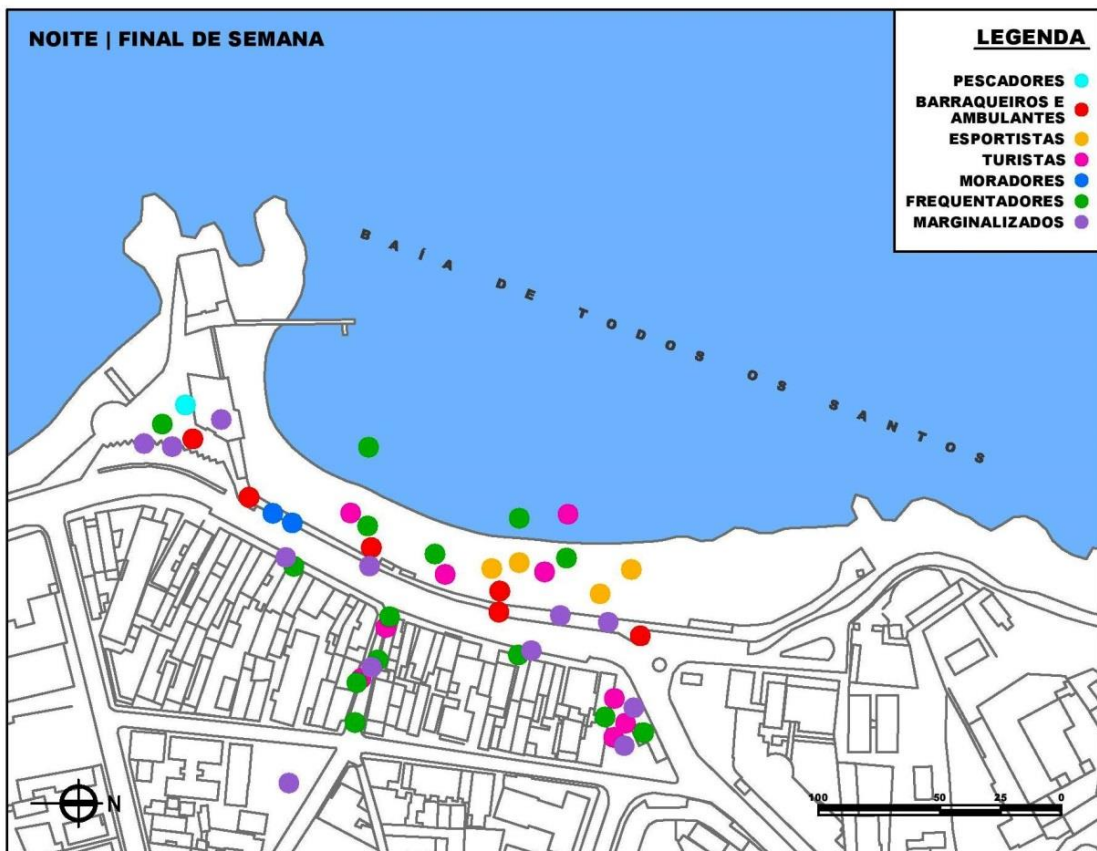
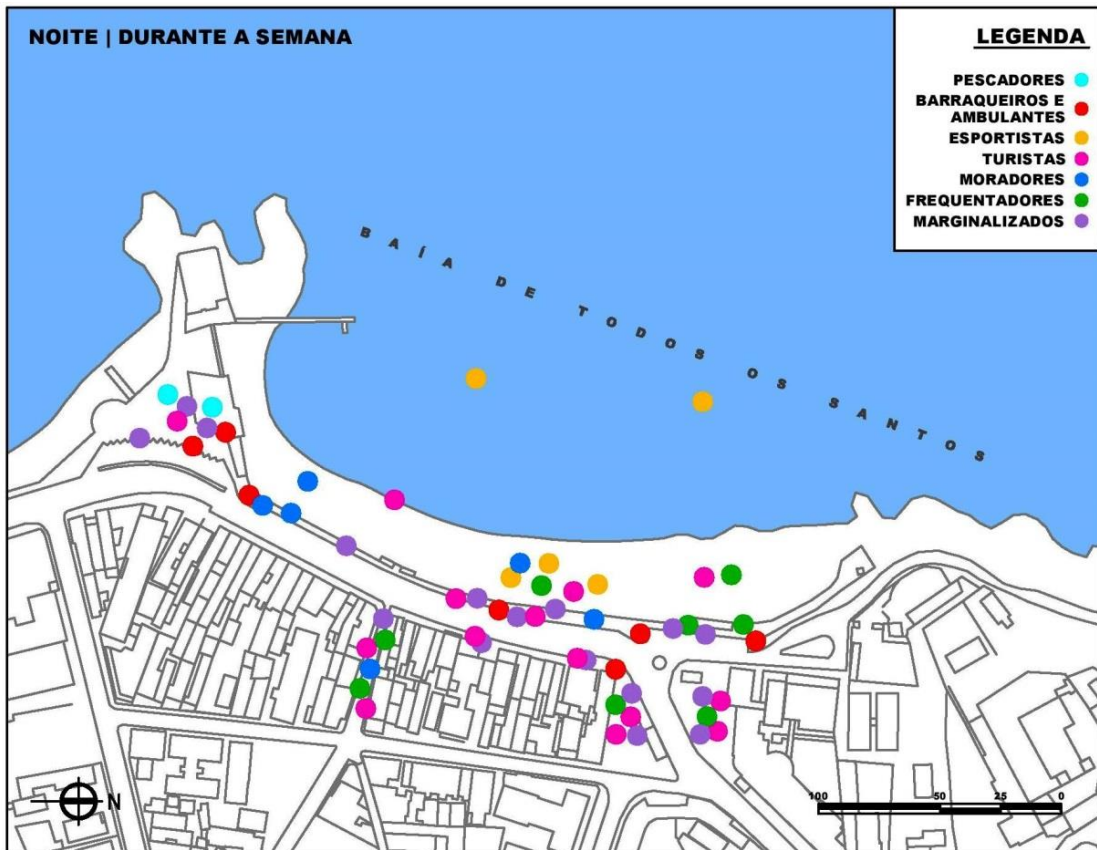


Fig. 21. Cartografia de usos e apropriações durante a noite.

Fonte: Andrade, 2008

Certamente, criar categorias a partir dos perfis de usuários observados foi uma forma de análise que facilitou a elaboração do projeto de intervenção. Com as cartografias é possível reconhecer onde e quando se concentram esses usuários. Contudo, naquele estudo não demos conta de compreender a complexidade dos usos e apropriações, especialmente no que diz respeito à rede de relações que atravessam os que aqui chamamos de praticantes ordinários da praia. Este entendimento é algo que buscamos aprofundar nesta retomada, com uma nova abordagem, num recorte espacial mais específico, trabalhando somente com a praia do Porto da Barra.

Por isso, nesta pesquisa de mestrado trazemos um novo enfoque: buscamos atualizar nossas impressões sobre a área estudada além de aprofundar as relações existentes entre os sujeitos da praia. Compreendendo melhor essas apropriações e as relações que se estabelecem entre os praticantes do Porto, nos permite problematizar as questões que trazemos para nossa reflexão, acerca do espaço público e da democracia.

Iniciamos a construção teórica deste novo trabalho, usando de diferentes fontes de conhecimento: desde revisão bibliográfica de cunho teórico e metodológico, a partir das questões apresentadas na introdução, buscando a construção de um quadro conceitual, até o levantamento de jornais e outros documentos que, de algum modo, abordassem o lugar de estudo. Ainda que parte deste levantamento tenha sido realizada em nosso TFG, agora focamos especificamente nas questões pertinentes a esta investigação: uma abordagem da praia como espaço público urbano, considerando a importância das práticas cotidianas nas configurações deste espaço e na ideia de democracia que o abarca. Revisitamos diferentes trabalhos já realizados sobre a temática do espaço da praia no contexto urbano⁵³ lembrando que esta construção não foi estanque, visto que novos referenciais teóricos foram incorporados à medida que a pesquisa era desenvolvida.

⁵³ Boa parte dos estudos que tratam da praia como espaço público tem como objeto praias da zona sul da cidade do Rio de Janeiro. É o caso de Fernanda Huguenin (2011), Eduardo Aquino (2014), Flávia Fernandes (2011), James Freeman (2002; 2008) e Júlia O'Donnell (2011). Em Salvador, os trabalhos de Daniel Paz (2007), André Souza (2011) e de Luis Antônio Souza (2014), abordam um recorte espacial distinto do nosso, trazendo abordagens que diferem da nossa. A maior parte das pesquisas está ligada ao campo das ciências sociais especialmente a antropologia. As exceções são AQUINO (2014), PAZ (2007) e SOUZA, L. (2014), que trabalham no campo da arquitetura e do urbanismo.

Atravessar a rua, andar pela calçada, caminhar pelas areias à beira-mar. Observar, sem pressa, com o propósito de perceber as ações e as sensações que ocorrem em volta. Por vezes parar, alugar uma cadeira ou apoiar na balaustrada, detendo-se às situações que chamam a atenção dos sentidos naquele momento, percebendo com cuidado as rupturas que se dão no cotidiano, no qual se está inserido. Conversar quando oportuno, sentar junto, participar da situação quando lhe é permitido. Evitar invadir, intrometer ou criar a situação sem antes construir uma relação. Cruzar olhares sem trocar palavras, observar e ser observado, provocando a curiosidade de quem se quer conhecer. Em suma, apreender o espaço pelo corpo que o pratica, como no exercício de *corpografia* proposto por Paola Jacques:

A redução da ação urbana, ou seja, o empobrecimento da experiência urbana pelo espetáculo leva a uma perda da corporeidade, os espaços urbanos se tornam simples cenários, sem corpo, espaços desencarnados. Os novos espaços públicos contemporâneos, cada vez mais privatizados ou não apropriados, nos levam a repensar as relações entre urbanismo e corpo, entre o corpo urbano e o corpo do cidadão. A cidade não só deixa de ser cenário mas, mais do que isso, ela ganha corpo a partir do momento em que ela é praticada, se torna “outro” corpo. Dessa relação entre o corpo do cidadão e esse “outro corpo urbano” pode surgir uma outra forma de apreensão urbana e, conseqüentemente, de reflexão e de intervenção na cidade contemporânea. (JACQUES, 2008, s/p.)

Assim, buscamos reconhecer o cotidiano do Porto da Barra pela observação das apropriações e relações sociais que se materializam continuamente em seu dia a dia, entendendo os acontecimentos percebidos e procedimentos realizados pelos praticantes quando imersos naquele espaço. Em outras palavras, para ir além de nossa experiência anterior, procuramos apreender não apenas as práticas cotidianas da praia, através de seus diversos praticantes, mas também as formas de relação estabelecidas entre eles – e qual a natureza dessas relações, pois entendemos que destes elementos emerge o entendimento do que vem a ser uma praia democrática. A problematização desse conjunto de práticas pode mostrar as diferenças entre as reflexões que compõem nossos novos objetivos. Da compreensão do espaço público democrático para o senso comum – geralmente carregado da noção de igualdade e de consenso, como visto – para outras perspectivas de entendimento – em que a democracia se basearia na diferença e no conflito.

Foi nessa experiência de praticar o espaço que buscamos apreendê-lo, isto é, vivenciá-lo em seu cotidiano, como o fazem aqueles que dele se apropriam e nele se relacionam. A partir dos

elementos que emergiram dessa experiência, buscamos desenvolver nossa análise, traçando relações com nosso referencial teórico que também nos acompanhou durante este processo. Neste eixo empírico da pesquisa, desenvolvemos o que chamamos de experiência metodológica. Ela é parte de nosso exercício de apreensão desta área, que acontece desde nosso TFG. Agregamos como novas referências para essa experiência, duas oficinas de apreensão da cidade contemporânea, da qual participamos: a oficina *Observando as ruas do centro de Salvador*,⁵⁴ oferecida pelos professores Milton Júlio Filho e Urpi Montoya Uriarte, do Grupo de pesquisa *Panoramas Urbanos* (UFBA), e a oficina *Insistir*,⁵⁵ oferecida pela professora Alessia de Biase, do *Laboratoire Architecture Anthropologie* (École d'Architecture de Paris-La-Villette).

A primeira oficina teve como foco a apreensão das práticas dos transeuntes da Av. Sete de Setembro⁵⁶, em Salvador. Durante a atividade, buscamos direcionar nosso olhar de pesquisador sob quatro perspectivas de observação: de longe, de perto, em movimento e em contato. De longe, pudemos ver os volumes de fluxos, a formação de grupos, as práticas isoladas, que num espaço urbano tão denso, podem ser imperceptíveis quando vistos com aproximação. A observação de perto, sem interlocução, conduz a uma melhor percepção dos gestos e ritmos das pessoas, bem como de suas práticas e suas rotinas. Além disso, os sons, as conversas, podem ser ouvidos, sem a nossa interferência. Seguir o movimento, acompanhar os desenrolar dos fluxos de seu ponto de partida e entender onde terminam, através da perseguição do transeunte, sem ser notado, permitiu-nos entender quais relações o praticante estabelece com o espaço percorrido. Por fim o contato, a interação e o diálogo que permitiu-nos perceber o ponto de vista daqueles que observamos. A combinação dessas diferentes experiências de percepção foi capaz de revelar detalhes da composição do espaço analisado e mostrou-se um interessante exercício de apreensão da experiência urbana.

Na segunda oficina, “insistimos” sobre um lugar, uma pequena ocupação por dois dias seguidos, marcando nossa presença, a fim de observarmos e ser observados, interagindo,

⁵⁴ A oficina aconteceu durante o CORPOCIDADE 3, em abril de 2012. Ver CARVALHO FILHO e MONTOYA URIARTE, 2013. Nosso relato desta experiência, também se encontra publicado na Redobra nº11, p.102-112

⁵⁵ A oficina aconteceu em abril de 2013 no PPGAU/UFBA, promovida pelo Laboratório Urbano. Ver BIASE, 2013.

⁵⁶ A Av. Sete de Setembro é a via acesso ao Porto da Barra, contudo a oficina ocorreu em outro trecho, mais distante da praia, onde o espaço é marcado pelo intenso comércio formal e informal.

deste modo com aqueles que seriam instigados pela nossa presença. Em dupla⁵⁷, sentados cada qual em seu próprio banco, sem se utilizar de mobiliário existente, marcando nossa ocupação naquele espaço público. Naquela ocasião, nossa pesquisa já se encontrava em andamento, por isso, optamos por realizar nossa insistência no Porto da Barra. Permanecemos sentados em nossos banquinhos, na calçada, junto à balaustrada, próximo à escada de acesso ao centro da praia. Insistimos por alguns longos períodos (de 6 a 8 horas) durante dois dias seguidos. Como chovia muito naqueles dias, havia poucas pessoas na areia, à beira-mar. Com isso, a maior parte das situações que pudemos observar na ocasião aconteceu na rua, na calçada, no movimento de entrar e sair das edificações próximas do Porto. O exercício de insistir⁵⁸, como fala de Alessia de Biase (2013) coloca em teste uma situação urbana para um possível trabalho de campo mais aprofundado. Insistir permite-nos iniciar uma compreensão das situações socioespaciais que queremos investigar. Essa experiência também nos possibilitou assimilar as minúcias do cotidiano e algumas regras de convivência: compreender como se portar e se comportar naquele espaço público e na vida dos praticantes daquele espaço, assimilando a convivência de que fala Mayol (2013).



Fig. 22. Oficina "Insistir", no Porto da Barra
Fonte: BIASE, 2013

⁵⁷ Eduardo Rocha, arquiteto e urbanista, doutor pelo PPGAU/UFBA, foi nosso parceiro nesta atividade. Uma narrativa desta experiência encontra-se publicada na ReDobra nº12, pg.100-104

⁵⁸ "Do latim *In+sistere*, estar fisicamente sobre alguma coisa, lhe dar importância. 'Insistir' como escolha de ficar, de se fixar em um lugar, de voltar a cada dia e olhar o que se passa por um período" (BIASE, 2013 p.80)

Ambas as oficinas tiveram como base a etnografia⁵⁹ e nos apresentaram diferentes formas de apreensão da cidade a partir de perspectivas distintas, que se complementam quando combinadas, revelando a complexidade das dinâmicas que se desenvolvem no espaço urbano. Quando nos apropriamos dessas técnicas, buscamos ir além de observar as práticas cotidianas da praia, apreendendo as relações estabelecidas por seus praticantes, entre si e com espaço. Ter experimentado as técnicas dessas oficinas permitiu-nos melhor compreender as informações que serviram de base para nossa análise.

Ao longo dos últimos anos⁶⁰, fomos diversas vezes a campo. Ainda que de forma ocasional, estávamos ali, sempre atentos, observando o movimento, presenciando ações corriqueiras ou eventos fortuitos que nos atravessavam. Assim, nos mantivemos insistentes sobre o espaço do Porto da Barra ao longo deste período. O que de início nos atraía, nos intrigava, revelando as questões que buscamos agora refletir, passou a ser nosso objeto de investigação. Entre os meses de outubro e janeiro de 2014, concentramos nossas idas formais a campo. Fomos à praia em diferentes dias da semana, em horários distintos, percorrendo os espaços onde as práticas que queríamos apreender se estabeleciam (calçadão, balaustrada, faixa de areia, Largo do Forte de Santa Maria etc.), a fim de observar as dinâmicas que ali se desenvolviam.

De início, passamos a fazer o registro da experiência por meio de anotações. A interlocução com os praticantes observados neste momento ocorria de forma espontânea, quando éramos interpelados a interagir, visto que este ainda não era o nosso propósito. Nesta fase inicial da apreensão, buscamos utilizar as técnicas desenvolvidas nas oficinas, apenas no intento de apreender a experiência de estar, ouvir, ver, cheirar, sentir o calor, o cansaço, o medo ou o tédio, em estado de atenção, além de, como em toda boa técnica de observação, entender o que acontecia neste espaço, estando uma vez imerso nele. Esse procedimento permitiu-nos perceber as principais práticas realizadas na praia, a rotina de alguns praticantes que se mostraram frequentes, com os quais poderíamos tentar um diálogo, sendo ainda possível

⁵⁹ É importante frisar que um estudo etnográfico caracteriza-se por um mergulho mais profundo e prolongado no cotidiano, quando comparado à nossa experiência de apreensão, que se limita a atender os objetivos de nossa investigação

⁶⁰ Desde nosso TFG já se passaram sete anos. Mantivemos nossa observação, com maior profundidade no decorrer dos últimos três anos, primeiro com a elaboração do projeto de pesquisa, e agora com a investigação de mestrado propriamente dita.

notar alguns tipos de interação social.

Com o passar dos dias, fomos estabelecendo gradativamente um contato com alguns praticantes que se revelaram potenciais para os objetivos da pesquisa. Ainda que de forma aleatória, buscamos estabelecer contato com diferentes praticantes, o que nos permitiu conversar a respeito dos distintos enunciados sobre a praia. Poucas pessoas não quiseram falar, ou se identificar, contudo foram exceções. De modo geral, após uma breve conversa preliminar sobre outros assuntos, o diálogo a respeito da praia se estabelecia.

Não temos como precisar um número de interlocutores. Sendo a praia um assunto comum a todos que por ali transitavam, muitas conversas informais acabaram trazendo contribuições relevantes. Ainda assim, realizamos cerca de dezoito abordagens formais, geralmente a grupos, formados por homens e mulheres, jovens, adultos e idosos. Como boa parte dos praticantes que estava na areia ou na calçada, encontrava-se na companhia de alguém, e nós queríamos que o diálogo ocorresse da maneira mais espontânea possível, todos aqueles que se encontravam reunidos no momento da abordagem acabaram participando da interlocução simultaneamente. Somente em dois casos nossa conversa aconteceu apenas com um interlocutor isolado.

Certamente nossos dados não seguem à risca uma probabilidade, visto a impossibilidade de se aferir o número de pessoas numa praia densamente frequentada como o Porto. Apesar disso, julgamos ter cumprido os objetivos de uma pesquisa qualitativa: compreender as práticas a partir da perspectiva de seus envolvidos, de modo que, mesmo sem estatística, encontrem-se interpretações amplamente reproduzidas. Essas interpretações permitem-nos realizar nossa análise acerca da praia.

O importante neste momento foi estabelecer um diálogo que nos permitisse apreender quais eram as práticas do interlocutor naquele espaço ou em outras praias, bem como investigar o porquê da escolha daquela praia, e não de outra, e de como se dava sua relação com a cidade – por exemplo, um frequentador do Porto da Barra que mora na Ribeira ou em Itapuã, onde ele também pode ter acesso à praia. Também buscamos levantar as relações que um determinado praticante estabelecia com os demais, descobrindo de que maneiras o uso do espaço era negociado; quais os incômodos, quais as vantagens de estar ali, e assim

procuramos apreender alguns dos conflitos existentes.

De posse das informações levantadas em campo, buscamos organizá-las num arranjo que permitisse problematizar as situações cotidianas que encontramos e experienciamos em nosso percurso, junto com os praticantes do Porto, para fins de análise das questões trabalhadas. A soma desse conjunto de dados forma, com o esquema teórico inicial, a base de reflexão da pesquisa. Essa composição será evidenciada a seguir, em que apresentamos um recorte empírico de nosso objeto de estudo.

Caracterização do cotidiano no Porto da Barra

O Porto da Barra foi destaque na mídia internacional em fevereiro de 2007, quando apareceu num *ranking* do jornal britânico *The Guardian* como a terceira melhor praia do mundo. (JORNAL A TARDE, 2007d, p.10) Os critérios que estabeleceram a ordem das dez praias selecionadas, porém, foram pouco definidos. Gavin McOwan, um dos jornalistas responsáveis pelo ranking, morou em Salvador por um tempo. Ele afirma que o Porto, assim como muitas praias urbanas famosas pelo mundo⁶¹, reflete um microcosmo da própria cidade, visto a variedade de sujeitos que a frequentam e de relações sociais que ali constroem. No *ranking*, McOwan justifica a eleição do Porto com uma fala bastante afetiva, que vai ao encontro da opinião de uma parcela expressiva dos praticantes da praia. É interessante notar que, após oito anos de sua publicação, muitos ainda fazem menção ao “título” em suas falas sobre a praia.

Na mídia local esse destaque não é diferente. Ao realizarmos um levantamento em jornais locais dos últimos quinze anos, encontramos reportagens que tratam da beleza do Porto, seus atrativos, seu potencial turístico, sua importância histórica e especialmente sua diversidade de público. A praia é citada de forma recorrente como “a preferida dos baianos”, sendo uma

⁶¹ McOwan cita exemplos como Bondi, em Sydney, na Austrália; Venice Beach, em Los Angeles, nos Estados Unidos e Copacabana e Ipanema, no Rio de Janeiro.

das mais procuradas da cidade. Muitas destas reportagens dão destaque ao caráter democrático da praia, discorrendo também sobre a sua “segmentação territorial”:

De maneira natural, os pontos da praia são ocupados por grupos diferentes. Na parte ao lado do forte de Santa Maria, famílias se espojam em cadeiras, enquanto crianças se esbaldam. Mais ao centro, a galera jovem interage, com ar de azaração e corpos esculturais à mostra. Não faltam gringos perplexos com os atributos da mulher baiana. Já no setor próximo ao forte de São Diogo, a turma gay demarca área na praia, mostrando que a diversidade sexual está também num dos locais mais badalados do verão. (JORNAL A TARDE, 2007a, p.04)

Essa divisão da praia em grupos, da qual a reportagem trata de forma superficial, também é evidenciada na fala dos que a praticam. Com um olhar atento num dia ensolarado, pode-se visualizar a “colcha de retalhos” que se forma sobre a faixa de areia. No entanto, é importante destacar que a configuração dessa diferenciação varia muito, especialmente se comparamos as apropriações dos dias úteis com as dos finais de semana. De acordo com o que observamos, a divisão do espaço da praia como foi relatada diz muito mais respeito ao cotidiano do segundo contexto (sábados, domingos e feriados), quando ela encontra-se densamente ocupada.

Esta segmentação parece ser a tradução de uma estrutura social urbana que se reflete na praia, pois, quando pensamos no Porto da Barra, remetemos a seus atributos naturais e aspectos históricos, mas, sobretudo, à pluralidade de grupos sociais que dela se apropriam, especialmente quando a comparamos com outras praias de Salvador. De fato, existe uma mistura de sujeitos diferentes convivendo neste espaço, o que não significa tratar-se de um contexto de indiferenciação, onde todos se enxerguem como iguais. Pelo contrário, essas diferenças são mutuamente reconhecidas pelos praticantes da praia, seja através do corpo, dos modos de consumo ou pelas maneiras de praticar aquele espaço. Entendemos que igualdade entre os sujeitos na praia limita-se ao direito de acesso e uso do espaço.

Ainda assim, acreditamos que o reconhecimento dessas diferenças não subtrai da praia a condição de espaço de contato e convívio entre diferentes. Neste reconhecimento reside a possibilidade de ação política e democrática que nela se estabelece, mesmo que por vezes, de forma efêmera e ocasional. É o que buscaremos mostrar a seguir, apresentando um pouco do

cotidiano dos diferentes grupos de praticantes do Porto da Barra, em suas diversas suas situações de encontro e negociação.

Dos primeiros praticantes do dia

Diariamente, no início da manhã, já é possível perceber uma movimentação nos arredores do Porto. É quando os sujeitos em situação de rua acordam e começam a circular em busca de dinheiro ou alimento. Os garis da LIMPURB cuidam da limpeza da praia, coletando lixo remanescente na areia e lavando a calçada com ajuda de um carro-pipa. Aqueles que não abrem mão da caminhada matinal começam a circular pelo passeio.

Na praia, encontramos diversos pescadores. Aqueles que trabalharam em alto mar, antes do alvorecer, desembarcam neste horário, descarregando suas mercadorias e fazendo reparos em suas embarcações, na rampa de acesso à praia, próximo ao Forte de Santa Maria, enquanto outros ainda realizam pesca com rede à beira-mar. De modo geral, os pescadores mais antigos permanecem nos arredores da praia ao longo do dia, onde misturam-se com comerciantes e frequentadores, enquanto tomam conta das suas embarcações, por vezes comercializando seu pescado informalmente.

A presença dos barcos de pesca no mar do Porto é marcante na paisagem. “*Aqui é como uma grande garagem*”, afirma um dos homens que vem de longe para pescar ali, por conta da facilidade de encontrar espaço para atracar sua embarcação. No decorrer do dia, é comum ver banhistas aventurando-se a nadar até os barcos, onde permanecem por algum tempo. Sozinhos, outros em grupo, meninos se divertem pulando na água e voltando para o barco. Por vezes, casais parecem aproveitar o isolamento para namorar. Essa apropriação dos barcos desagrade alguns pescadores. Mas eles não costumam repreendê-la, apenas vigiam de longe. Afinal, os pescadores não podem se queixar, pois ocupam o espaço público da praia (no mar e na rampa do Forte) para guardar seus barcos.



Fig. 23. Pescadores se aproximam da praia após a pesca em alto mar, 2008



Fig. 24. Garotos brincam nos barcos atracados no Porto, 2008

Neste mesmo período, quando o sol permanece ameno e a praia ainda está esvaziada, encontram-se diariamente um grupo de idosos, moradores da Barra de longa data. Para a “velha guarda” do Porto⁶², a praia é uma extensão de suas casas, sua “sala de visitas” – como afirma um casal que participa do grupo. No Porto eles realizam práticas diversas como a natação, a caminhada na areia ou a simples conversa rotineira entre amigos. Nada é combinado e não há um motivo específico para se reunirem, apenas o intuito de interagirem entre si, num encontro marcado pela sociabilidade, como pensada por Simmel (2006).

Assim como a velha guarda, alguns moradores da Barra estabelecem uma relação de pertencimento ao Porto. Sabem reconhecer quem mora por ali, quem é frequentador da praia ou está só de passagem. Dirigem-se à praia amiúde, muitas vezes cruzando as ruas do bairro vestidos apenas de sunga, biquíni ou maiô, pois não costumam passar horas na praia e logo voltam para casa. Certamente essa proximidade conduz à familiaridade desses moradores com o Porto, espaço do qual eles não abrem mão de experienciar.

Não obstante, também há moradores que se sentem incomodados com a presença demasiada de ambulantes e frequentadores de outros bairros, a quem atribuem a culpa pelos principais problemas da praia – a sujeira, os acidentes, os roubos, a prostituição, o tráfico de drogas etc. – e por isso, pouco vão à beira-mar. Eles demonstram não somente incômodo, mas também

⁶² A expressão é utilizada por alguns praticantes quando se referem ao grupo.

insegurança de conviver com o outro. Diferentemente dos moradores que frequentam a praia, talvez falte a estes a compreensão da conveniência em praticar este espaço, de acordo com Mayol (2003).



Fig. 25. A “velha guarda” tomando banho no Porto, 2008



Fig. 26. Grupo de pescadores do Porto com alguns moradores da Barra, 2015

Também encontramos, nas manhãs do Porto, pequenas turmas de natação para adultos e crianças, que têm aulas de segunda a sexta-feira. Além delas, ao longo do dia, diversos nadadores solitários se dirigem ao Porto, onde encontram sua piscina natural. Os praticantes de remo e canoagem se reúnem três vezes por semana na praia, onde organizam seus equipamentos antes de entrar na água. O Porto também é o lugar de encontro dos atletas infantis do *Ação Tri Cidadão*, projeto social que oferece treinamentos de ciclismo, corrida e natação para crianças de baixa renda ou em situação de risco, que moram em localidades próximas como o Calabar e a Gamboa de Baixo.

Há ainda neste mesmo horário, a “turma da peteca” – grupo de senhores, muitos já aposentados, moradores da região – que se encontra para jogar. Essa pratica é algo particular do Porto da Barra, acontecendo há mais de 40 anos. Dado este reconhecimento, a turma conseguiu uma licença da PMS⁶³ para demarcar sua quadra no espaço da praia, diariamente, das 7 às 11 horas da manhã. Apesar de terem espaço assegurado por lei, a frequência à praia deste grupo é bastante oscilante. Eles mantêm um acordo com os barraqueiros, com quem

⁶³ Trataremos da regulamentação das práticas esportivas na praia pela PMS adiante

dividem a faixa de areia, que guardam a rede do jogo e intermediam, quando necessário o uso do espaço com os banhistas.

Relatos de campo destacam um caso de desentendimento entre banhistas e a turma da peteca, que por ter permissão da PMS para jogar na praia, costuma exigir a liberação do espaço para o jogo. Numa situação normal, aquele que chega primeiro na praia tem seu direito de uso garantido, mas, neste caso, um documento legal confere a um grupo o domínio sobre aquele espaço. O diálogo deveria ser essencial para um acordo amigável quanto à concessão, em que caberia respeito de quem detém o privilégio de uso do espaço público àqueles que também têm o direito de compartilhá-lo, o que segundo o nosso registro não costuma ocorrer.

Nas manhãs do Porto, este parece ter sido um dos poucos casos de conflito que conhecemos. Ainda que se encontrem reunidos em grupos, segmentados, realizando práticas diferentes, os sujeitos presentes nas manhãs do Porto se conhecem. De modo geral, percebemos o respeito e o reconhecimento mútuo do direito de estar naquela praia entre aqueles que a praticam naquele período. Há uma relação de cordialidade entre eles, mesmo que não compartilhem a realização das mesmas atividades. A coopresença neste espaço não constitui uma disputa ou demanda um acordo, visto que a praia é pouco apropriada no início da manhã. Os diferentes praticantes das manhãs do Porto estabelecem contato e, por vezes, se relacionam, embora em muitos casos essa interação seja eventual e se limite ao espaço da praia.

Das práticas esportivas no Porto

Além da natação, da canoagem, da peteca, que como vimos, ocorrem geralmente de segunda a sexta pela manhã, o Porto é o espaço da realização de diversas práticas esportivas regulares. É o caso dos jogadores de futevôlei que se encontram ao lado da escadaria, junto ao Forte de São Diogo. Eles se reúnem de segunda a sexta pela manhã e eventualmente à noite, quando instalam sua estrutura de rede e fita, montando sua quadra na areia para jogar. Assim como o pessoal da peteca, o futevôlei também possui licença da PMS para usar o espaço da praia. Contudo, sua relação com os barraqueiros parece ser indiferente, quando não pouco amigável, especialmente no verão, quando a demanda por clientes aumenta e os

comerciantes querem tomar conta do espaço com cadeiras e sombreros no horário regulamentado para a quadra.



Fig. 27. Partida de futevôlei no Porto, 2015

Já nos dias de sol, pela tarde, junto do estirâncio⁶⁴, encontramos as duplas de frescobol do Porto. Seus praticantes chamam atenção pela velocidade e desenvoltura com que dominam o jogo. Os banhistas, por vezes se sentem ameaçados ao transitar pela areia, pois temem levar uma bolada acidental. Mesmo assim, ainda que o fato não presenciado ocorra eventualmente, notamos que os jogadores estão sempre atentos aos passantes, interrompendo o jogo quando necessário. Vale destacar, em todo caso, que a praia também conta com a presença de pelo menos dois salva-vidas, que no caso da do Porto, fazem parte do Corpo de Bombeiros da cidade. Normalmente, eles chegam à praia por volta das oito da manhã ficando até o pôr do sol, diariamente, quando a praia está movimentada⁶⁵.

Também no período da tarde, é comum encontrar pequenos grupos jogando salão. Neste esporte, os jogadores se reúnem em forma de círculo e vão passando a bola de um para outro, sem deixar cair e sem utilizar as mãos, com passes de futebol. Nota-se que a prática do salão é muito mais informal, quando comparada à do futevôlei por exemplo. Ainda que guardem

⁶⁴ O termo define a faixa do litoral ligeiramente inclinada para o mar e situada entre os níveis médios das marés baixa e alta. (HOUAISS, 2011)

⁶⁵ Percebemos certa irregularidade na presença dos salva-vidas na areia, uma vez que, em dias de chuva, quando a praia estava mais vazia, eles não estavam presentes em seu horário habitual.

semelhanças quanto às jogadas, o salão dispensa equipamentos além da bola e não demanda um espaço fixo, como uma quadra.



Fig. 28. *Frescobol no Porto, 2015*



Fig. 29. *Grupo jogando salão no Porto, 2015*

Mais recentemente (pelo menos nos últimos dois anos), há uma presença significativa de praticantes do *Stand Up Paddle* (SUP) no Porto da Barra. Esta modalidade de esporte aquático tem conquistado muitos adeptos pelo Brasil afora, onde é novidade. Conhecida por ser uma praia de águas tranquilas, sem ondas na maior parte do ano, o Porto desponta como um ótimo lugar para a prática do SUP, que consiste basicamente em remar de pé em cima de uma grande prancha de surfe. Na praia encontram-se diariamente instrutores de SUP, oferecendo aulas para a prática do esporte e alugando os equipamentos necessários (prancha e remo). Praticantes de SUP chamam a atenção, especialmente nos finais de semana pela manhã, quando muitos estão no mar. A procura cresceu tanto, que já existem pelo menos três diferentes centros de apoio à prática do SUP (clubes) nas proximidades da praia, onde as pranchas são guardadas.



Fig. 30. SUP no Porto, 2015



Fig. 31. Praticantes do SUP, pescadores e banhistas no Porto, 2015

Ocasionalmente ocorre pela manhã ou à noite o encontro de grupos de triátlon. Eles montam uma tenda na frente do Forte de Santa Maria, onde profissionais dão suporte aos atletas, que costumam se utilizar deste espaço da areia. Há ainda eventuais grupos que realizam treinamentos de ginástica funcional⁶⁶ na areia.

No que diz respeito às práticas esportivas, sabe-se que a PMS tentou, por algumas vezes, regulamentá-las nas praias de Salvador, sempre começando pelo Porto da Barra de “forma experimental”, a pedido do Conselho Comunitário de Segurança Pública da Barra e da AMABARRA. Em novembro de 2006, através do Decreto municipal 12.534/2006, a PMS estabeleceu dias e horários para práticas na areia⁶⁷. (JORNAL A TARDE, 2006, p.4) Já em março de 2014, essa regulamentação foi retomada pela gestão de ACM Neto, tendo como base o Estatuto das Praias⁶⁸, determinando horários e locais específicos para a prática de esportes na areia. Ambas as iniciativas visavam diminuir o conflito entre esportistas, banhistas e comerciantes, diante das muitas queixas sobre os acidentes que ocorriam. Entretanto, o que observamos mais recentemente é que não há fiscalização destes horários, muito menos um

⁶⁶ Também chamado de *Circuit-Training*, ou treino em circuito, consiste em uma série de exercícios ao ar livre, realizados em sequência, sem intervalo, passando por diferentes estações criadas com bolas, pneus, cones etc.

⁶⁷ São os horários estabelecidos: De segunda a quinta, das 6 às 10 horas; sexta das 6 às 11 horas e das 16 às 22 horas; sábado, domingo e feriados, das 17 às 22 horas. A peteca tem espaço garantido no Porto diariamente, das 6 às 11h da manhã.

⁶⁸ O Projeto de Lei nº 329/2013, foi publicado no Diário Oficial do Município em setembro de 2014, decreta o Estatuto das praias do município de Salvador, regulamentando a prática de esportes e comércio nas praias.

rigor no seu cumprimento pelos praticantes. Parece-nos que os desentendimentos ocorrentes costumam ser resolvidos rapidamente entre as partes, sem a intervenção dos agentes de segurança presentes, como a polícia militar ou os salva-vidas.

Aqueles que realizam esportes aquáticos – a exemplo dos nadadores, mergulhadores e praticantes de canoagem – vivenciam menos situações de conflito com outros praticantes e por isso, acabam livres nessa normatização de horário. Contudo, é possível identificar uma rotina de atividade desses grupos, que preferem realizar suas atividades na praia nos momentos de maior calma. A exceção, quanto à regulamentação da PMS, é a prática do SUP, que ocorre ao longo de todo o dia e não é mencionada no Estatuto das praias.

Sabemos que todas as práticas esportivas, especialmente as coletivas, onde quer que aconteçam, constituem meios importantes de socialização. Não obstante, na praia, muito além de conferir a saúde e o bem-estar, o esporte proporciona algum vínculo entre seus praticantes e os coloca em contato com a alteridade, especialmente quando demanda a negociação do seu espaço de realização. Aqui podemos encontrar o consenso, trabalhado por Habermas (1984), pois, todos concordam da importância da prática do esporte, de sua capacidade de socialização. A peteca, o futevôlei, a canoagem, são esportes praticados por grupos sejam mais fechados e homogêneos, praticantes que costumam compartilhar de uma construção social, isto é, de uma opinião. Como sujeitos políticos, se organizam em prol dos interesses comuns do seu grupo, como por exemplo, quando buscam garantir o espaço e os horários para a realização do seu esporte na praia.

Ainda notamos que algumas atividades permitem abertura para o ingresso de estranhos que passam a ser reconhecidos, mesmo que por pouco tempo. É o caso especial das práticas esportivas coletivas como o salão que, por sua informalidade (não demanda equipamentos ou um espaço delimitado, apenas uma bola), permitem a interação com qualquer banhista que se demonstre interessado em participar do jogo. Além disso, projetos sociais, como o *Ação Tri Cidadão*, buscam a inserção de jovens na sociedade, para que, através do esporte encontrem no espaço público da praia o lugar para realização dos treinos. Com isso entendemos que as algumas das práticas esportivas que ocorrem no Porto são capazes de promover a interação entre diferentes segmentos sociais, promovendo a possibilidade política e democrática no espaço da praia.

Do comércio no Porto

Como um importante espaço urbano de lazer, o Porto passou nas últimas décadas a ter uma crescente oferta de produtos e serviços, que chegam a ser destaque no cotidiano da praia. As práticas de comércio, formais e informais, legais ou ilícitas, dividem o espaço da praia com as práticas de lazer dos banhistas, compondo o que alguns especialistas chamam de “economia da praia”⁶⁹. Nesta dinâmica, ao lado daqueles que se destinam à beira-mar em busca do lazer, é possível verificar uma intensa e crescente comercialização que se espalha pelas areia e calçadas do Porto da Barra através de barraqueiros e ambulantes.

As práticas que se realizam através desta economia nos permitem fazer referências a diversas ações cotidianas associadas a relações muito instáveis. São relações ora consensuais (HABERMAS, 1984), ora conflitivas (MOUFFE, 2011; RANCIÉRE 1996) em que o domínio público e a sociabilidade por vezes parecem potencializados, mas, por outras, são completamente desprezados. Em suma, as diferentes práticas comerciais que compõem a economia da praia, permitem-nos compreender algumas das diferentes camadas do acreditamos vir a ser a democracia neste espaço.



Fig. 32. Estrutura do Barraqueiro, 2015



Fig. 33. Barraqueiros se organizam para começar mais um dia de trabalho, 2015

As atividades dos barraqueiros na Praia do Porto começam por volta das 8 horas da manhã, todos os dias. Esta movimentação é muito variável, a depender do clima do dia, da época do

⁶⁹ Ver o relatório do SEBRAE, organizado por Ricardo Vilella de Souza e Vinicius Lages (2008)

ano e mesmo do dia da semana. Alguns trabalham na praia diariamente, outros trabalham apenas nos dias de maior movimento, nos feriados e finais de semana. De modo geral, cada barraqueiro conta com um grupo de auxiliares, geralmente três ou quatro pessoas, que ajudam a montar e desmontar a sua estrutura e a atender seus clientes ao longo dia. Basicamente, eles contam com uma ou duas grandes caixas de isopor, onde mantêm as bebidas que comercializam sob um grande guarda sol, e dispendo de diversas cadeiras e sombreros que alugam para os banhistas. Esse material é armazenado em depósitos alugados, próximos à praia. Eles compram gelo para refrigerar as bebidas com um fornecedor que faz sua entrega na praia logo no início da manhã. A reposição do estoque de bebidas é feita através dos distribuidores da região, ou mesmo em algumas épocas do ano, através da compra no supermercado próximo da praia, quando em promoção. Além de bebidas industrializadas, como cerveja e refrigerantes, alguns barraqueiros vendem *drinks* como *caipirinha* (muito apreciado por turistas estrangeiros) e comercializam refeições, petiscos e água de coco, que terceirizam dos restaurantes próximos, dos ambulantes e dos vendedores de coco que trabalham na calçada. Como se fixam em local público, os barraqueiros precisam ter uma licença do município para trabalhar⁷⁰. Para conquistar clientes, o barraqueiro e seus funcionários buscam sempre construir uma relação de confiança com o freguês (seja ele morador, frequentador ou turista). Para isso, além de comercializarem bebidas alimentos e mobiliários, eles fornecem segurança a seus clientes, alertando-os para o cuidado com os pertences ou guardando-os, quando os clientes resolvem mergulhar no mar ou caminhar. Um barraqueiro pode, em algumas situações, servir de intermediário entre diferentes praticantes, colocando-os em contato, ao descobrir suas afinidades. Nesse contexto, os barraqueiros tornam-se importantes agentes na construção das redes de sociabilidade estabelecidas na praia.

A relação entre os barraqueiros do Porto, ainda que seja de modo geral amigável, esconde por trás a concorrência, comum entre empresários que oferecem o mesmo tipo de serviço e/ou produto. Existe um acordo mútuo verbalizado entre os barraqueiros do Porto, no que diz respeito aos limites do espaço de trabalho de cada um e quanto ao valor a ser cobrado pelos

⁷⁰ Essa licença custava cerca de R\$190,00 por ano. Com a nova política de ordenamento das praias de Salvador, desde fevereiro de 2014, ela passou a ter o custo de R\$90,71 por mês para os barraqueiros do Porto da Barra. (JORNAL A TARDE, 2014, p.10)

produtos e serviços oferecidos, como o aluguel das cadeiras e sombreros. Por vezes, porém, essa convenção é quebrada quando se deseja conquistar um cliente indeciso. Neste momento em que o acordo se rompe, deflagra-se um conflito, demandando uma nova negociação.

Além dos barraqueiros, a presença de ambulantes também é marcante no Porto. Eles comercializam uma infinidade de produtos: desde alimentos como espetinhos de camarão, de queijo coalho, sanduíches naturais, caldinhos, quitutes, picolés etc., até os mais variados acessórios de praia, como cangas, óculos de sol, chapéus, bronzeadores, dentre outros. A maior parte deles costuma chegar por volta das 9 horas da manhã e circula ao longo do dia. A atividade de comércio, para muitos desses ambulantes, é uma fonte de renda complementar e não a principal como para os barraqueiros. Por isso muitos estão ali presentes apenas nos finais de semana, quando dispõem de tempo para a atividade extra.



Fig. 34. *Ambulantes circulando pelo Porto, vendendo seus produtos, 2015*



Fig. 35. *Ambulante fechando venda com banhista, 2015*

Ambulantes e barraqueiros não são concorrentes, pelo contrário, a maior parte deles estabelece uma relação de parceria, uma vez que vendem produtos diferentes, complementam a oferta de produtos/serviços um do outro para os banhistas clientes. Não raro observamos trocas de favores entre barraqueiros e ambulantes, como por exemplo, indicações para cliente, realização de trocas de dinheiro, pedidos de cuidados com mercadoria etc.

Entendemos que as ações de intercâmbio que caracterizam a economia da praia, ainda que permeadas pela necessidade particular de subsistência de seus praticantes, constituem um elemento marcante dos espaços públicos urbanos. Contudo, as práticas comerciais e suas relações de consumo comprometem a experiência democrática da praia, quando deixam de configurar alternativas e passam a ser condicionantes da apropriação do espaço em que se desenvolvem. Essa supressão interfere na instauração do domínio público, como pensado por Arendt (2012), á medida que o espaço da aparência dá lugar ao espaço da necessidade, isto é, do consumo.

No caso do Porto, muitos moradores e frequentadores queixam-se do assédio dos comerciantes, pois se sentem coagidos. A ação dos ambulantes e barraqueiros do Porto voltou a ser controlada pela PMS que, em fevereiro de 2004, iniciou um processo de ordenamento do comércio na praia⁷¹, distribuindo kits padronizados aos barraqueiros de toda orla da cidade, começando pela Barra. No Porto, os comerciantes cadastrados e regularizados receberam os kits⁷², que deveriam substituir os velhos e não poderiam ser cobrados por aluguel aos clientes. A abordagem aos clientes na calçada passaria a ser coibida, e os barraqueiros não poderiam distribuir as cadeiras e sombreiros no espaço da praia sem ocupá-los, como sempre fizeram para demarcar seu espaço.

Os barraqueiros ficaram insatisfeitos com as medidas, visto que os kits distribuídos possuíam um número reduzido de cadeiras e sombreiros, além de ser inviável a não cobrança do aluguel, que representa sua maior fonte de rendimento, visto que boa parte dos clientes pouco consome os produtos oferecidos. Após um acordo⁷³, a PMS e os barraqueiros decidiram estabelecer um preço fixo para cobrança do aluguel dos equipamentos.

Neste mesmo processo, a PMS estabeleceu proibições quanto ao preparo e acondicionamento de alimentos (de acordo com as normas da Vigilância Sanitária) e a comercialização de bebidas em garrafas de vidro e de espetos de churrasco. A aprovação das medidas gerou polêmica, visto que um dos quitutes mais apreciados na cidade, o acarajé, não

⁷¹ No mesmo processo em que estabeleceu os horários para as práticas esportivas, mencionado antes.

⁷² Cada kit recebido pelos barraqueiros da Barra inclui 20 cadeiras, dez sombreiros, dez banquetas, dez lixeiras de 10 a 15 litros, uma lixeira de 100 litros, uma caixa térmica e um *ombrellone*. (JORNAL CORREIO DA BAHIA, 2014, p. 08)

⁷³ Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), que estabelece a cobrança de R\$ 10 para o aluguel de um kit praia (duas cadeiras, uma banqueta e um sombreiro).

poderia mais ser comercializado na areia, apenas na calçada, assim como o queijo de coalho, tão tradicional das praias, passaria a ser proibido.

Desde que os kits de praia foram distribuídos e a proibição do comércio de alimentos perecíveis na praia foi estipulada, percebe-se que a fiscalização perdeu força. Os comerciantes também não cumpriram todas as exigências da PMS e continuam trabalhando. Os kits de praia, por exemplo, já não estão mais padronizados como a PMS exigiu na entrega, visto que os barraqueiros tinham dificuldades em reconhecer seu próprio material e passaram a customizá-los, identificando com seus nomes e com cores diferentes.

Observamos que as ações de regulamentação das práticas da praia pela PMS foram simplesmente impostas, não havendo diálogo inicial no seu processo de elaboração e execução. Foram ações estratégicas, que partiram de um “consenso”, estipulado pelo poder público municipal, em articulação com a iniciativa privada – como no caso das cervejarias, patrocinadoras dos kits de praia – a fim de atender uma demanda turístico-mercadoológica que encontra espaço de realização na praia.

Este “consenso”, apesar de ser gerido pelo Estado, parece muito mais concatenar com os objetivos de grupos dominantes, interessados na exploração do capital gerado pela potência da economia da praia. Percebemos que, mesmo sendo o poder público o agente centralizador destas ações, o consenso estabelecido é muito distante daquele pensado por Habermas (1984), baseado no diálogo entre as partes envolvidas. Observamos a falta de participação dos comerciantes, principais praticantes envolvidos neste processo, o que certamente justifica o fracasso na implementação de tais medidas no Porto.

Neste caso, foi preciso deflagrar-se o conflito para que mais interessados – no caso, os barraqueiros – pudessem ter voz e estabelecer um diálogo. Justamente aqueles, que por defenderem seus próprios interesses promovem o desentendimento, do qual trata Rancière (1996), com os interesses dominantes. Foi o que aconteceu quando a PMS proibiu a cobrança do aluguel pelas cadeiras e sombreros fornecidos dos clientes, restando aos barraqueiros apenas a receita da comercialização de bebidas.

Das agitações das tardes de sol

A concentração de famílias no Porto ocorre predominantemente nos finais de semana, logo pela manhã. No trecho da praia mais próximo do Forte de Santa Maria, o mar é mais tranquilo e menos profundo – por conta do quebra-mar junto ao Forte – o que parece atrair mais famílias com crianças por proporcionar maior segurança aos pequenos. No decorrer do dia, a presença de crianças atrai ambulantes que vendem brinquedos e alugam boias nesta parte da praia. À medida que o sol vai subindo, a praia vai recebendo cada vez mais banhistas, de todas as partes da cidade e de todas as idades.

Os praticantes do Porto admitem haver nos finais de semana um perfil mais popular de banhista. São sujeitos que vêm de bairros distantes, nos finais de semana ou dias de folga do trabalho⁷⁴. Eles desembarcam do ônibus na Av. Marquês de Caravelas⁷⁵, chegando à praia pela rampa de acesso próxima ao Forte de Santa Maria. Muitos vêm guarnecidos de comida e bebidas, por vezes assumindo o estigma de “farofeiros⁷⁶”. Apesar de consumirem os produtos vendidos na praia, costumam alugar as cadeiras e sombreiros aos barraqueiros. São grupos geralmente bastante animados, que não raro trazem instrumentos ou equipamentos de som, tocam samba e fazem churrasco na praia.

Nas tardes de sol no Porto da Barra encontra-se uma miscelânea de turistas e jovens frequentadores. São grupos de amigos e também algumas famílias numa dinâmica de ocupação que predomina nos finais de semana, mas que se torna diária nas férias de verão. Com exceção dos turistas de primeira viagem, esses frequentadores costumam estabelecer-se em pontos específicos da praia, em que a familiaridade é o fator de escolha preponderante. Para isso é preciso ter a capacidade de fazer diferenciações e ter algum conhecimento sobre a praia – saber quem são e onde estão os outros praticantes assíduos, os barraqueiros, os ambulantes, esportistas etc.

⁷⁴ Especialmente no verão, chama atenção a apropriação da praia por grupos de populares em dias de segunda-feira. São pessoas que exercem o expediente de trabalho no final de semana e aproveitam o dia de folga para ir à praia.

⁷⁵ Com a reforma do bairro, as linhas de ônibus foram alteradas e algumas foram extintas. Os pontos de ônibus mais próximos à praia encontram-se na frente do Hospital Espanhol, na Av. Sete de Setembro e junto ao Hotel Sol Barra, na Av. Princesa Isabel.

⁷⁶ Segundo o Houaiss (2011), a expressão é utilizada pelo senso comum para se referir a grupos de pobres, bagunceiros e mal-educados.

E nesta mistura democrática de sujeitos políticos praticantes do Porto, é marcante a presença do público gay (LGBT), especialmente nos finais de semana. Parece-nos que esta praia é uma das poucas em Salvador onde homossexuais encontram espaço para se expressar com liberdade, sem temer a repressão de qualquer comportamento associado a sua sexualidade. São os olhares e as demonstrações de carinho afeto em público que evidenciam esta presença.

No Porto também há uma grande concentração de jovens universitários, artistas e intelectuais da cidade, sujeitos mais bem antenados às questões políticas e sociais vigentes e, talvez por isso, mais abertos ao convívio com as diferenças. Este público nos remete à geração revolucionária dos movimentos de contracultura, que frequentavam o Porto nos anos de 60 e 70.



Fig. 36. Jovens no Porto, 2015



Fig. 37. Família reunida no Porto, 2008.

Muitos banhistas já possuem uma relação de camaradagem com determinado barraqueiro, e por isso preferem ficar sempre no mesmo lugar da praia, onde também podem interagir com outros banhistas já conhecidos. Já para aqueles que não alugam cadeiras, o elemento determinante nesta escolha é a afinidade com os praticantes do entorno. Ainda que o encontro não seja combinado, não é difícil, para um frequentador do Porto, encontrar amigos ou pelo menos conhecidos na praia. O “sentir-se em casa” em determinado local é o que melhor define a condição de um praticante ordinário, mas este processo demanda tempo de experiência e apreensão daquele espaço até que se produza esse sentimento de

pertencimento. Para isso não é preciso ser um morador da Barra, mas é imprescindível conhecer e ser reconhecido.

Em resumo, sentir-se pertencente ou não aos grupos que predominam em cada lugar da praia é o que vai determinar, em grande medida, a sua escolha e a sua frequência. Não obstante a predominância de um “tipo” de praticante em determinado ponto, verificamos uma mistura de grupos sociais nas areias do Porto. Um determinado ponto pode ser frequentado por sujeitos pertencentes a diferentes grupos. Essa mistura de grupos sociais, por vezes tão distintos, aparece para os que estão de fora como um problema, uma convivência desagradável. De modo geral, os moradores da Barra, por exemplo, reclamam da presença de “baderneiros”, prostitutas, pedintes e menores delinquentes e costumam evitar os trechos e os momentos em que estes se fazem presentes.

Como podemos observar, ainda que seja facilmente percebida, a segmentação da praia é bastante oscilante, variando de acordo com o dia e o horário, sendo mais perceptível nos finais de semana e feriados, quando a praia está cheia. Fica claro, desde um primeiro momento, que é difícil identificar esses praticantes e perceber como eles costumam concentrar-se em regiões específicas da praia, estabelecendo uma rotina de uso com a escolha de dias e horários específicos, mesmo que não necessariamente de forma rígida. Basta dizer que um único sujeito, praticante da praia, pode interagir e fazer parte de diferentes grupos, isto é, realizar diferentes práticas na praia.

É importante destacar que o Porto da Barra configura um recorte espacial relativamente pequeno e que se torna densamente ocupado nos momentos de maior fluxo. Especialmente nestes momentos, em que as barreiras dessa segmentação são tão evidentes, não acreditamos haver necessariamente um isolamento ou uma barreira simbólica entre os diferentes grupos. Talvez possa-se pensar num espaço “entre”, num limiar entre esses diferentes praticantes, uma vez que, de algum modo e em algum momento, acaba-se estabelecendo um contato. A interação neste caso acontece ocasionalmente, como, por exemplo, em situações de risco (quando alguém é assaltado, sofre um acidente com uma bola ou passa por um afogamento). Contudo, passado o evento que conduziu à interação, ela pode-se desfazer sem caracterizar nenhum vínculo entre aqueles que dela participaram.

Na região da Barra, é considerável o número de hotéis, pousadas, albergues, casas de câmbio e demais comércios associados ao turismo⁷⁷. Para quem frequenta o bairro, não é difícil perceber o número significativo de imóveis disponíveis para aluguel por temporada. São diversos anúncios em destaque nos edifícios, bem como em cartazes espalhados em postes e muros. Esse mercado de locação intensifica-se na alta estação, especialmente no Carnaval, quando muitos moradores disponibilizam sua própria residência para aluguel, durante os festejos de momo, visto que na Barra encontra-se um dos circuitos da folia.

Neste contexto, é marcante a presença de turistas no Porto ao longo de todo o ano. São brasileiros e estrangeiros que costumam hospedar-se nas proximidades da praia e são sempre bem-vindos, à medida que chegam para conhecer o lugar e desfrutar da praia, que tanto orgulha seus nativos. Sua presença é vista com bons olhos, não apenas pelo poder público local, ou pela indústria turística, mas também pelos diferentes sujeitos que praticam este espaço e que, por princípio, buscam obter algo em troca nas relações que constroem – barraqueiros, ambulantes, profissionais do sexo, batedores de carteira etc.

Os turistas são o principal alvo dos comerciantes, pois são mais predispostos ao consumo dos serviços oferecidos, superando frequentadores assíduos, que conhecem os preços e têm maior poder de negociação. Os gringos (turistas estrangeiros, do sexo masculino, gays ou não), alimentam o turismo sexual presente na praia. Prostitutas e michês circulam pela areia e fazem ponto na balaustrada, especialmente na alta estação, procurando conquistar clientes. Os visitantes desavisados ainda costumam ser as principais vítimas dos furtos que ocorrem no Porto, pois são logo reconhecidos e não costumam prestar a devida atenção aos seus pertences. Certamente, a presença dos turistas não é uma condicionante para as para as diferentes práticas que acabamos de listar, mas percebemos que eles participam constantemente dessas formas de socição.

Turistas não são os maiores protagonistas dos conflitos que observamos no Porto, com exceção dos casos em que são eventualmente vítimas de furto ou violência, talvez pelo fato de não existir um sentimento de posse ou de pertencimento à praia de sua parte. Turistas não

⁷⁷ Em pesquisa em 2013, a Secretaria de Turismo do Estado da Bahia (SETUR) revela que 40% dos meios de hospedagem da cidade de Salvador estão localizados na região da Barra, Graça, Ondina, Rio Vermelho, Vitória e Campo Grande, sendo este considerado um polo hoteleiro da cidade. (SETUR, 2014).

disputam seu lugar ao sol com outros. Se o Porto não lhes agrada, procuram outro destino. Como estão de passagem, aparentemente, os turistas não representam uma ameaça ao espaço daqueles que frequentam a praia cotidianamente.

Nos caminhos que levam ao Porto

Para além da pluralidade que toma conta da faixa de areia, é possível pensar também sobre apropriações que ocorrem nas vias de acesso ao Porto. Na calçada, que beira a praia, desenvolve-se uma série de práticas de comércio e de lazer. Trata-se de um espaço muito apropriado, especialmente sua balaustrada que, como guarda-corpo, não apenas protege os transeuntes do desnível existente entre a calçada e a areia, mas também serve como equipamento de apoio, um mobiliário urbano, onde as pessoas costumam sentar, encostar, se alongar e se apoiar.



Fig. 38. Calçada e Balaustrada do Porto, 2008



Fig. 39. Calçada e Balaustrada do Porto, 2015

Da calçada aprecia-se a paisagem da praia, com os barcos de pesca ancorados e a ilha de Itaparica ao fundo. Observa-se de cima tudo o que acontece nas areias, a movimentação dos banhistas e comerciantes – com exceção do que está encoberto pelos sombreiros que se amontoam nas tardes de domingo em que a praia está lotada. Também se pode acompanhar a movimentação da rua, os passantes e do comércio, no outro lado da pista. Assim como a

areia, a calçada do Porto convida à permanência, ainda que não deixe de configurar um espaço de circulação.

Assim, mais do que uma via de circulação, a calçada constitui um espaço de sociabilidade, um lugar de encontro, visto que nela sempre há pessoas, sejam sujeitos isolados, casais ou grupos de amigos em pequenas rodas de conversa. São moradores, turistas, pescadores e mesmo funcionários do comércio próximo, que se reúnem nos intervalos do expediente de trabalho. Estes frequentemente se juntam para jogar dominó ou cartas, beber e, às vezes até, fazer churrasco na calçada. Observamos este aspecto quando “insistimos” neste espaço (BIASE, 2013), em diversos momentos, por longos períodos, especialmente ao longo do dia, durante semana.



Fig. 40. Grupo de frequentadores reunidos na calçada, 2015



Fig. 41. Rapaz se alonga na balastrada, 2008

Durante a semana, o fluxo de pessoas que circulam pela calçada é bastante variável, sendo mais intenso pela manhã (das 7h às 9h) e no fim da tarde (das 17h às 18h) – justamente o tempo livre da jornada de trabalho – quando muitos aproveitam para correr ou caminhar na orla. São pessoas que estão de passagem, param apenas para se alongar ou tomar uma água de coco. Percebe-se que esta atividade faz parte da rotina de alguns praticantes, que se fazem presentes quase todos os dias. Sair para caminhar também acaba sendo uma maneira de encontrar pessoas conhecidas no percurso, não somente amigos que também estão se exercitando, mas também ambulantes presentes por ali, com quem se estabelecem relações de contato, especialmente com os vendedores de coco.

Nos finais de semana o fluxo de pessoas aumenta por voltadas dez horas da manhã e se mantém constante até o final da tarde. Neste período encontra-se uma miscelânea de atividades acontecendo na calçada, que se torna um lugar de “aquecimento” que antecede o estar na areia. Quando a beira-mar está superlotada, muitos grupos de jovens preferem ficar na balaustrada, bebendo, conversando, esperando o tempo passar e aguardando a praia ficar mais vazia. Com esse movimento, intensifica-se a presença de ambulantes na calçada, vendendo os mais diversos produtos no horário de maior movimentação.

Antigamente, junto à maior escada de acesso à praia, próximo ao Forte de São Diogo, não raro, um dos carros estacionados encontra-se com o porta-malas aberto som ligado em alto volume⁷⁸. Ali se reúnem diferentes sujeitos que divertem-se dançando ao som de estilos musicais diversos, desde arrocha à música eletrônica. O som incomoda quem não está interessado, mas é atraente para aqueles que buscam algum entrosamento. Há a presença marcante de gays: turistas, nativos e michês. A balaustrada então se transforma no “sofá da Hebe”, o espaço de azaração da areia nos finais de semana estende-se a esse trecho da calçada ao anoitecer. Percebe-se que com naturalidade e despreendimento, homens manifestam seus afetos, trocando olhares e afagos publicamente, sem temer o julgamento de olhares.

Do outro lado da Av. Sete de Setembro, via que dá acesso ao Porto, há uma concentração de estabelecimentos comerciais. São hotéis, pousadas, lanchonetes, restaurantes, distribuidores de bebidas, além de alguns edifícios residenciais. Muitos destes estabelecimentos mantêm uma relação direta com os usos da praia, seja desde os turistas que ficam hospedados em hotéis em frente até os barraqueiros que compram bebidas nos depósitos, onde também costumam guardar o material de trabalho no fim do dia. Alguns barraqueiros também terceirizam os serviços dos restaurantes para os banhistas que estão na areia, oferecendo pratos do cardápio. Com isso, os barraqueiros também podem indicar o banheiro do restaurante para seus clientes, visto que a praia não dispõe de banheiros públicos. A parceria entre os barraqueiros e os donos de restaurantes, dinamiza as práticas comerciais da praia onde, de modo ou de outro, todos se beneficiam.

⁷⁸ Com a reforma da Barra e a criação do piso compartilhado, passou a ser proibido o tráfego e o estacionamento de veículos no trecho da Av. Sete de Setembro que dá acesso ao Porto, entre os fortes de São Diogo e Santa Maria.

Nossa experiência com o Porto revela que o fluxo de pessoas que a ele se destinam encontra-se muito mais adensado nos dias de hoje⁷⁹. Sabemos que este é um espaço movimentado ao longo de todo o ano, nos diversos dias da semana, em diferentes horários do dia. Existe uma variação significativa neste fluxo ao longo da semana, sendo maior aos domingos e feriados que nos dias de semana. Em ambos os casos, esse fluxo é intensificado ao se aproximar o meio-dia e reduz-se gradativamente com o fim da tarde. No verão, em especial, essas dinâmicas se intensificam, dada a maior presença de turistas na cidade, mas também por ser o período de férias de muitos trabalhadores e estudantes. Ainda que não tenhamos aprofundado as relações que ocorrem na praia durante a noite, sabemos que o Porto da Barra passa a ser “lugar praticado” (CERTEAU, 2013) 24 horas por dia na alta estação.

Sobre o projeto *Nova Orla*

No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, a orla da Barra tornou-se alvo de um importante projeto de intervenção urbana. Antes mesmo de iniciar seu mandato, o prefeito eleito ACM Neto foi ao encontro da presidente Dilma Rousseff, em Brasília, em dezembro de 2012, junto com o então governador do estado Jacques Wagner, captar recursos para a modernização da orla de Salvador. Os recursos foram obtidos junto ao Ministério do Turismo, através do Programa de Desenvolvimento do Turismo (PRODETUR).

A chamada “Revitalização da Orla de Salvador” foi lançada oficialmente em junho de 2013 pela PMS, com um investimento na ordem de 111,6 milhões de reais. A proposta, apresentada através de vídeos e imagens produzidas por computador – longe de representarem a produção técnica de projeto urbanístico em vias de ser executado – previa a construção de novas calçadas, vias compartilhadas, ciclovias e iluminação pública, além de áreas para esporte, praças e restaurantes. As intervenções estratégicas apresentadas seriam realizadas

⁷⁹ Aqui nos referimos às análises de nossa pesquisa atual quando comparamos com a anterior. O que verificamos numa observação preliminar da praia estudada e seu entorno, após as intervenções recentes da PMS, já durante a escrita desta dissertação, é um adensamento de uso muito maior não só da praia, mas também de suas vias de acesso, especialmente nos finais de semana.

em nove trechos da orla da cidade⁸⁰, sendo a Barra a região contemplada com maior parte dos recursos, cerca de 58 milhões.

A execução da proposta foi realizada através do Regime Diferenciado de Contratações (RDC), uma nova modalidade de licitação instituída pela Lei nº 12.462, de 2011, criada com o intuito de “ampliar a eficiência nas contratações públicas e competitividade, promover a troca de experiências e tecnológicas e incentivar a inovação tecnológica”. Trata-se modalidade de licitação aplicável a casos específicos, a exemplo das obras realizadas em função da Copa do Mundo FIFA 2014. (BRASIL, 2011 *apud* SOUZA, 2014)

A primeira etapa da reforma começou em outubro de 2013, compreendendo o trecho da Av. Oceânica entre o Edifício Barra Center e o Largo do Farol da Barra. Ela teve sua conclusão em fevereiro de 2014, para atender o período de preparação da área para o Carnaval além da copa do mundo FIFA 2014. Já a segunda etapa, que contemplou o trecho da Av. Sete de Setembro até o Largo do Porto da Barra⁸¹, começou em março de 2014, sendo concluída em agosto do mesmo ano.

Naquele momento, alguns dos praticantes com os quais conversamos teceram breves comentários sobre as ações que PMS iniciava durante o desenvolvimento de nossa pesquisa de campo. Não estava claro para a população qual seria a repercussão dessas intervenções e de que forma elas iriam interferir no cotidiano do Porto da Barra. Havia uma expectativa positiva por parte dos banhistas, especialmente moradores, de que o projeto pudesse trazer melhorias com o ordenamento dos comerciantes e a limpeza da praia, entendendo essas ações como um processo de embelezamento do local. Por outro lado, as intervenções já causavam insegurança para os pequenos comerciantes que ali trabalhavam⁸².

A principal mudança promovida pela reforma foi a criação de um piso compartilhado: o que antes era a pista de veículos foi nivelado às calçadas, transformando a rua num grande

⁸⁰A saber: São Tomé de Paripe, Tubarão, Ribeira, Itapuã, Piatã, Boca do Rio, Jardim de Alah/Armação, Rio Vermelho e Barra

⁸¹ A etapa incluiu a reforma das Ruas Barão de Sergy e Almirante Marques de Leão, além de suas ruas transversais.

⁸² O artigo A Nova Barra e a história de L. (MARQUES, 2014) traz um exemplo de como a intervenção demonstrou total insensibilidade com os praticantes da região através da narrativa de um vendedor de coco, impossibilitado de trabalhar no lugar onde obteve seu sustento durante anos.

calçadão, eliminando a separação do espaço entre pedestres, carros e bicicletas. O trecho da Av. Sete de Setembro, entre o Largo do Porto da Barra e a Rua Barão de Sergy, tornou-se de uso exclusivo para pedestres, sem circulação ou estacionamento de carros⁸³. Apenas os veículos que abastecem o comércio ou transportam hóspedes para os hotéis do local podem trafegar eventualmente, com autorização especial. Além disso, as intervenções consistiram basicamente na mudança da estrutura viária – que passou a ser de mão única ou restrita para pedestres em alguns trechos – nova iluminação e novo mobiliário urbano.

Desde a divulgação das imagens da intervenção, a Nova Orla da Barra, é objeto intenso de críticas, principalmente no que diz respeito à ausência de participação da população no processo de elaboração do projeto. Somente quando as obras já estavam em andamento e já sob o impacto das mudanças, os moradores e comerciantes por meio de suas associações, conseguiram estabelecer o diálogo diretamente com os agentes envolvidos, discutindo principalmente as alterações no trânsito e suas consequências, que já vinham ocorrendo. Quase após um ano de conclusão das obras, as críticas à intervenção ainda encontraram espaço nas redes sociais⁸⁴, revelando o incômodo trazido pelas mudanças, especialmente no que diz respeito aos aspectos de uso e apropriação dos espaços do bairro.

Mesmo reconhecendo a carência de espaços públicos urbanos em Salvador, sabemos que a escolha do bairro para dar início à realização de uma série de intervenções pontuais nas praias soteropolitanas não acontece por acaso. A Barra e sua praia do Porto, com seus importantes atributos históricos e culturais, constituem um espaço de visibilidade, em que é grande o número de pessoas que a frequentam. Neste sentido, entendemos que as práticas do poder público neste espaço inserem-se num contexto de políticas de desenvolvimento econômico que se utilizam das ferramentas urbanísticas para transformação de cidades em veículos publicitários visando à circulação de capital.

A construção desse novo cenário, que traz referências de um modelo internacional, busca claramente estabelecer a uniformidade do espaço urbano, criando ambientes simplificados, homogêneos e pacificados (JACQUES, 2009). Trata-se da construção de uma cidade que é

⁸³ Em julho de 2015 este trecho passou a ter o trânsito de veículos liberado de segunda à sexta, após a reivindicação da AMABARRA juntamente com os donos de estabelecimentos comerciais da região. O estacionamento de veículos ao longo da via permanece proibido.

⁸⁴ Vide a página do movimento S.O.S. Barra no Facebook (website)

conveniente ao espetáculo urbano, que busca eliminar os dissensos, conflitos e diferenças, produzindo espaços apolíticos, subtraindo conseqüentemente o processo participativo da população. Tais espaços acabam por se revelar como aspiração de um pensamento único, hegemônico e consensual (ARANTES; MARICATO; VAINER, 2009). Os discursos apresentados nos projetos de revitalização, como o da Nova Orla da Barra, tratam da necessidade “padronização” do comércio, do “embelezamento” e da “valorização” da paisagem (imagem) das praias de Salvador.

Neste processo, como observamos, os resultados são apenas expostos e pouco discutidos. A participação popular apenas limita-se a legitimação do que foi preestabelecido pelos interesses dominantes. Nem sempre são avaliadas as dinâmicas preexistentes nesses espaços. As práticas cotidianas da população local são ignoradas, em detrimento do que se estabelece como ideal para todos. Esse ideal visa apenas o fluxo turístico, o estrangeiro que vem em busca dessa imagem construída, e não o praticante ordinário, o habitante da cidade que, como pudemos observar em nosso percurso, é o principal agente transformador do espaço urbano.



Fig. 42. Largo do Forte de Santa Maria, após a execução do projeto Nova Orla, foto aérea, 2014. Detalhe para o piso compartilhado. Fonte: SQ+ Arquitetos Associados (website)



Fig. 43. Largo do Porto e F. de S. Diogo, após a execução do projeto Nova Orla, foto aérea, 2014. Detalhe para o piso e reconfiguração do Largo. Fonte: SQ+ Arquitetos Associados (website)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Possibilitar uma reflexão sobre os espaços públicos na cidade contemporânea a partir de uma praia urbana, referência de espaço democrático de Salvador: esse é um atributo que permeia a concepção sobre as praias urbanas no Brasil. Com esse objetivo, buscamos analisar as características do Porto da Barra, como um recorte empírico, a fim de compreender qual o sentido dessa democracia, que inicialmente, aparece como característica inerente ao espaço público, mas que não se revelava de modo tão evidente.

Levantando diferentes noções sobre espaço público e buscando um referencial que nos ajudasse a melhor entender a democracia no contexto da cidade contemporânea – que considerasse toda sua pluralidade e complexidade – desenvolvemos nossa pesquisa, entendendo que, para investigar um espaço, é de suma importância apreender suas apropriações e relações sociais, ou seja, as práticas cotidianas que nele acontecem. A compreensão das ações que tomam conta do espaço da praia, certamente nos ajudou a pensar sobre o sentido da democracia no espaço da praia.

Assim como em todo espaço público, a possibilidade de interação com o outro existe e, de fato, acontece na praia. É neste contato com a alteridade, que se tornam evidentes as diferenças e se manifestam os conflitos, próprios da vida em sociedade. Na faixa de areia essas diferenças não desaparecem, mas sim tomam nova dimensão, visto que se abre a negociação entre as partes. Com o propósito de tornar possível a partilha do espaço, mesmo quando passível de desentendimentos, busca-se, através da convivência, estabelecer a melhor forma de uso do espaço para as partes envolvidas. É neste diálogo, nesta troca de intensões e na sensibilidade de compreensão do outro que, muitas vezes de forma tácita (MAYOL, 2013), é que se estabelecem as apropriações deste espaço. Neste sentido, é possível perceber o caráter democrático: na conjunção de diferentes sujeitos que demandam a negociação das formas de uso do espaço da praia.

Sabe-se, porém, que esse acordo quanto aos usos do espaço, nem sempre é estabelecido. Outras formas de interação social tomam conta do espaço da praia: relações de dependência, de indiferença e de subordinação, onde não se estabelece uma ação de reciprocidade (SIMMEL, 2006). Essas formas de interação acabam por impor condicionantes à apropriação da praia, estabelecendo distinções que comprometem a liberdade de uso do espaço público. Aquele que não dispõe de valor para alugar um sombreiro, ou tomar uma água de coco, por exemplo, pode ter sua liberdade de uso ou de permanência no espaço da praia por vezes comprometida.

Há também ocasiões em que as regras de convivência entre os diferentes grupos são incompatíveis e, por vezes, não se abre a possibilidade de negociação. Neste caso, o valor de comportamento de uma determinada maioria termina sendo imposto a todos que se apropriam do espaço. É o que percebemos nos finais de semanas e feriados, quando grandes grupos populares tomam conta da praia, fazem sua festa, o que traz incomodo para quem não assimila como adequado tal comportamento.

Percebe-se, na dinâmica das práticas que tomam conta da praia, que diferentes sujeitos e grupos se utilizam de táticas que lhe permitem desfrutar do espaço da maneira que mais lhe convém, seja escolhendo o melhor horário, seja escolhendo o melhor dia para desempenhar sua prática.

Esses acordos tácitos, que se aplicam às relações entre os diferentes sujeitos e grupos que praticam o espaço da praia, acabam sendo assimilados pelo poder público. Neste caso tomam-se como base os princípios e valores considerados como melhor para o bem-estar de todos, geralmente aqueles conduzidos por um grupo dominante. São esses valores que muitas vezes servem de parâmetro para as intervenções do poder público neste espaço. Ações como a padronização das barracas de praia, a regulação das práticas esportivas e o controle do comércio desses espaços, são alguns exemplos deste tipo de intervenção que já ocorrem no Porto.

Nesse processo, sempre há tensões entre os diferentes praticantes do Porto da Barra, a negociação que envolve o conflito, no domínio público, motivado pela disputa de interesse em relação aos usos do espaço da praia. Trata-se de um jogo tenso, cheio de antagonismos e

sem regras muito específicas. A praia então se configura num território em que as disputas são alimentadas pelo temor que têm as partes de que a sua transformação configure alguma perda de seus interesses de uso quanto ao espaço.

Assim, vimos que as relações no espaço da praia configuram um arranjo de diferentes com suas diferenças, em que o conflito se faz latente, por vezes oculto, mas sempre à espreita. Percebe-se que a democracia aflora do processo de negociação desses conflitos, porém não é uma constante. Ao buscar entender o sentido da democracia na praia, percebemos que ele se faz presente, ainda que por vezes de modo contraditório.



Fig. 44. *O sol que se põe no Porto da Barra, sempre sob o aplauso de seus praticantes, 2008*

REFERÊNCIAS

BIBLIOGRAFIA

- ABRAHÃO, Sergio L. *O processo e significação do espaço público urbano como espaço público político*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2005.
- ALMEIDA, Maria do Carmo Baltar Esnaty. *A Victória na Renascença Bahiana – a ocupação do distrito e sua arquitetura na Primeira República (1890-1930)*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 1997
- ANDRADE, Luís Guilherme A. *Uma proposta à diversidade : projeto de intervenção urbana na Barra*. Trabalho Final de Graduação em Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia. Salvador, 2008.
- AQUINO, Eduardo. *Praiapaisagem : a redescoberta do espaço público na praia*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.
- _____. *Beachscape*. Disponível em: < [http://umanitoba.ca / faculties / architecture / facstaff / faclist / aquino . html](http://umanitoba.ca/faculties/architecture/facstaff/faclist/aquino.html) >. Acesso em 09 jul. 2013.
- AQUINO, Eduardo; SHANSKI, Karen. *SpmB, 2 projetos*. Revista arq.urb, São Paulo, n. 2, jan./jun. 2009. Disponível em: < [http://www.usjt.br / arq.urb / numero_02 / artigo_eduardo.pdf](http://www.usjt.br/arq.urb/numero_02/artigo_eduardo.pdf) >. Acesso em 15 out. 2011.
- ARANTES, Antonio A. *A guerra dos lugares – sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n ° 23: Cidade, IPHAN, 1994.
- ARANTES, Otilia. *A ideologia do lugar público na arquitetura contemporânea*. In : ARANTES, Otilia. O lugar da arquitetura depois dos modernos. São Paulo : Edusp, Studio nobel, 1993
- ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.
- AZEVEDO, Thales. *A praia: espaço de socialidade*. Salvador: Centro de Estudos Baianos da Universidade Federal da Bahia, 1988.
- BIASE, Alessia de. *Insistência Urbana ou como ir ao encontro dos “imponderáveis da vida autêntica”*. In: Revista ReDobra nº 12, ano 4, p.80-86. Salvador : EDUFBA, 2013.

- _____. *Por uma postura antropológica de apreensão da cidade contemporânea: de uma antropologia do espaço a uma antropologia da transformação da cidade*. In: Revista ReDobra nº 10, ano 3, p. 190-206. Salvador : EDUFBA, 2012.
- BIASE, Alessia de; JACQUES, Paola B. Paola Berenstein Jacques entrevista Alessia de Biase. In : Revista ReDobra nº 10, ano 3, p.5-21. Salvador : EDUFBA, 2012.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo*. Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1986
- BRASIL. Lei 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais de política urbana e dá outras providências. Disponível em : < [http://www.planalto.gov.br / ccivil_03 / leis / LEIS_2001 / L10257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm) >. Acesso em 03 novembro de 2012.
- _____. Lei 7.661, de 16 de maio de 1988. Institui o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro e dá outras providências. Disponível em : < [http://www.planalto.gov.br / ccivil_03 / leis / l7661.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7661.htm) > Acesso em 03 novembro 2012.
- CARVALHO FILHO, M. J.; MONTOYA URIARTE, U. *Observando as ruas do centro de Salvador: o transeunte do século XXI – relato de uma oficina do Corpocidade 2012*. Revista Redobra nº 11. Ano 4, p. 102-112. Salvador: EDUFBA, 2013.
- CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 20ª ed. Vol. 1. Petrópolis: Ed. Vozes, 2013.
- CORBIN. Alain. *O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- DAMATTA, Roberto da. *A casa & a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil* . 4. ed. Rio de Janeiro, RJ: Rocco, 1991.
- DANTAS, Eustógio Wanderley Correia. *Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza*. Fortaleza: Museu do Ceará / Secretaria da Cultura e Desporto do Ceará, 2002.
- _____. *O mar e o marítimo nos trópicos*. Revista GEOUSP; São Paulo, nº 15, p. 63-76, 2004
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia*. Vol. V. São Paulo : Editora 34, 1997.
- DELGADO, Manuel. *Barcelona: o mito do espaço público*. Revista Humboldt nº95, Apropriações da Cidade, p. 34-38, 2007
- DEUTSCHE, Rosalyn. *Public Space and Democracy*. In: DEUTSCHE, Rosalyn, *Evictions: Art and Spatial Politics*, p. 257-268. Cambridge, Massachussets, EUA: The MIT Press, 1998
- DIEGUES, Antônio Carlos. *A interdisciplinaridade nos estudos do mar: o papel das ciências sociais*. Conferência Proferida na XV Semana de Oceanografia, Instituto Oceanográfico da USP, São Paulo, Out. 2003. Disponível em: <<http://www.usp.br/nupaub/interdis.doc>>. Acesso em: 2 maio de 2013.

- _____. *Povos e mares: leituras em sócio-antropologia marítima*. São Paulo: NUPAUB-USP, 1995.
- FERNANDES, Flávia F. *A Praia de Copacabana: Uma reflexão sobre algumas das estratégias de construção e manutenção da imagem de um espaço de consumo e lazer na cidade do Rio de Janeiro*. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Programa de Pós-graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense, 2007
- FILHO, João. *Dicionário Amoroso de Salvador*. Anajé/BA : Casarão do Verbo, 2014
- FRANCO, Fernando de Mello. *Contrários e complementares*. IN : ROSA, Marcos L. (org.) *Microplanejamento : práticas urbanas criativas*. São Paulo : Cultura, 2011
- FREEMAN, James. *Democracy and Danger on the Beach: Class Relations in the Public Space of Rio de Janeiro*. *Space and culture*, vol. 5, nº 1, p. 9-28. Thousand Oaks, California, EUA: Sage Publications, 2002
- _____. *Great, good, and divided: the politics of public space in Rio de Janeiro*. *Journal of Urban Affairs*, v. 30, n. 5, p. 529–556. Hoboken, Nova Jersey, EUA: Wiley, 2008.
- FREYRE, Gilberto. *Sobrados e mucambos: decadência do patriarcado rural e desenvolvimento do urbano*. 5. ed. Rio de Janeiro: Jose Olympio, Brasília: INL, 1977.
- _____. *Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil*. 5. ed. Rio de Janeiro, RJ: José Olympio: FUNDARPE, 1985
- GASPAR, Claudia Braga. *Orla carioca: história e cultura*. São Paulo: Metalivros, 2004
- GOMES, Paulo César da Costa. *Rio-Paris-Rio: Ida e Volta com Escalas*. In: *A Condição urbana : ensaios de geopolítica da cidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- HABERMAS Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HERTZBERGER, Herman. *Lições de Arquitetura*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- HOUAISS, Antônio, VILLAR, Mauro de Salles, FRACO, Francisco Manoel de Mello. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa, versão 2.0a*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001
- HUGUENIN, Fernanda. *As praias de Ipanema; limiaridade e proximidade a beira mar*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade de Brasília. Brasília, 2011.
- JACQUES, Paola B. *Corpografias urbanas*. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 093.07, Vitruvius, fevereiro de 2008. Disponível em < <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165> >. Acesso em 10 de maio de 2014.
- _____. *Elogio aos errantes*. Salvador : EDUFBA, 2012

- _____. *Notas sobre espaço público e imagens da cidade*. Arqutextos, São Paulo, n. 10.110, julho de 2009. Disponível em < [http://vitruvius.es / revistas / read / arqutextos / 10.110 / 41](http://vitruvius.es/revistas/read/arqutextos/10.110/41) >. Acesso em 10 outubro de 2012.
- LAFER, Celso. *A política e a condição humana*. In : ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.
- LEFEBVRE, Henri. *A produção do espaço*. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4^e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000.
- _____. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991
- _____. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001
- LEITE, Rogerio Proença . *A Inversão do Cotidiano: Práticas sociais e rupturas na vida urbana contemporânea*. Revista Dados, v. 53, nº23, p. 737-756. Rio de Janeiro, 2010
- _____. *Espaço público e política dos lugares: usos do patrimônio cultural na reinvenção contemporânea do Recife Antigo*. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas, 2001.
- LENCEK, Lena e BOSKER, Gideon. *The beach : the history of paradise on earth*. New York: Penguin Books, 1999.
- LIMA, Eduardo R. *O movimento do espaço: uma experiência urbana na Praia de Iracema*. Dissertação (Mestrado em Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.
- MACHADO, Helena Cristina F. *A construção social da praia*. Sociedade e Cultura 1. Cadernos do Noroeste. Serie sociologia. Portugal: Universidade do Minho, vol. 13, p. 201-218, 2000.
- MAGNANI, José Guilherme Cantor. *De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana*. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 17, n. 49, p. 11-29, 2002.
- _____. *Festa no Pedação: Cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: UNESP, 2003.
- _____. *Tribos Urbanas: metáfora ou categoria?*. Cadernos de Campo (USP), v. 2, p. 48-51, 1992
- MARQUES. Claudio. *A Nova Barra e a história de L*. Teatro NU (blog), Cultura e Cidade, 03 de setembro de 2014. Disponível em <<http://www.teatronu.com/a-nova-barra-e-a-historia-de-l/>>. Acesso em 10 outubro de 2014.
- MATTA, Alfredo. *História da Bahia : licenciatura em história*. Salvador : EDUNEB, 2013.
- MAYOL, Pierre. *Morar*. In : CERTEAU, Michel de; GIARD, Luce; MAYOL, Pierre. *A invenção do cotidiano. Morar, cozinhar*. 12^a ed. vol. 2, p. 37-207. Petrópolis: Vozes, 2013.
- MORAES FILHO, Evaristo de (org). *Georg Simmel : Sociologia*. São Paulo: Ática, 1983

MOUFFE, Chantal. *El torno a lo político*. Buenos Aires: Fondo de cultura Económica, 2011

_____. *Por um modelo agonístico de democracia*. Revista de Sociologia e Política, nº25, p. 11-23. Curitiba, 2005.

_____. *Prácticas Artísticas y Democracia Agonística*. Barcelona : MACBA/UAB, 2007

_____. *Which public space for critical artistic practices?*. In: STEINER, Shepherd; JOYCE, Trevor (Ed.). *Cork Caucus: On art, possibility & democracy*, p. 149-171. Cork: National Sculpture Factory & Revolver Press, 2006.

NAKANO, Kazuo, (Coord.) *Projeto Orla: implementação em territórios com urbanização consolidada*. São Paulo: Instituto Polis; Brasília: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2006.

O'DONNELL, Julia Galli. *Um Rio Atlântico: culturas urbanas e estilos de vida na invenção de Copacabana*. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Museu Nacional da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011.

ORTEGA, Francisco J. G. . *Habermas versus Foucault. Apontamentos para um debate impossível*. Revista Síntese, v. 26, n.85, p. 239-248. Belo Horizonte, 1999.

_____. *Hannah Arendt, Foucault e a reinvenção do espaço público*. Revista Trans/Form/Ação, v. 24, p. 225-236. Marília, 2001.

PAZ, Daniel J. Mellado. *Barracas de praia: entre o mito e a realidade*. Arquitectos, São Paulo, n. 08.092, jan. 2008. Disponível em <<http://vitruvius.es/revistas/read/arquitectos/08.092/171>>. Acesso em 23 mar. 2013

_____. *Do jardim ao farol: uma análise dos usos nas praias de Salvador e sua arquitetura*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, 2007.

RANCIERE, Jacques. *O desentendimento: politica e filosofia*. São Paulo: Ed. 34, 1996a

_____. *O dissenso*. In : NOVAIS, Adauto. *A crise da razão*. São Paulo: Companhia das letras, 1996b

RIBEIRO, Ana Clara. *Território usado e humanismo concreto : o mercado socialmente necessário*. IN : Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina, 20 a 26 de março de 2005, Universidade de São Paulo. São Paulo : Edusp, 2005

RISÉRIO, Antônio. *A invenção da Praia*. In: RISÉRIO, Antônio. *Uma história da Cidade da Bahia*. Rio de Janeiro: Versal, 2004

SANTOS, Boaventura de S. *O futuro da democracia*. Revista Carta Maior, 06 de setembro de 2006. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/O-futuro-da-democracia/19415>>. Acesso em 13 agosto de 2014.

- SERPA, Angelo. *O espaço público na cidade contemporânea*. São Paulo: Contexto, 2007
- SETUR. Desempenho da Hotelaria em Salvador - 2013. Pesquisa apresentada em Maio de 2014. Disponível em <<http://observatorio.turismo.ba.gov.br/wp-content/uploads/2014/06/Desempenho-da-Hotelaria-SSA-2013.pdf>>. Acesso em 28 março de 2015
- SIMMEL, Georg. *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.
- _____. *As grandes cidades e a vida do espírito* (1903). In: Mana, vol. 11., n. 2, p. 577-591. Rio de Janeiro, 2005.
- SOARES, Thaise G. *A invenção da praia: a construção imagética e a transformação do território da praia de Tambaú, João Pessoa – PB: 1950-1970*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, 2012
- SOUZA, André Nunes de. *Orla oceânica de Salvador: um mar de representações*. Salvador: EDUFBA, 2011.
- _____. Porto da barra: grupos sociais e espacialização em uma praia de Salvador. Monografia de conclusão do curso de graduação em geografia. IGEO/UFBA, 2007
- SOUZA, Luiz Antonio de. *O urbanismo na interface do turismo: Usos e apropriações especulativas do litoral da Bahia*. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Salvador, 2014
- SOUZA, Ricardo V. e LAGES, Vinicius (org.). *A economia da praia*. Brasília: SEBRAE, 2008
- URIARTE, U. M. (Org.); ESTEVES, Milton (Org.) . *Panoramas urbanos: reflexões sobre a cidade*. Salvador: EDUFBA, 2003.
- URRY, Jhon. *O Olhar do Turista: lazer e viagens nas sociedades contemporâneas*, São Paulo: Senac, 1996.
- VELHO, Gilberto. *A utopia urbana*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982
- _____. *Mundos de Copacabana*. IN : Antropologia Urbana : cultura e sociedade no Brasil e em Portugal. Rio de Janeiro: Zahar, 1999
- _____. *Um antropólogo na cidade* : ensaios de antropologia urbana. Rio de Janeiro : Zahar, 2013
- VELOSO, Caetano. *Verdade Tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

REPORTAGENS

JORNAL A TARDE. *As variadas faces do Porto da Barra*. Caderno Salvador, p.4. Salvador, 07 de julho de 2007a.

JORNAL A TARDE. *Barra é a síntese da cidade*. Caderno Salvador, p.10. Salvador, 14 de abril de 2007b.

JORNAL A TARDE. *Barraqueiros se negam a ceder kits de graça*. Caderno Salvador, p.4. Salvador, 07 de fevereiro de 2014.

JORNAL A TARDE. *Esporte nas praias começa a ser ordenado*. Caderno Salvador, p.4. Salvador, 04 de novembro de 2006.

JORNAL A TARDE. *Porto da Barra e de problemas*. Caderno Salvador, p.5. Salvador, 03 de setembro de 2007c.

JORNAL A TARDE. *Porto da Barra está entre as melhores do mundo*. Caderno Verão 2007, p.10. Salvador, 04 de março de 2007d.

JORNAL A TARDE. *Porto tem público fiel e diversificado*. Caderno 1, p.10. Salvador, 10 de janeiro de 1999.

JORNAL CORREIO DA BAHIA. *Porto da Barra: 300 metros de democracia*. Caderno Mais, p.10-11. Salvador, 18 de janeiro de 2010.

JORNAL CORREIO DA BAHIA. *Primeiros kits praia são distribuídos no Porto da Barra*. Caderno Mais, p.8. Salvador, 06 de fevereiro de 2014.

JORNAL TRIBUNA DA BAHIA. *Porto da Barra é a preferida dos baianos*. Caderno Salvador, p.13. Salvador, 22 de janeiro de 2010.

VÍDEOS

DEMOCRATIC politics and agonistic public sphere. 2010. Palestra de Chantall Mouffe, realizada na Harvard University Graduate School of Design. Cambridge, 4 out. 2010, (01:57:01). Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=4Wpwwc25JRU>>. Acesso em 18 nov. 2013.

DOCUMENTO Especial - Os pobres vão a praia, (27:11). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=dScOfGOXdA8>>. Acesso 16 ago. 2013.

FAIXA de Areia. Direção: Daniela Kallmann e Flávia Lins e Silva. Rio de Janeiro: Focus Filmes, 2007, (01:33:15). Disponível em: <<http://www.youtube.com/watch?v=judzXmOgp6c>>. Acesso 18 ago. 2013.

DIALOGOS, capítulo 08. Julio Arroyo e Manuel Delgado falam de arquitetura e Espaço público, (22:49) Programa produzido pela Universidad Nacional del Litoral (UNL). Santa fé,

Argentina: Direção de comunicação da UNL, 4 dez. 2012. Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=PK3T2hk242o>> Acesso 23 de jan, 2014.

PREFEITURA apresenta projeto da nova Orla de Salvador, 2013, (15:40). Disponível em:
<<https://www.youtube.com/watch?v=2cTp0Eprf1A>>. Acesso 23 set. 2014.

WEBSITES

Associação de Moradores e Amigos da Barra (AMABARRA),
<<http://amabarra.wordpress.com>>. Acesso em abril de 2015

Blog do Dimitri Ganzelevitch,
<<http://dimitriganzelevitch.blogspot.com>>. Acesso em outubro de 2013

Blog Memórias da Bahia,
<<http://www.ibahia.com/memoriasdabahia>>. Acesso em março de 2014

Site do jornal O Globo
< <http://oglobo.globo.com/>>. Acesso em abril de 2015

Portal Guia Geográfico - Salvador Antiga (fotografias),
<<http://www.salvador-antiga.com>>. Acesso em dezembro de 2014

SQ+ Arquitetos Associados,
<<http://www.sidneyquintela.com.br>>. Acesso em maio de 2015

Wikimedia Commons (imagens),
<<http://commons.wikimedia.org>>. Acesso em maio de 2015

Movimento S.O.S. Barra
< <http://www.facebook.com/pages/SOS-Barra> >. Acesso em março de 2012